

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RANIELE DUARTE OLIVEIRA

**A CIDADE NA PERSPECTIVA DE UM PROCESSO CIVILIZADOR
O espaço urbano uberabense e suas relações socioculturais (1889-1927)**

UBERLÂNDIA

2015

RANIELE DUARTE OLIVEIRA

A CIDADE NA PERSPECTIVA DE UM PROCESSO CIVILIZADOR
O espaço urbano uberabense e suas relações socioculturais (1889-1927)

Dissertação apresentada à banca examinadora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial à obtenção do Grau de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura

Orientadora: Prof^a Dr^a Mônica Chaves Abdala.

Uberlândia

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48c
2015 Oliveira, Raniele Duarte, 1988-
 O espaço urbano uberabense e suas relações socioculturais (1889-
 1927) / Raniele Duarte Oliveira. - 2015.
 154 f.

 Orientador: Mônica Chaves Abdala.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em História.
 Inclui bibliografia.

 1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Uberaba (MG) -
 História - Teses. 4. Uberaba (MG) - Usos e costumes - Teses. I. Abdala,
 Mônica Chaves. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
 Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Mônica Chaves Abdala

Profª Drª Sandra Mara Dantas

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

Ao meu avô querido, Narciso Luciano Oliveira (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é resultado da disciplina e estudos cotidianos da autora, mas é também fruto do incentivo e colaboração de pesquisadores, familiares e amigos que se fizeram presentes ao longo de minha trajetória. É com muita felicidade que venho demonstrar afeição.

Agradeço imensamente a professora Mônica Chaves Abdala que investiu confiança e atenção na caminhada de orientação. No esforço sempre de construir um trabalho melhor no sentido de assegurar uma perspectiva comprometida com as leituras do passado, escrevi, reescrevi, montei e desmontei várias vezes os mesmos textos no afã de aperfeiçoá-los. Nesse processo, a orientadora leu, releu e corrigiu também várias vezes com muita cautela. Portanto, o trabalho não teria sido possível sem a sua paciência, reflexões e contribuições generosas.

Agradeço igualmente a professora Sandra Mara Dantas que é contribuição constante em toda minha formação. Desde a graduação até a conclusão desse mestrado, também orientou, incentivou, compartilhou as angústias e as alegrias da vida na academia. Sem dúvida, a finalização dessa etapa intelectual é produto de seu comprometimento docente estabelecido ao longo de anos. Além de referência como pessoa é referência como pesquisadora que me ensinou a amar a História. Deixo aqui a minha profunda gratidão.

Ao professor Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior agradeço as sugestões preciosas. O trabalho aqui apresentando é fruto dos norteados realizados no momento de reestruturação do objeto da pesquisa, bem como no exame de qualificação. Suas observações muito colaboraram para o aprimoramento do entendimento de assuntos abordados na dissertação.

À professora Ana Paula Spini agradeço do mesmo modo as sugestões durante os Seminários de Pesquisa e louvo o carinho com que me recebeu em suas aulas na graduação, no cumprimento do meu Estágio Supervisionado. Seu empenho com a formação do professor-historiador será sempre lembrado na minha trajetória profissional.

Aos professores Marcos Kazuo Matushima e Terezinha Serafim Gomez agradeço as aulas no curso de Geografia. Seus ensinamentos sobre as cidades estão sempre presentes nas minhas reflexões sobre o espaço. Agradeço ainda o interesse em apontar às possibilidades de pesquisas que se abrem com os estudos realizados no âmbito da História e da Geografia.

Não posso deixar de lembrar o professor Flávio Henrique Saldanha e a professora Glaura Teixeira Nogueira Lima que atenciosamente leram o meu projeto e apontaram possíveis caminhos de investigação quando estava aflita almejando ingressar na pós-graduação. À Glaura em especial agradeço quando nos encontramos nos corredores da universidade parou para me dar um abraço e perguntar como estava o andamento da pesquisa.

Enalteço o incondicional apoio dos meus familiares. Meus pais, Sandra e Luiz, minha irmã, Raiane, e minha avó Maria Luiza. O amor, a compreensão e a força em me fazer seguir adiante são fonte de alento e regozijo. Seu empenho para a minha felicidade é notável.

Há também os amigos, Alessandro Eliziário Dornellos e Francisco Belarmino, que sempre me ouviram, aconselharam e fizeram companhia nas ocasiões felizes e nas tristes. Fiéis escudeiros, verdadeiros “injetores” de ânimo para as batalhas do dia-a-dia.

Às colegas do mestrado, Carolina e Vera, que gentilmente me acolheram em sua casa às vezes que precisei dormir em Uberlândia; confidentes das dificuldades com a pesquisa.

Tem também o pessoal do Arquivo Público de Uberaba que foram sempre muito solícitos em me receber, apresentar ideias e compartilhar seus conhecimentos acerca da documentação disponível. Agradeço em especial o João Eurípedes de Araújo que, para além de me receber, torce pelo enriquecimento da produção historiográfica sobre Uberaba.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente me ajudaram, se fizeram participantes em minha vida no decorrer dessa jornada. Seja por meio de uma inspiração, troca de gargalhadas, companhia numa garrafa de “birita” ou simplesmente a solidariedade de uma carona numa noite de chuva, meus préstimos se estendem a todos que acreditaram.

Por fim, não posso deixar de saudar a bolsa de estudos concedida pela FAPEMIG. Foi graças a esse recurso que pude me deslocar de Uberaba à Uberlândia para comparecer nas aulas na UFU, participar de congressos e eventos acadêmicos em cidades distantes, ter tempo para ler, escrever e conseguir publicar trabalhos, fazer curso de inglês e comprar a maior quantidade de livros possíveis (os que eram necessários para a pesquisa, mas também os que me interessavam pelas temáticas). Essas oportunidades me causaram muita alegria e foram demasiadamente úteis a minha formação. Portanto, sou grata!

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam.
(Sandra Jatahy Pesavento)

RESUMO

O trabalho objetiva analisar as estratégias construídas para moldar o espaço urbano e sociocultural de Uberaba/MG, entre os anos de 1889 e 1927, com vistas a um processo civilizador. É propósito compreender as representações da cidade a partir de discursos que a denominam como civilizada, a atuação de diferentes instâncias civilizadoras e a maneira como eram dadas orientações para civilizar os sujeitos. As fontes foram divididas em três grupos: legislativas, memorialistas e de imprensa. No bojo de estratégias sanitárias e de intervenções urbanísticas ocorridas nas cidades brasileiras no final do século XIX e início do século XX havia uma dimensão civilizadora que tinha como propósito conformar as condutas e os espaços urbanos. Neste ponto se situa o caminho teórico da investigação que tem como mote as contribuições de autores que trabalham com os temas “civilização” e “processos civilizadores”, com “Cidades e História”, assim como com autores que, na escala regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, realizaram pesquisas que contemplam essas temáticas. Com efeito, a interação no espaço urbano entre sujeitos ligados a diferentes grupos implicou, entre parte dos cidadãos, no esforço de transformação dos hábitos, costumes e modos de viver na cidade. Igualmente, a higiene, o sanitarismo, a urbanização e o embelezamento do espaço urbano corroboravam meios de banir da paisagem aquilo que era considerado uma impertinência na cidade que se modernizava, progredia e civilizava.

Palavras-chaves: cidade; civilização; progresso; espaço urbano; relações socioculturais.

ABSTRACT

The study objective analyze strategies constructed to mold space urban and sociocultural of Uberaba/MG, between the years 1889 and 1927, with a view to a process civilizing. It is a purpose to understand the city representations from speeches that called as civilized, the performance of different civilizing instances and the way they were given guidelines to civilize the subject. The seeds were divided into three groups: legislative, memoirs and press. At the core of health strategies and urban interventions occurring in Brazilian cities in the late nineteenth century and early twentieth century had a civilizing dimension that was intended to conform pipes and urban spaces. At this point lies the theoretical path of research with the motto of the contributions authors working with the themes of “civilization” and “civilizing process”, with “Cities and History”, as well as authors, at the regional scale of Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba, conducted research that contemplate these themes. Indeed, the interaction in the urban space between connected subject to different groups implied, between part of townspeople, in the effort to transform the habits, customs and ways of living in the city. Also, hygiene, sanitarism, urbanization and the beautification of urban space corroborated means to ban the landscape what was considered and impertinence in the city that modernized, progressed and civilizing.

Keywords: city; civilization; progress; urban space; sociocultural relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM – Arquivo Público Mineiro

APU – Arquivo Público de Uberaba

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

CAM – Câmara Municipal

AR – Atas de Reuniões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I. AS REPRESENTAÇÕES DE CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO NA CIDADE	17
1.1 Representações de civilização e progresso no final do século XIX (1889-1900)	
1.1.1 Espaço urbano, imprensa e política: as dimensões de aparecimento dos conceitos.....	21
1.1.2 Higiene e civilização: as limpezas da cidade.....	30
1.1.3 O aperfeiçoamento científico e intelectual: os letrados e os espaços de educação.....	37
1.2 Representações de civilização e progresso no início do século XX (1901-1927)	
1.2.1 Urbanização e embelezamento: as transformações estéticas do espaço urbano.....	43
1.2.2 A permanência da preocupação com higienização: intervenções de saneamento.....	49
1.2.3 Ciência e modernidade: a cidade como espaço de experimentação tecnológica.....	53
II. AS EXPRESSÕES DE CIVILIDADE NO ESPAÇO URBANO	58
2.1 A construção de comportamentos civilizados.....	60
2.2 A construção da paisagem da cidade civilizada.....	72
2.3 Os modos e os espaços dos cidadãos civilizados.....	87
III. AS FACES DA CIVILIZAÇÃO	101
3.1 Os cidadãos e as práticas impertinentes à civilização.....	104
3.2 As imagens de “barbárie” na cidade.....	119
3.3 As imperfeições do espaço no bojo da civilização.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
FONTES CONSULTADAS	147
REFERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

As cidades enquanto objetos de estudo são fontes de diversos olhares. Arquitetos, geógrafos, urbanistas, sociólogos, antropólogos e historiadores, numa ótica interdisciplinar, estruturam produções acadêmicas diversificadas. No caso da história, o diálogo com outras áreas do conhecimento tem propiciado profícuos debates.¹ No Brasil, a partir da última década do século XX, abordagens do fenômeno urbano foram desenvolvidas por meio da história cultural que passou a considerar a cidade como problema, foco de reflexão e análise.²

Nesse viés, o propósito geral desta pesquisa é compreender, no período que abarca os anos de 1889 a 1927, as estratégias³ construídas para moldar o espaço físico e social da cidade de Uberaba na ótica de um processo civilizador. É também entender as representações da cidade a partir de discursos que a denominam como civilizada. Desse modo, o problema que norteia o trabalho é: como se dava a tentativa de constituição de um universo social comum entre os diferentes sujeitos que compunham o espaço urbano uberabense e quais as estratégias construídas para o desenvolvimento de foros civilizados?

O recorte temporal se deu em função da chegada dos trilhos da estrada de ferro da Companhia Mogiana que, além de ser apontada como referência de modernidade, progresso e civilização, condicionou uma redefinição do espaço da cidade. A data final se deve a uma (re)elaboração do código de posturas municipais⁴ que sinaliza a necessidade de se pensar em uma nova conformação do espaço urbano e dos cidadãos.

A pesquisa parte da premissa que um processo civilizador vinha sendo estabelecido na cidade. A análise desse processo no período delimitado enriquece um campo de investigação que é o das relações entre acepções de civilização e conformação das cidades. O estudo de tais relações empreende alguns passos na busca da compreensão da construção social do homem civilizado no que concerne ao espaço urbano. As maneiras de se comportar nesse espaço não são dadas aleatoriamente, pois envolvem um processo de dimensão civilizatória. Assim, o

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 77-80.

² BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: LIPPI, Lúcia Oliveira (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 16-35.

³ O conceito de “estratégias” utilizado ao longo do trabalho é aquele a que se refere Michel de Certeau que o concebe como “o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa)”. Afirma o autor que as estratégias são, portanto, “ações que graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem.” CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 93-96.

⁴As posturas municipais que estavam em vigor até então eram as de 1867.

trabalho coloca em debate a perspectiva de que a própria construção da cidade é resultado de relações sociais, políticas, econômicas e culturais marcadas por estratégias civilizadoras.

Uberaba, no Triângulo Mineiro, começou a se formar como núcleo urbano no início do século XIX. Foi distrito, freguesia, vila e, em 1856, alcançou a prerrogativa de cidade. Por ser ponto de confluência de estradas e por desempenhar uma centralidade política, econômica e administrativa tornou-se entreposto comercial no Brasil Central⁵. Na primeira metade do século, os sujeitos produtores do espaço urbano eram os proprietários de terras, os comerciantes (que muitas vezes eram proprietários de terras), cidadãos sem muitas posses e a igreja que, sendo um relevante expoente no ordenamento urbano, criava elos de sociabilidade com a realização de missas, casamentos, batismos, funerais e festas religiosas.

Na segunda metade daquele século, a pujança comercial colaborou para a intensificação do ritmo da vida urbana, havia circulação de riquezas, instrumentos, pensamentos e objetos constituidores de vivências que se tornavam mais dinâmicas na medida em que a presença dos moradores colaborava na criação de novas paisagens urbanas fortemente atreladas ao universo rural. Nas décadas finais, a chegada da estrada de ferro possibilitou o crescimento da cidade que, partindo da área central, se expandiu principalmente em direção à estação ferroviária.

Todavia, o destaque regional como entreposto decaiu com a expansão dos trilhos à Uberlândia (1895) e à Araguari (1896). Isto repercutiu na perda de praças comerciais e no crescimento da pecuária como alternativa à recuperação econômica. A partir da importação de gado zebu da Índia se abriu um período de prosperidade para os seus criadores.

O quadro que se esboça em Uberaba no final do século XIX e início do século XX é o de “uma sociedade fundiária ainda fortemente definida por traços senhoriais”⁶, mas, ao mesmo tempo, uma sociedade que abrangeu o aparecimento de sujeitos, também produtores do espaço urbano, que escapavam ao controle das elites agrárias⁷. Exemplos eram os imigrantes e os negros remanescentes do universo escravocrata. A tentativa de constituição e ordenamento de um universo social partilhado por esses sujeitos no espaço urbano desembocava em práticas que visavam estabelecer modos de comportamento civilizados.

⁵ CARVALHO, Renato Muniz Barreto de. **Vida e morte de um córrego**: a história da expansão urbana de Uberaba, MG e do córrego das Lajes. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia/MG. 2004.

⁶ REZENDE, Eliane M. M. **Uberaba**: uma trajetória socioeconômica (1811-1910). Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1991. p. 142.

⁷ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República**: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX). Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 253.

Brescianni, ao percorrer de maneira crítica os escritos de autores que contribuíram para os estudos sobre as cidades, afirma que o saber que se forma sobre elas no século XIX se ancorava nas ideias sanitárias que tinham como fio de meada o saneamento dos espaços levando-se em conta teorias médicas e de engenharia. De um lado, o saber médico incentivava a criação de espaços adequados à formação de homens sãos para o trabalho e, de outro, o do engenheiro que afirmava que os espaços só poderiam ser produzidos por meio do domínio da técnica que deveria ser útil à maneira como funcionavam os equipamentos urbanos coletivos.⁸ Havia uma interação entre o saber médico e do engenheiro na constituição dos saberes sobre as cidades. No intuito de dotá-las de empreendimentos que atendiam normas de habitação, a técnica se aliava às ciências nos momentos de construção de políticas governamentais. Visava-se assegurar um ambiente saudável no qual a tecnologia, articulada à higiene e sanitário, construiria o espaço urbano ideal. Também, pensamentos de ordem econômica e política problematizavam as concentrações de trabalhadores pobres nas cidades. Afirmava-se, por exemplo, que além de constituírem uma ameaça coletiva fora do ambiente de trabalho eram objetos fáceis de doenças. Seus corpos “sujos e magros”, residindo em espaços com pouca higienização, estariam propensos ao aparecimento e proliferação de epidemias.

No bojo das estratégias sanitárias e de intervenções na cidade havia um viés civilizador que tinha como fim conformar os comportamentos e os espaços urbanos. Nesse ângulo, o caminho escolhido para a investigação envolve as contribuições teórico-metodológicas de Norbert Elias, Jean Starobinski, Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Maria Stella Bresciani, Noronha de Sá, Sérgio Campos Gonçalves, Márcia Amantino, Sandra Mara Dantas, Rogéria Moreira Rezende Isobe, Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior e Roberto Carlos dos Santos que serão fundamentais na construção, reflexão e análise das fontes de pesquisa.

No que concerne a Norbert Elias, o conceito de civilização será abordado levando em consideração as descrições que a sociedade ocidental pontua como seus motivos de orgulho: “o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo”⁹. De Jean Starobinski serão trabalhados os usos do conceito e os seus contrapontos. De Roger Chartier serão utilizados os conceitos de representação, prática e lutas de representação pensando no universo da cidade. De Carlo Ginzburg, serão problematizadas as pistas de um passado urbano constituído por sujeitos não associados a grupos de poder político, econômico, intelectual ou social. De Maria Stella Bresciani e Noronha de Sá serão abordadas as relações entre o conceito de civilização e cidade. De Sérgio

⁸ BRESCIANNI, 2002, p. 16-35.

⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 23.

Campos Gonçalves e Márcia Amantino será pontuada a existência de um projeto civilizador estabelecido pela coroa portuguesa no Brasil durante o período colonial, assim como indicado que o conceito de civilização aportou definitivamente em terras brasileiras quando a família real se instalou no Rio de Janeiro, em 1808. O conjunto de autores que abordou a questão da civilização em seus trabalhos - Sandra Mara Dantas, Rogéria Moreira Rezende Isobe, Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior e Roberto Carlos dos Santos - será fonte de diálogo constante levando em conta o fato de que contempla uma discussão regional que envolve cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba durante os anos finais do século XIX e iniciais do século XX. Fica claro, porém, que as produções utilizadas fazem parte de seleções que não esgotam as pesquisas existentes sobre a temática da civilização no Brasil.

Para Norbert Elias, o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo e pode se referir a uma variedade de fatos e atividades humanas passíveis de serem descritas como civilizadas. Trata-se de um processo de mudanças nas condutas e sentimentos humanos rumo a uma direção específica. Por um lado, as mudanças não seguem necessariamente uma lógica racional ou um planejamento, mas, por outro, não significa a inexistência de algum tipo de ordem.¹⁰ O controle efetuado por algumas pessoas vai sendo convertido em autocontrole e as atividades humanas consideradas animais ou inadequadas vão sendo excluídas da vida em sociedade na medida em que são investidas de sentimentos de culpa e vergonha. No seu ponto de vista, há diferenças de tipos e estágios de processos civilizadores. Eles podem ocorrer em perspectiva individual e em perspectiva social, ambas se articulando e tecendo relações entre mudanças na estrutura da sociedade e mudanças na estrutura dos comportamentos.

Igualmente, Jean Starobinski afirma que civilização designa um processo, “civilizar seria tanto para os homens quanto para os objetos”. Segundo ele, desde sua primeira utilização, a palavra civilização foi objeto de diferentes acepções, pluralizada, e por isso, de maneira alguma um termo unívoco. Seus significados podem variar de uma nação para outra remetendo a “processo complexo de refinamento dos costumes, de organização social, de equipamento técnico, de aumento dos conhecimentos.” Faz parte da família de conceitos a partir dos quais um oposto pode ser nomeado: o “anticivilizado”, o “incivilizado”, o “não civilizado”, o “bárbaro”. O civilizado coexiste na presença do considerado anticivilizado, pois podem ou não ser antagonísticos. Starobinski afiança também que “o anticivilizado, o bárbaro devem ser postos fora da condição de prejudicar, se não podem ser educados ou convertidos.”

¹⁰ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 193.

Além disso, em sua concepção, civilização propaga a ideia de movimento visto que traz em sua constituição o substantivo “ação”. Pode designar um valor e/ou um fato. Quando “reconhecida como um valor, a civilização constitui uma norma político-moral: ela é o critério que permite julgar e condenar a não-civilização, a barbárie.” Em compensação, quando utilizada para designar a organização presente das sociedades designa um fato¹¹.

Starobinski salienta ainda a existência de autores, como Ferguson, que empregaram o conceito associado à ideia de estágios de organização das sociedades; como Rousseau e Goguet que não o utilizaram diretamente, mas esboçaram pontos de vista semelhantes no sentido de evolução; que o usaram para designar estados de cultura e de equipamento material, como Mirabeau, e de autores como Constant, que o empregaram para se referir ao crescimento dos “recursos, da segurança, dos gozos, assim como do aperfeiçoamento interior dos indivíduos, do desenvolvimento de suas qualidades afetivas e intelectuais, do alargamento e do aprofundamento feliz de suas relações mútuas.”¹²

Tratando-se das contribuições de Roger Chartier, o autor aponta que um dos sentidos de representação é aquele que diz respeito a “instrumentos de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente por uma imagem presente”. Com base nisto, as representações analisadas neste trabalho são aquelas que remetem à formulação de imagens inerentes aos modos de ver as cidades cujos saberes se cruzam e se defrontam. Códigos de valores e condutas, por exemplo, podem ser compartilhados ou rejeitados por cidadãos que dão sentido aquilo que o autor convencionou chamar de lutas de representações. Para Chartier, uma luta deste tipo está sempre colocada “num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.” Assegura ainda que as lutas de representação nada mais são que “os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”¹³

Outro ângulo de análise, desenvolvido por Carlo Ginzburg, é aquele que o autor esclarece sobre a “existência de desníveis culturais no interior das chamadas sociedades civilizadas.” Para ele, “aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como camadas inferiores dos povos civilizados possuíam cultura”. No entanto, os modos de vida daqueles que se situavam numa posição social de “camadas inferiores” é marcado pela dificuldade do rastreamento de suas ações. A escassez de testemunhos construídos por esses sujeitos faz com que a procura por fontes escritas se torne inevitável. Sobre esse tipo de

¹¹ STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.14-15.

¹² Ibidem, p. 16-51.

¹³ CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1985, p. 17-20.

fontes, Ginzburg assevera que são duplamente indiretas, “por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante.”¹⁴ As práticas culturais produzidas por sujeitos pobres, muitas vezes, chegam até o historiador por meio de filtros que as deformam. Aparecem em documentos oficiais ou jornais que, de forma direta ou indireta, abordaram um pouco de suas vivências no espaço urbano da cidade.

É importante salientar que a palavra civilização está diretamente relacionada à ideia de cidade. No século XVIII, pensadores das luzes já preconizavam que nas cidades estava a dinâmica da civilização. Segundo Bresciani, essa concepção perdura ao ser (re)afirmada por pensadores da virada do século XVIII para o século XIX. Todavia, enquanto no XVIII prevalecia uma visão projetiva e idealizada nas teorias sobre as cidades, no XIX elas se tornam objetos mais concisos de observação e avaliações, principalmente em relação ao impacto do crescimento urbano. De tal modo, as projeções de cidades idealizadas no século XVIII permanecem no século XIX só que relacionadas a problemas sociais. Neste ponto, de acordo com a autora, as cidades imaginadas estavam para ser feitas enquanto as reais passavam por intervenções nas áreas urbanizadas¹⁵.

Autora que também aborda a questão da relação entre civilização e cidade é Noronha de Sá: “no século XIX, a referência à cidade continuou acompanhando a palavra civilização” e “o sinal exterior mais evidente que orientou a designação de determinadas sociedades como civilizações foi, justamente, a existência de cidades em seu seio.” Na variedade de significados que se pode atribuir ao conceito, a pesquisadora ressalta que “a palavra tem uma importante relação filológica com a ideia de cidade.” Se relaciona a hábitos urbanos, a regras de convivência específicas aos modos de vida nas cidades. No século XVIII, por exemplo, se tornar civilizado significava se urbanizar, adquirir urbanidade. No XIX, a expressão continua referenciando as cidades visto que a designação de algumas sociedades como civilizadas era por fazerem parte delas. Isto indica que, “além de ser o espaço privilegiado para o desenvolvimento da urbanidade, da polidez, da democracia, da cultura e da ciência”, a cidade se consagrava como espaço de civilidade. Igualmente, urbano e urbanidade, em suas relações de significação vocabular, se referem a “urbanizar como uma ação de civilizar, tornar o indivíduo civil, polido.”¹⁶

Embasando-se na conceituação de Elias, Sérgio Campos Gonçalves entende civilização como o termo que “condensa tudo em que a sociedade ocidental se julga superior a

¹⁴ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 12-13.

¹⁵ BRESCIANI, 2002, p. 20-28.

¹⁶ SÁ, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e barbárie**: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 43-45.

sociedades antigas ou a sociedades contemporâneas normalmente entendidas como atrasadas.” Compõe em seu ver a expressão de uma formação social forjada na Europa, *a sociedade de corte*, que “fez o conceito se remeter a uma identidade que, no decorrer da constituição dos Estados nacionais, associa o conceito de cultura à civilização, pois a cultura ocidental seria o resultado da civilização.” Para este autor o sentido moderno de civilização é então o de um processo que se traduz como “o caminhar do progresso em direção à modernização tecnológica e à sofisticação dos hábitos humanos, cujo parâmetro é a Europa ocidental onde especialmente a França exportou sua ideia de civilização para o mundo.” Assim, para Gonçalves ocorreu um processo civilizador “ocidentalizante” assegurado na ideia da superioridade axiomática das nações europeias. No caso do Brasil, o autor assevera que a experiência histórica da ocorrência de um projeto civilizador se deu desde quando a coroa portuguesa iniciou seu processo de colonização.¹⁷

Márcia Amantino afirma que já no “século XVIII houve um projeto civilizador voltado para a Colônia. Embora tenha sido desenvolvido na Metrópole, tal projeto foi, em linhas gerais, absorvido pelas elites coloniais.”¹⁸ Tinha como objetivo dotar de civilidade áreas que no olhar dos colonizadores eram ermas, dentre as quais se encaixava a região oeste do que, posteriormente, seria o Estado de Minas Gerais. Chamado de sertão, esse espaço, entendido não apenas como região geográfica, compreendia, aos olhos de seus frequentadores, “toda porção de terra que estivesse longe do litoral. Era a região do desconhecido, do descontrolado e, portanto, dos perigos para os civilizados.”¹⁹ Tais perigos, na documentação analisada por Amantino, eram os índios, os quilombolas e os vadios. Três grupos de pessoas percebidas pelos colonizadores como entraves ao avanço da sociedade civilizada. Associados a imagens de bárbaros, os primeiros eram vistos como possível mão de obra a ser escravizada e convertida em colaboradora na captura de quilombolas. Estes, por sua vez, eram notados como “feras, bandidos, propriedades fugitivas de alguém.”²⁰ Ao mesmo tempo, os vadios eram “considerados criminosos.”²¹

Nesse *corpus* de ideias negativas criadas sobre os moradores dos sertões surgiram, de acordo com Amantino, as justificativas para o seu aniquilamento. Expedições eram enviadas aos sertões com o objetivo de controlar os índios que os habitavam, se preciso eliminá-los

¹⁷ GONÇALVES, Sergio Campos. O pensamento civilizador e a cultura historiográfica brasileira no século XIX. *Revista Fazendo História*, Natal: UFRN, v. 1, n. 2, 2008. p. 130-132.

¹⁸ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras*: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008. p.168.

¹⁹ *Ibidem*, p. 34.

²⁰ *Ibidem*, p. 172.

²¹ *Ibidem*, p. 51.

juntamente com tudo aquilo que fosse avaliado como entrave a sua ocupação. Logo, imbuída de um projeto civilizador, era propósito da coroa portuguesa promover uma “limpeza” dos sertões visto que, apesar da existência do contingente humano caracterizado como hostil, era dotado de riquezas minerais e possibilidades econômicas. Com o encontro de metais preciosos, vilas e arraiais de destaque minerador esboçavam, nas palavras da autora, uma atmosfera de libertinagem na qual bebida, prostituição, batuques e esmolas “serviam para demonstrar como vivia aquela sociedade e quanto ela precisava ser ordenada.”²² Com efeito, a decorrente miséria oriunda do declínio da mineração, somada ao considerável controle e fiscalização nas vilas, fez com que os pobres e vadios deixassem os maiores centros populacionais mineradores para tentar a sorte nos sertões.²³ A coroa incentivou a fixação e o cultivo de terras em regiões mais ao oeste, e ao final do século XVIII e no decorrer de todo o XIX, o extremo oeste mineiro foi aos poucos aumentando seu contingente de pessoas em áreas que ainda assim permaneciam sendo vistas como esconderijo de tribos e quilombolas.²⁴

Contudo, mesmo com a existência de um projeto civilizador estabelecido pela coroa portuguesa e incorporado pelas elites coloniais, a utilização intelectual do conceito de civilização no Brasil só aconteceu nas primeiras décadas do século XIX, por meio de fontes francesas. Ao analisar seis edições de um dicionário²⁵ corrente no período, Noronha de Sá verificou que da primeira à terceira edição não aparece o verbete civilização, apenas seus correspondentes civil, cível e civilidade. Da quarta edição em diante a palavra começa a ser utilizada como “ato de civilizar; estado do povo civilizado”. Na quinta e sexta edição a definição continua a mesma. Entretanto, na quinta, o verbete “civilizado” recebe algumas adições que destacam, por meio de repetição, a palavra “leis”. Já na sexta edição a novidade foi o verbete “civilizador” que aparece como aquele “que civiliza, ilustra, promove a instrução e pole os costumes de um povo”. Deste modo, para a autora, “a palavra civilizador vem personificar a ação de civilizar, que obriga a existência de um agente civilizador.”²⁶

Conforme assegura Gonçalves, o conceito de civilização aportou definitivamente no Brasil quando a família real portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, em 1808, juntamente com sua corte: “a chegada de D. João VI inicia a europeização dos costumes da elite colonial, ao mesmo tempo em que os recém-imigrados tendem a se adaptar na nova realidade social

²² AMANTINO, 2008, p. 151.

²³ Ibidem, p. 203.

²⁴ Ibidem, p. 167.

²⁵ Os dicionários analisados pela autora são edições do “Dicionário Moraes”.

²⁶ SÁ, 2012, p. 47.

local.”²⁷ Prontamente, os projetos civilizadores sempre estiveram presentes no Brasil, do Rio de Janeiro ao interior. Os sertões como o oeste mineiro foram objeto de práticas civilizatórias que nas décadas finais do século XIX fizeram com que sujeitos de inúmeras localidades fomentassem representações de civilização, ordem, progresso e modernidade que se expressariam no nível de aperfeiçoamento material e social das cidades que habitavam.

A abolição, o mundo do trabalho recebendo sujeitos oriundos do universo da escravidão, a inserção de mão de obra imigrante e a instauração do regime republicano se relacionam à necessidade de construir uma identidade nacional para o país. Nesse contexto, as cidades brasileiras foram inundadas por práticas e representações que visavam situá-las no patamar de civilizadas, inclusive a região que atualmente compreende cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba entrou na lista governamental de áreas que precisavam se modernizar, pois ainda eram vistas como sertões. Foi assim que parte dos habitantes de cidades como Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba estabeleceram ações para criar urbes civilizadas, com cidadãos a contento. As elites locais se (re)inventavam no sentido de criar maneiras de conformar os espaços e os *outros* tidos como “não civilizados”.

Sandra Mara Dantas, ao investigar “a constituição do urbano e seu corolário na cidade de Uberabinha, atual Uberlândia (MG), no final do século XIX e primeiras décadas do XX”, constatou que nos vários povoamentos e arraiais surgidos no século XIX houve um empenho na execução de um projeto de civilização em curso no Brasil daquele período. Os pioneiros que foram se estabelecendo em Uberabinha, igualmente, se tornaram executores de um projeto de civilização e modernização no interior de Minas Gerais. Este projeto, em curso no Triângulo Mineiro desde o final daquele século, levou Uberabinha a adotar o nome de Uberlândia. Nesse processo, a autora averiguou que, durante as três primeiras décadas do século XX, os grupos sociais dominantes da cidade estabeleceram um conjunto de fatores (serviços de infraestrutura, arquitetura monumental, expansão de ruas e jardins públicos, etc.) que constituíram o caudal de um projeto de civilização e modernização notado pela permanência de uma poderosa família, os Rodrigues da Cunha e seus correligionários, na administração política municipal. A elite local criava um conjunto de práticas para viabilizar seus interesses e garantir a civilização. Na visão de Dantas, fruto de concepções liberais, o projeto de civilização executado “construiu uma cidade marcada pelos conflitos entre os diversos grupos sociais que disputavam espaço para expressar suas representações.” Ainda, as ideias de civilização e progresso, correntes no Brasil do período privilegiado, eram utilizadas

²⁷ GONÇALVES, 2008, p. 134.

com proximidade e visavam garantir a consecução de uma sociedade e cidade ideal. Assim sendo, Dantas, no decorrer da pesquisa, apresenta a existência de mais de um projeto de civilização: o que estava em curso no Brasil, o que estava em curso em Minas Gerais e os projetos que estavam em curso na cidade.²⁸

Rogéria Moreira Rezende Isobe, ao analisar o processo de constituição do modelo escolar engendrado com a Reforma educacional de 1906, focalizando o Triângulo Mineiro até o período de 1920, averiguou que foi no âmbito de um projeto civilizador republicano que se deu o empenho de escolarização na região. A autora observou uma tensão entre sertão e civilização evidenciada nas distinções espaciais que se pautavam na crença de que, em determinadas partes do Estado, predominava a incivilidade. As áreas mais afastadas do litoral eram representadas como incultas, com habitantes rudes, pobres, ignorantes e analfabetos. Nessa ótica, o Triângulo Mineiro era apontado como um lugar distante e desordeiro, com moradores grosseiros, assolados por práticas de depredação e banditismo. A distância em relação aos centros mais populosos se configurava como argumento do governo central que concebia a região como lugar de barbárie. Deste modo, Isobe, no desenrolar da investigação, trouxe à baila a existência de um projeto, fruto da ação governamental republicana, caracterizado pelo esforço de promover a civilização no sertão por meio da escolarização.²⁹

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior, buscando historicizar os processos de instituição do imaginário social do trabalho a partir das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como dito, situadas na porção oeste de Minas Gerais, analisou as representações e as práticas que presidiram a invenção do trabalhador nacional no final do século XIX e início do XX. Afirma que, não sem resistência, parte da sociedade deste período foi impelida a agir material e simbolicamente com vistas à conformação de uma sociedade civilizada. Com a instauração da República, elegeu-se o sertão como um dos lugares onde o Brasil se regeneraria ao se encontrar com as matérias primas da civilização. Os olhos governamentais se voltaram para o interior do Brasil visando à construção de uma nova capital federal que estaria em interlocução com um projeto de interiorização como fator de integração nacional. Por meio de múltiplos discursos se estabeleceu a projeção de sentidos positivos às imagens do trabalho e do trabalhador. As elites políticas, proprietárias e intelectuais se apropriaram e fizeram circular representações que visavam produzir soluções para o problema da formação do

²⁸ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Tese. Doutorado em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. 2009.

²⁹ ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **Educação e civilização no sertão: práticas de constituição do modelo escolar no Triângulo Mineiro (1906-1920)**. Tese (Doutorado em educação) Programa de estudos pós-graduados em educação: história, política, sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

mercado de trabalho livre em conformidade com as expectativas de civilização. A modernização do país se articulava a um ideário liberal que envolvia o progresso, a civilização e alguns de seus suportes como o trabalho. Bem assim, para Ribeiro Júnior as elites brasileiras, não destoando de perspectivas governamentais mais amplas, colocavam em cena o fomento de possibilidades para a criação de uma identidade nacional que se expressasse em sujeitos coerentes com os princípios de ordem, progresso e civilização.³⁰

Roberto Carlos dos Santos, ao analisar as representações do ideário do progresso urbano através de discursos assentados nos conceitos de moral, bons costumes e ordem pública na cidade de Patos de Minas, no período que compreende os anos de 1900 a 1960, constatou que “o conceito de civilização era alargado ou reduzido, de forma a não escapar o comando das mãos das elites dirigentes locais.” Nas memórias construídas sobre a cidade lutava-se “por uma homogeneização de imagens que refletiam os conceitos de civilização, moral, saúde, ciência e progresso.” Contudo, segundo o autor, antes de a civilização urbana acontecer era preciso aceitação e deslumbramento que resultariam na existência de duas cidades e duas civilizações: uma era imaginada, pensada e idealizada e outra vivenciada, real. O processo de urbanização era associado aos discursos civilizadores e as elites impunham propostas moralizantes que se imbricavam nos signos de uma noção de progresso. A urbanização, os rituais e as representações que buscavam dar sentido à cidade, eram revestidos de uma missão civilizadora que nunca se completava, ao contrário, operava numa lógica excludente e perversa em que as classes dirigentes se colocavam na condição de condutoras do projeto civilizador social. Deste modo, para Santos, o projeto de civilização que se deu em Patos de Minas era dirigido pelas elites locais que se autoproclamavam como escolhidas e encarregadas de divulgarem que seus segmentos sociais estavam mais bem preparados para gestá-lo.³¹

Por meio da discussão desses quatro autores está evidente que os processos civilizadores que se deram em cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período aqui estudado, possuíam aspectos semelhantes e se articulavam a projetos governamentais, de âmbito federal e estadual, que tinham como fim a produção de uma imagem e identidade nacional proveniente do advento da República. Fazendo coro a esses projetos, as elites urbanas sertanejas, com características fortemente arraigadas ao meio rural, também

³⁰ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo. **O mundo do trabalho na ordem republicana**: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais (1888-1928). Tese. (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. 2008.

³¹ SANTOS, Roberto Carlos dos. **Urbanização, moral e bons costumes**: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960). Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia. 2001.

estabeleciam seus projetos de civilização com vistas à inserção no processo de modernização que se dava no país.

Concomitante, o esforço para a formulação de um cenário progressista fazia com que cada cidade procurasse um diferencial que a destacasse entre as demais. Criava-se um panorama regional no qual diferentes sujeitos colaboravam para a alteração da parte física e social, assim como da atribuição de sentidos à cidade. Entretanto, o que diferenciava uma cidade da outra eram as suas particularidades locais. Logo, o presente trabalho está perpassado também pelo objetivo de apresentar alguns dos projetos de civilização construídos para Uberaba que, não destoando de outras cidades, possuía uma elite social, econômica, política e intelectual que criava estratégias para tornar a urbe civilizada.

As estratégias se integravam a um processo civilizador que se expressava no espaço urbano e nas relações socioculturais nele estabelecidas. Para analisar esse processo, no período que compreende o recorte temporal da pesquisa, a metodologia adotada abarca a premissa de que as cidades são textos que podem ser lidos por meio das palavras, das ações cotidianas, dos rituais e dos códigos de civilidade³². Com base na documentação disponível, a cidade de Uberaba será lida por meio das palavras e dos códigos de civilidade. As palavras impressas nos jornais, nas atas e nos registros de memorialistas; os códigos de civilidade nas posturas municipais e também nos jornais.

As dimensões de análise das cidades são as materialidades, as sociabilidades e as sensibilidades. As materialidades dizem respeito ao espaço construído, visível, palpável; as sociabilidades abarcam as interações entre os diferentes sujeitos e as sensibilidades se revelam “pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano. Envolve utopias, esperanças, desejos e medos, individuais e coletivos, que o habitar em proximidade propicia.”³³ Nesse ângulo, os três aspectos serão considerados nas observações sobre Uberaba. A permanência, modificação e configurações de materialidades no traçado urbano são reveladoras de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que se reproduzem no espaço. Já as sociabilidades e as sensibilidades são percebidas nas diversas vozes, de maneira alguma homogêneas ou sempre concordantes, que deixaram registros sobre a cidade.

Para operacionalizar a pesquisa, as fontes foram divididas em três grupos: legislativas, memorialistas e imprensa. As fontes legislativas são as atas da Câmara Municipal e as “Posturas Municipais” (1867), o “Projecto de reforma das Posturas Municipais” (1889) e o

³² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, jun. 2007. p.11.

³³ *Ibidem*, p.14.

“Código Municipal” (1927). As atas foram selecionadas porque revelam as decisões acerca da administração pública e as posturas porque agrupam os preceitos que serviam à conformação física e social da cidade. Os memorialistas também são três: Antônio Borges Sampaio, Hidelbrando Pontes e José Mendonça que foram escolhidos em função de suas menções aos conceitos de civilização e progresso.

As fontes de imprensa são os jornais: “Tribuna do Povo”, “Gazetinha” e “O Sorriso” que foram selecionados devido ao tempo permitido para a realização da pesquisa que não tinha apenas os jornais como fontes. Logo, é fundamental esclarecer que nenhum dos três periódicos foi utilizado como objeto, mas sim como fonte de pesquisa. No primeiro capítulo, o critério de leitura foi seleção de artigos que abrangiam representações acerca do conceito de civilização e progresso no que concerne ao espaço urbano e aos comportamentos dos cidadãos neste. No segundo capítulo, o critério de seleção foi artigos que apresentavam uma dimensão civilizatória no sentido de orientar maneiras de se portar nos espaços. Por fim, no terceiro capítulo, o critério de leitura e seleção foi artigos que desnudam a outra face do conceito de civilização: as práticas vistas por parte da população como impertinentes, a barbárie expressa em atos de violência e a aparência de incivilização no espaço urbano.

Os jornais “Tribuna do Povo” e “Gazetinha” abarcam os anos finais do século XIX e estão disponíveis no site do Arquivo Público Mineiro³⁴ que disponibiliza on-line uma documentação desse século. Ambos os jornais se caracterizavam como republicanos. Já o jornal “O Sorriso”, aberto para consulta no Arquivo Público de Uberaba, esteve em circulação de 1910 até o início de 1916. Ativado e desativado algumas vezes no decorrer desses anos, o jornal se caracterizava como uma “escola em que se preparam jornalistas”³⁵.

Atuando como instância civilizadora, os jornais geravam imagens do cotidiano urbano e das disputas entre os sujeitos que lhes davam vida. É possível encontrar neles positivamente da cidade e visões negativas de colaboradores que visavam despertar atenção para questões que consideravam relevantes e que precisavam de modificação³⁶. Muitas vezes, ao veicularem imagens de descuido, os apontamentos realizados funcionavam como uma forma de cobrança de melhorias numa cidade que não estava da maneira idealizada.

³⁴ Vale deixar claro que o Arquivo Público de Uberaba possui um exemplar impresso da Gazetinha (1894), três da Gazeta de Uberaba (1897, 1903, 1917), um exemplar de O Brado (1919), um de o Manifesto (1927). Portanto, uma documentação que contemplaria o recorte temporal da pesquisa. Contudo, o material não foi analisado devido a não disponibilidade de realização da consulta, pois o Arquivo, no decorrer do levantamento das fontes, estava em mudança de prédio e reorganização de acervo, permitindo a consulta somente do jornal “O Sorriso”. Deste modo, enquanto não era possível consultar os exemplares dos jornais do século XIX no Arquivo Público de Uberaba, recorreu-se a documentação disponibilizada on-line no site do Arquivo Público Mineiro.

³⁵ Jornal O Sorriso. 31 de julho de 1910. APU.

³⁶ Conforme observa Dantas em sua tese sobre a cidade de Uberlândia.

As “Posturas Municipais” (1867), o “Projecto de reforma das Posturas Municipais” (1889) e o “Código Municipal” (1927) indicam o intuito do poder público em transformar o sítio urbano, tanto no que implica o ensejo de homogeneizar o espaço, quanto no que concerne à tentativa de uniformizar as condutas dos habitantes. Para o primeiro caso, havia preocupação com iluminação, cuidados com os transportes, proibição de jogar lixo nas ruas etc. Para o segundo, havia o estabelecimento de regras de convívio que direcionavam as ações cidadinas. Assim, para o alcance de uma imagem condizente com os mores civilizados, esses documentos funcionavam como instrumento legal no controle de tudo que era feito no espaço urbano. Aquilo que não fosse cumprido estaria suscetível a policiamento, prisão e pagamento de multas.

As fontes memorialistas auxiliam na construção de uma ampla visão acerca da sociedade uberabense durante o período estudado. Por meio delas é possível apreender a multiplicidade de representações da cidade civilizada. De Hidelbrando Pontes “História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central” é uma edição de 1970, da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Ao contrário de outras obras que reuniram textos que deram origem aos livros de Antônio Borges Sampaio e José Mendonça, o trabalho de Pontes, ao que tudo indica, foi escrito pelo mesmo com propósito de torná-lo livro. De Borges Sampaio “Uberaba: História, fatos e homens” é uma edição de 1971, também da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Por meio da lei 2.050 a prefeitura municipal instituiu a criação de uma “bolsa de publicações” que servia à divulgação de trabalhos sobre a cidade e a região. A edição reúne uma série de textos escritos pelo memorialista no decorrer de sua vida em Uberaba. De José Mendonça, “História de Uberaba” é uma edição de 1974, igualmente da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Por meio do dinheiro da mesma “bolsa de publicações” que financiou a reunião dos textos de Antônio Borges Sampaio, foi construída esta obra. Trata-se de um agrupamento de textos publicados por Mendonça no jornal *Lavoura e Comércio* quando da comemoração do centenário da cidade, em 1956. É notório que Mendonça reescreveu fatos já narrados por Sampaio e Pontes, todavia afirma ter acrescentado novos. De tal modo, é possível apreender nas obras práticas e representações que se construía para a cidade. Mesmo com a publicação dos textos desses memorialistas apenas na década de 1970, a Uberaba sobre a qual escreveram é aquela do final do século XIX e início do século XX.³⁷

³⁷ Os memorialistas não eram simples “registradores” do que acontecia na cidade. Sampaio, por exemplo, ao escrever realizava pesquisas, confrontava dados, se posicionava e argumentava acerca de seus pontos de vistas. Suas memórias, frutos de seleções carregadas de sensibilidades, não se enquadram ao perfil de narrador passivo da realidade. Ao invés disso, era questionador, ora de forma positiva, ora de forma negativa, colocando em cena suas percepções para o progresso e a civilização.

Numa visão geral, as fontes expressam as maneiras como Uberaba era vista, pensada e sentida por sujeitos que queriam ser caracterizados como civilizados. As interações socioculturais no espaço levaram a um repensar de hábitos, costumes e formas de viver na cidade. Preceitos de civilidade se tornaram necessários na medida em que a cidade se urbanizava. Concomitante, se dava o afastamento daquilo que era considerado indesejável à civilização.

A obtenção de comodidades materiais, o aprimoramento das relações socioculturais e a modificação dos espaços eram elementos utilizados por diferentes sujeitos para definir o civilizado. Contrastando, problemas de infraestrutura, de ordem pública e de bem estar social eram descritos como antônimos da civilização. Deste modo, o espaço urbano uberabense era marcado por um conjunto de contradições que repercutiam na diversidade de maneiras como a cidade era representada. Nessa ótica, o trabalho se subdividirá em três capítulos.

O primeiro, “As representações de civilização e progresso na cidade” terá como fio de meada a análise dos modos de ver a cidade a partir de discursos que a denominam como civilizada. O capítulo mostrará que os serviços de infraestrutura no espaço urbano, a imprensa e a esfera política se relacionavam à criação de imagens de engrandecimento da cidade. Numa conjuntura em que as técnicas de engenharia e o saber médico eram utilizados como bases de práticas sanitárias, as intervenções de higiene na urbe desempenhavam uma função civilizadora. Também, a urbanização, o embelezamento, o desenvolvimento científico, as visões de mundo da intelectualidade local, “homens de ciências e letras”, e a instauração de novas tecnologias colaboravam na implantação de um universo material que, motivo de orgulho, servia para definir ideias de civilização na cidade.

O segundo, “As expressões de civilidade no espaço urbano”, mostrará que Uberaba, durante o período estudado, era uma cidade onde circulava um significativo fluxo de pessoas pertencentes a grupos sociais distintos e, conforme o urbano ia se constituindo, a vida em sociedade se tornava cada vez mais intrincada devido à multiplicidade de tramas sociais. Estratégias criadas pelo poder público municipal para conformar os comportamentos e os espaços eram forjadas. Do controle ao autocontrole, da coerção a autocoerção, os cidadãos eram compelidos à civilização. As relações socioculturais iam sendo refinadas visto que as modificações do espaço visavam à conformação do homem ideal para habitá-lo. A construção de espaços destinados ao lazer, além de dinamizar as interações sociais, serviam à criação de novos parâmetros de civilidade e urbanidade. Os padrões de comportamento e etiqueta eram forjados com vistas à representação de sujeitos e espaços civilizados.

Por fim, o terceiro capítulo, “As faces da civilização”, tem como mote as representações de sujeitos sociais e de espaços que em Uberaba eram considerados, por parte dos moradores, como impertinentes à civilização. Com efeito, tanto em termos de comportamento quanto em termos de (des)organização espacial, as diferentes imagens sobre Uberaba e seus habitantes revelam tensões que faziam da cidade um universo social, bem como material, dinâmico e, inquestionavelmente, plural.

CAPÍTULO I
AS REPRESENTAÇÕES DE CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO NA CIDADE

Jean Starobinski assevera que o conceito de civilização advém na história das ideias ao mesmo tempo em que a acepção moderna de progresso. Para o autor, ambos os conceitos estão “destinados a manter as mais estreitas relações” e podem ser vistos como “valores associados”³⁸. No Brasil do final do século XIX e início do XX os dois conceitos eram utilizados de maneira entrelaçada. Engrandecimento, desenvolvimento, crescimento, prosperidade, felicidade e ordem, igualmente, eram palavras usadas como correlatas. Partindo dessa perspectiva, o objetivo do presente capítulo é analisar como os conceitos de civilização e de progresso aparecem nos textos de memorialistas, nas atas da Câmara Municipal e em um jornal de Uberaba. Para tanto, o capítulo foi organizado com a divisão do recorte temporal em dois momentos. O primeiro abarca os últimos onze anos do século XIX e, o segundo, abarca os primeiros vinte e seis anos do século XX. Essa divisão se deve a uma modificação quanto à forma como o conceito de civilização aparece na documentação analisada.

Na primeira parte, que vai de 1889 a 1900, o texto aborda como espaço urbano, imprensa, política, higienização e produção científica e intelectual se relacionavam à formulação de representações sobre os referidos conceitos. Para contemplar todos estes aspectos de caráter heterogêneo, identificados na documentação pesquisada, o texto se subdivide em três grandes blocos: o primeiro mostra de que forma o espaço urbano, a imprensa e a política eram dimensões relacionadas a progresso e civilização; o segundo versa sobre a higiene associada à limpeza da cidade e à civilização; o terceiro apresenta como o aperfeiçoamento científico e intelectual, por meio da circulação de letrados na cidade, e a edificação de espaço destinado à educação, eram dados utilizados na descrição de um complexo científico e de um ambiente urbano civilizado.

Sobre o espaço urbano, os memorialistas Borges Sampaio e José Mendonça apontaram uma modernização pensada como motivo de orgulho e realização para a cidade. No que diz respeito à imprensa, que opinava tanto a respeito do que acontecia no espaço urbano quanto a respeito de decisões e fatos especificamente políticos, gestavam-se imagens para a cidade. Havia ainda a percepção dos memorialistas sobre a imprensa. Em relação à política, nas atas da Câmara Municipal, na fala do memorialista Mendonça e no jornal “Tribuna do Povo”, do mesmo modo, construíam-se representações para os conceitos de progresso e civilização.

Quanto à higienização, as noções de salubridade e saúde pública envolviam estratégias de controle e modificação de espaços cuja supervisão ficava nas mãos de engenheiros e médicos que tomavam decisões políticas e, utilizando-se de técnicas, intervinham na limpeza

³⁸ STAROBINSKI, Jean. **As Máscaras da Civilização: Ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 15.

da cidade. A água, sendo de fundamental importância para as práticas de higienização, era um problema nos serviços de abastecimento marcados pela precariedade divulgada nos jornais e abordada pelo memorialista Hidelbrando Pontes. A construção de instalações potencialmente insalubres era objeto de atenção desses profissionais. Havia também o processo de apropriação de ideias relacionadas à higiene relativas à moral e a modos de se portar, também atreladas ao conceito de civilização.

No que se refere ao aperfeiçoamento científico e intelectual, o final do século XIX brasileiro foi marcado por um propósito de civilização que implicava a integração do país numa cultura científica. Por meio da produção do saber, “homens ilustrados, das ciências e das letras”³⁹ constituíam uma intelectualidade responsável pela realização de pesquisas científicas que refletiam nas cidades. Em Uberaba, Borges Sampaio, ao realizar observações meteorológicas que revelavam as condições climáticas do município, promovia a criação de um ambiente cientificista marcado pela interação com outros pesquisadores até em esfera internacional. Além disso, a criação de instituições educacionais, como o Instituto Zootécnico, colaborava para o fomento de um complexo científico e intelectual sinônimo de civilização.

Na segunda parte do capítulo, que vai de 1901 a 1927, o texto aborda novamente o espaço urbano, a higiene e as ciências e tecnologias, que continuam sendo objeto de atenção da imprensa e da política, como meios úteis à gestação de representações de Uberaba como cidade progressista e civilizada. Nesse momento, porém, as referências ao conceito de civilização diminuem na documentação. A palavra não desaparece por completo. Permanece uma perspectiva civilizadora que incorpora a recorrência ao conceito de progresso.

Sobre o espaço urbano, nas duas primeiras décadas do século XX, inúmeras cidades brasileiras tiveram seus aspectos urbanísticos alterados. O urbanismo ancorado no país se enquadrava numa vontade de modernização que, imbuída de características civilizadoras, tinha como objetivo a resolução de problemas de infraestrutura herdados do século XIX. A tentativa de solucioná-los muitas vezes se dava por meio de reforma ou reconstrução. Consonante à urbanização havia o embelezamento da cidade que, de acordo com os textos do memorialista Pontes, se dava por meio do calçamento das ruas, da edificação de palacetes, do ajardinamento e da arborização que deveria melhorar esteticamente a imagem urbana.

Sobre a higienização se pode dizer que permanece mantendo relações estreitas com ações civilizatórias. As questões de saneamento eram motivo de debates. Houve a tentativa de estruturação do serviço de saúde pública no país e no Estado. Em Uberaba, as demandas

³⁹ GONÇALVES, Sergio Campos. O pensamento civilizador e a cultura historiográfica brasileira no século XIX. *Revista Fazendo História*, Natal: UFRN, v. 1, n. 2, 2008.

municipais de higiene continuaram. Nas atas da Câmara Municipal, a menção ao zelo pelo estado sanitário e a saúde pública se dá por meio do ensejo de realização de obras de saneamento nas quais o abastecimento de água e o tratamento de esgotos permanecem primordiais. Nesse contexto, se dá a contratação do conhecido engenheiro sanitário Saturnino de Brito para realizar um projeto de saneamento para a cidade que, progressista e civilizada nos discursos, precisava solucionar seus problemas de infraestrutura. O projeto de Brito seria levado em consideração no momento de alterar as características sanitárias e urbanísticas da cidade. Também, o estabelecimento de uma nova reforma no código de posturas municipais indica a inquietação do governo municipal em criar espaços para a discussão e propostas de soluções para os empecilhos da higiene na urbe.

Sobre as ciências e as tecnologias, vale dizer que a aliança entre técnica e ciência no final do século XIX e início do século XX condicionou a criação de novos instrumentos que tiveram impactos na vida das cidades se tornando símbolos de modernidade. Exemplo se deu em relação ao funcionamento da iluminação à base da eletricidade. Em Uberaba, a festa de inauguração da luz elétrica, tecnologia associada a progresso, foi um evento marcado por grande solenidade. Obras de captação de águas e a construção de uma usina geradora eram apontadas como conquistas da cidade. A energia elétrica e outras tecnologias que iam sendo instaladas deveriam facilitar a vida no mundo e, para Sampaio, mereciam ser registradas.

Assim, os aspectos apontados nos três subtítulos dessa segunda parte do capítulo visam indicar que o espaço urbano, ao ser tema de encontro de perspectivas de urbanização, de embelezamento, de higienização e de inserção de tecnologias, estava investido de estratégias civilizatórias que tinham como fim a sua conformação.

Ressalta-se que a documentação analisada remete a uma memória oficial em que o espaço urbano era ponto de confluência de abordagens que não se desvinculavam de aspirações ligadas a um projeto nacional de inserção do país nos foros civilizados. Nesse contexto, a modernização, a higiene, assim como a produção científica e intelectual amalgamava um repertório discursivo que veiculava representações de civilização que giravam em torno da repetição das supostas qualidades da cidade. Estas variavam segundo os pontos de vista e interesses daqueles que as disseminavam.

Com efeito, o propósito geral do capítulo é mostrar que o processo de construção dos modos de ver a cidade, a partir de discursos que a denominam como progressista e civilizada, era gestado por sujeitos correspondentes a uma elite social, política, econômica e intelectual que circulava na administração pública, escrevia nos jornais e era caracterizada como expoente de ilustração na cidade.

1.1 Representações de civilização e progresso no final do século XIX (1889-1900)

1.1.1 Espaço urbano, imprensa e política: as dimensões de aparecimento dos conceitos

Segundo Norbert Elias o conceito francês e inglês de civilização “pode se referir a realizações, mas também a atitudes ou comportamento de pessoas”. Já a palavra pela qual os alemães expressam “o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser” é o conceito de Kultur. Com base nesses dois conceitos, Elias assevera que todos, franceses, ingleses e alemães, consideram axiomático que a sua civilização ou Kultur, “é a maneira como o mundo dos homens quer ser visto e julgado”⁴⁰. Dessa ótica, nasce a afirmação de que em Uberaba, os significados atribuídos ao conceito de civilização, utilizado de maneira conexas ao conceito de progresso, envolvem a maneira pela qual parte dos cidadãos queria que a urbe fosse vista e julgada na dimensão do espaço urbano, da imprensa e da política. Estes três campos mantinham estreitas relações no que concerne à formulação das imagens da cidade.

Na dimensão do espaço urbano os conceitos de progresso e de civilização se referiam a fatos de uma modernização. As presenças de linha telegráfica, de estação ferroviária, de tráfego de navegação a vapor, de aparato judiciário, de concentração de serviços, de colégios e escolas, de instituições de assistência social e reformas no frontispício da igreja Matriz eram, na fala de memorialistas como Antônio Borges Sampaio e José Mendonça, motivos de orgulho para a cidade que, devido a esses elementos, ia se tornando civilizada.

Para Sampaio, 1889 seria um ano de realizações para Uberaba. Em janeiro, chegou um contingente de engenheiros que iniciou os trabalhos de construção da linha telegráfica que se estenderia a Mato Grosso. Somando-se a isto, a inauguração da estação ferroviária da Companhia Mogiana colaborou para que a cidade fosse inundada por discursos de progresso e civilização. Numa solene fala proferida no jantar que comemorou a inauguração da ferrovia, em 23 de abril, o memorialista anunciava que a urbe conservava sua comunicação com a corte pela província de São Paulo e que, excetuando o transporte do gado que era feito pela província do Rio de Janeiro, as únicas estradas gerais que faziam a ligação com essas áreas eram a “de São Paulo que se dirigia a Goiás e a do Chapadão do Zagaia”. Contudo, para Sampaio, esses caminhos, de estradas só tinham o nome, pois, “eram simples veredas, sem alinhamento, nivelamento e leito cômodo” e “erçadas de pedras soltas e zigue-zagues, onde não faltavam atoleiros”. A precariedade das estradas de rodagem é lembrada pelo memorialista com o propósito de realçar os benefícios que a ferrovia iria trazer à região e,

⁴⁰ ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 24-25.

simultaneamente, contrastar o aspecto rudimentar das vias de terra, cujo lamaçal e sinuosidades eram associados ao passado. Por isso, no dizer de Sampaio, a linha férrea plantava “um marco indestrutível no progresso desta zona, escrevendo ao mesmo tempo uma página de ouro na História de Uberaba”⁴¹.

A chegada dos trilhos era a promessa de um novo tempo em que seria facilitado o escoamento de produtos por meio de importações e exportações comutadas entre municípios e Estados vizinhos. Na percepção de Sampaio, agilizaria o trânsito entre os núcleos urbanos diminuindo o tempo gasto nas viagens: “seria o meio de em três dias acharmos-nos pessoalmente na capital do Império e em quatro na capital da Província; bem como, em poucas horas, poderemos saber dos nossos interesses pelo telégrafo.”⁴² Além de agradecer a facilitação dos deslocamentos era preciso agradecer a todos⁴³ que se empenharam para a construção da ferrovia cuja inauguração representava a “festa do progresso”.

O serviço de tráfego de navegação a vapor realizado no Rio Grande entre Uberaba e Franca, pela Companhia Mogiana, igualmente, era animador. Embora na prática não se estendesse para além do Porto da Ponte Alta, o tráfego mantido apenas entre os anos de 1888 e 1889 foi objeto da atenção de Sampaio, que apontou as vantagens que traria à cidade ao colocar seus comerciantes em contato direto com as praças comerciais de Campinas, São Paulo e Santos, assim como com as praças da capital de Goiás e Mato Grosso.

O aparato judiciário que possuía certa estruturação, com a divisão da região em comarcas abrangendo sedes de juiz de direito, tribunais do júri e câmaras municipais, a concentração de serviços como os de administração dos correios que subordinavam agências de núcleos urbanos circunvizinhos, a sede do batalhão militar da polícia mineira e a existência de colégios e escolas⁴⁴ que atendiam à população não só de Uberaba, mas de toda a região, também eram tomados como expoentes de progresso e civilização.

⁴¹ SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba - História, Fatos e Homens**: introdução geral ensaios biografias dispersos. v.1. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de publicações do município de Uberaba, 1971. p. 185.

⁴² *Ibidem*, p. 187.

⁴³ Os agradecimentos são dirigidos à diretoria da Companhia Mogiana, à Assembleia Legislativa Mineira, ao Governo Provincial que assinou o concurso com a companhia, aos deputados provinciais do distrito que obtiveram e regularam as condições do concurso, ao pessoal técnico e administrativo da engenharia que alinhou o traçado da ferrovia e a todos os trabalhadores.

⁴⁴ Segundo Sampaio, havia colégios e escolas primárias, estaduais e municipais, para ambos os sexos. Foram criados um colégio de Irmãs Dominicanas e outro de Irmãos Maristas. O primeiro, Nossa Senhora das Dores, construído em 1893, se destinava à educação de meninas. O segundo, Diocesano, cujo prédio foi entregue aos maristas posteriormente, se destinava à educação de meninos. Ambos serviam à formação das elites locais e devido à importância que possuíam o Governo Estadual concedeu ao Colégio das Irmãs Dominicanas a Faculdade de Escola Normal. Já o Colégio dos Irmãos Maristas foi equiparado e concebido pelo Governo Federal como Ginásio Nacional. SAMPAIO, 1971, p.132.

No final do século XIX, Uberaba passava a contar ainda com instituições de assistência social. O memorialista Mendonça lembra a fundação da Sociedade de Socorro Mútuo Fratelanza Italiana, em 1892, e da Sociedade de São Vicente de Paulo, em 1898.

No ano seguinte, foi noticiado numa coluna de primeira página no jornal do Comércio o lançamento da pedra fundamental aos alicerces da edificação do frontispício da igreja Matriz, cujo par de torres seria demolido para dar lugar a uma torre única. Ressalta-se que a partir das últimas décadas do século XIX, a arquitetura religiosa do Triângulo Mineiro começou a passar por um processo de substituição tanto no que diz respeito aos materiais de construção quanto no que se refere às tendências arquitetônicas adotadas. Os materiais e os padrões estéticos utilizados até então passaram a ser vistos como “antigos” e “atrasados”. Nessa perspectiva, igrejas matrizes da região tiveram seus frontispícios alterados apresentando como características duas torres laterais ou, como no caso de Uberaba, uma torre única, central. Aspirando à modernidade, a estética da igreja foi substituída por elementos que criavam uma composição mais elaborada, com características neogóticas.⁴⁵

A torre construída recebeu em seu topo um relógio que foi mandado fabricar na Suíça. Esse relógio, que também era motivo de orgulho para a cidade, foi assentado em 1900 e foi obtido com donativos de comerciantes do Rio de Janeiro e São Paulo por diligências da comissão de obras que coordenou a reforma.⁴⁶ Traço aparentemente secundário, o relógio também simbolizava modernidade. Ajustado ao ideal da ciência colaborava para a exatidão da vida prática. As relações, os negócios e as atividades dos cidadãos deveriam ser marcados pela pontualidade⁴⁷. Daí, sua instalação em um ponto que poderia ser visto por todos os transeuntes era referência para a urbanidade.

A construção de espaços e instrumentos urbanos, para os memorialistas Sampaio e Mendonça, melhorava o padrão de vida dos cidadãos e elevava a urbe à condição de progressista e civilizada, mas não apenas para eles. As representações para ambos os conceitos estavam presentes também na administração municipal, registradas nas atas da Câmara. Exemplo se dava em relação à instalação da estação ferroviária da Companhia Mogiana quando, desde o ano anterior ao início de seu funcionamento, a cidade vinha sendo preparada para a sua inauguração. Possuir uma estação era tão importante na visão de representantes políticos locais que se considerava necessária a ampliação de uma das

⁴⁵ VALE, Marília Maria Brasileiro Teixeira. **Arquitetura religiosa do século XIX no antigo “Sertão da Farinha Podre”**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. 1994. p. 112-122.

⁴⁶ Ibidem, p. 89.

⁴⁷ CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 332.

principais vias que até ela se estenderia. Em ata, de 07 de junho de 1888⁴⁸, o presidente da sessão justificava a ampliação da Rua do Comércio, uma das principais da cidade, até o Alto onde se situaria a ferrovia, com base em um suposto pedido popular que se anunciava por meio de “dezejos ardentes”.

Atrelada a essa justificativa, mencionava o potencial de embelezamento da urbe. Torná-la esteticamente mais bonita contemplaria os anseios de melhorias provenientes não só de representantes políticos, mas dos próprios habitantes que supostamente queriam vê-la mais aprazível. Nos anos seguintes, a Rua do Comércio continuou passando por alterações: recebeu calçamento e suas casas foram substituídas e grande era o fluxo de pessoas e atividades comerciais nela desenvolvidas; houve mesmo uma expansão urbana que, partindo da área central, passava por esta rua em direção à estação.⁴⁹ Todo (re)ordenamento urbano oriundo da construção da estação da linha férrea, por si só, já era visto nas atas da Câmara Municipal como baluarte do progresso e da civilização.

As discussões em torno das modificações na infraestrutura urbana não paravam. Em ata de posse do Conselho de Intendência Municipal, de 14 de fevereiro de 1890, foi lido um relatório no qual é possível notar a quantidade de demandas públicas que compunham a lista de “melhoramentos geraes” que precisavam ser feitos em Uberaba: remoção do matadouro público, desobstrução dos córregos que atravessavam a cidade, calçamento das ruas, iluminação pública, encanamento das águas, reconstruções de postes, assentamento do chafariz na praça do mercado e reconstrução do paço municipal⁵⁰ como benfeitorias que atenderiam preceitos técnicos e sanitários implantados em cidades civilizadas.⁵¹

Dando prosseguimento às discussões de assuntos tidos como relevantes ao aprimoramento da vida cidadina foi lido, em sessão extraordinária da Intendência Municipal, em 11 de julho de 1891, um requerimento do Barão de Saramenha pedindo o privilégio para construção de uma linha de carros de ferros urbanos, bondes, que serviriam ao transporte de passageiros e carregamento de cargas. Esse requerimento remete à imagem que se tinha da cidade: “próspera”. A instalação de bondes enriqueceria essa imagem e seria útil ao seu desenvolvimento comercial. Havia o interesse em ligar os pontos que na malha urbana eram

⁴⁸ Livro de atas da Câmara Municipal de Uberaba. 1888. Arquivo Público de Uberaba (APU). p. 21.

⁴⁹ LOURENÇO, L. A. B. **O Triângulo Mineiro, do Império à República**: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX). Uberlândia: EDUFU. 2010, p. 248.

⁵⁰ Livro de atas da Câmara Municipal de Uberaba. 1890. APU. p. 49-50.

⁵¹ SEGAWA, Hugo. **Cidades**: do semeador ao jardineiro. Comunicação submetida ao 3º Seminário de História da cidade e do urbanismo. Universidade de São Paulo, Campus São Carlos. Mestrado em Arquitetura. São Carlos, 7 a 10 de setembro de 1994. p. 15.

considerados estratégicos a esse desenvolvimento e que se situavam em áreas específicas e não aleatoriamente escolhidas ao seu recebimento:

Diz o depplicante que este melhoramento incultando uma das mais palpitantes necessidades desta prospera cidade vem prestar relevantes e incontáveis serviços a indústria e ao importante desenvolvimento commercial desta povoação e para levar a effeito a sua ideia pede o mesmo supplicante a concessão referida para estabelecer as seguintes linhas uma que partindo da estação da Estrada de ferro vá ter ao largo da Matriz percorrendo as ruas do Vigário Silva Municipal e Tiradentes esta que subindo a praça da Matriz vá até o bairro d' Zagaia utilizando nas suas ramificações o bairro da Misericórdia e alto da Abadia e até finalmente que do ultimo ponto de uma de suas linhas da rua Tiradentes vá ter o seu ponto terminal na fábrica de tecidos do Cassú (pertencente ao supplicante), logo que naquelle estabelecimento afluia população superior a mil pessoas. O supplicante pede ainda a Intendência cazo seja concedido o privilégio, sessão gratuita de duzentos metros em quarto de terreno para estabelecimento das respectivas estações e mais necessidades para se levar a effeito o empreendimento para iniciar a construção da primeira seção emprehendida entre a Estação da Estrada de ferro ao largo da Matriz pede o suplicante prazo de anos embora tenha plena convicção que antes desse tempo, já se possa tornar realidade o início dos trabalhos.⁵²

A projeção da transformação de aspectos de infraestrutura e transportes esboça a representação de que Uberaba era pensada como uma cidade que se orientava rumo ao progresso, um presente e um futuro identificado com prosperidade correspondente à civilização. Neste viés, a modernização do espaço urbano remete a uma civilização que se expressa em aspectos materiais. A esse respeito, Jean Starobinski assevera que o conceito possui variações epitéticas: “civilização cristã, ocidental, mecânica, material, industrial”⁵³. Embora não aprofunde a explicação acerca da especificidade de cada variação, o pesquisador deixa a brecha para se estudar a respeito. Portanto, refletindo sobre Uberaba, as representações para o conceito de civilização, no que diz respeito ao espaço urbano, se associam à variação epitética de civilização material percebida na modernização apontada pelos memorialistas e pelas atas da Câmara Municipal como motivos de orgulho para a cidade.

Na dimensão da imprensa, havia relações desta com o âmbito político no que diz respeito à criação de imagens sobre o espaço urbano relacionando-as aos conceitos de progresso e civilização. O que era decidido na Câmara Municipal se tornava na imprensa fonte de notícias em que se opinava a respeito do que estava ou não sendo feito na cidade.

⁵² Livro de atas da Câmara Municipal de Uberaba. 1891. APU. p. 76.

⁵³ STAROBINSKI, 2001, p. 54.

Falava-se que era expoente do progresso e da civilização, mas se falava também numa cidade marcada por uma série de problemas. Neste sentido, as ideias formuladas para os conceitos poderiam expressar tanto apoio quanto ataque a ações estabelecidas no espaço urbano.

Nas últimas décadas do século XIX a imprensa se modernizou em termos de inovações tecnológicas que permitiram o aumento das tiragens, a melhora da qualidade das impressões, o menor custo e a inserção de ilustrações e imagens⁵⁴. A materialidade do papel impresso, o sentido das palavras, o público leitor e os sujeitos que produziam os jornais, corroboravam a formação de um ambiente propício à realização de debates no interior dos jornais e entre eles. Surgia um terreno fértil para a circulação de informações cujos embates de ideias colaboravam no incentivo de ações que visavam à transformação do espaço urbano. A cobrança à Câmara Municipal de empreendimentos de obras era um “prato cheio” nas notícias. Havia, por exemplo, reclamações que visavam solucionar problemas como o de calçamento das ruas e da precariedade dos serviços de água e esgotos.

Nesse período circularam em Uberaba jornais cujo título remete diretamente à cidade como: “Cidade de Uberaba”, “Jornal de Uberaba”, “Gazeta de Uberaba” e outros, com títulos que reportam a diferentes temáticas, que também abordavam assuntos referentes à urbe como: “A Lucta”, “Arrebol” e “Triângulo Mineiro”. O jornal “Cidade de Uberaba” se descrevia como um “Orgam republicano constitucional”; o “Jornal de Uberaba” como “Orgão religioso, literário, científico e noticioso”; a “Gazeta de Uberaba” não apresentava uma descrição, apenas o nome de seu proprietário, as formas de pagamento e condições de sua assinatura; “A Lucta” se dizia “Orgam literario e recreativo”; o “Arrebol” se caracterizava como “Orgam do grupo spirita - Christo, Deus e Caridade”; e, por fim, o “Triângulo Mineiro” se descrevia como “Orgam imparcial, dedicado aos interesses comerciais, agrícolas e industriais da vasta zona compreendida entre os rios Grande e Paranaíba e as serras da Canastra, Matta da Corda e Adrequios”. Em geral, a característica identificada nesses jornais é que o modo como os temas eram abordados se dava segundo interesses diversos ou afinidades intelectuais que, em suma, demarcavam posições em relação ao que acontecia na cidade. Constituíam uma imprensa vinculada a seus financiadores, atuante como agente de visibilidade e poder, com publicações que, pela diversidade de posturas, abarcavam uma heterogeneidade de produção.

Os impressos jornalísticos eram objetos de atenção dos leitores. Dentre eles Sampaio e Pontes também criavam representações caracterizando-os como expoentes de progresso e civilização nas e das cidades. O primeiro memorialista deixa clara a existência da circulação

⁵⁴ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 84.

de jornais com publicação diária, semanal, quinzenal e mensal. Segundo ele, havia periódicos em cidades como Sacramento, Araxá, Patrocínio, Monte Alegre, Prata, Frutal, Araguari, Bagagem, Uberabinha e principalmente em Uberaba onde, além de muitos que haviam cessado a publicação, ainda se distribuía o jornal “Lavoura e Comércio”, “O Município”, “O Lírio”, “O Século XX” e “Correio Católico”. De acordo com Sampaio, havia também a livraria “Século XX” na qual se executavam “trabalhos apreciáveis” e se publicava anualmente o “Almanaque Uberabense” e “um ano completo da Revista de Uberaba”.⁵⁵ A circulação de toda essa gama de impressos na região e em Uberaba, em sua concepção, poderia ser referenciada como progresso.

Para o segundo memorialista, Pontes, os jornais eram veículos disseminadores de civilização tão proeminentes que a leitura vivificava o corpo e o espírito. Um fato não divulgado parecia não ter significado, pois no seu modo de ver, em boa parte, era graças aos jornais que a civilização ganhava força e legitimidade perante a sociedade. Isto posto, afirmava: “Hoje, graças ao benemérito influxo da civilização, cuja maior parte se deve à imprensa, a leitura de jornais é tão necessária ao espírito como o alimento que da vida e força ao organismo. Um fato parece não ter importância se dele não se ocupa a imprensa.”⁵⁶

Na dimensão da política, as representações de civilização e progresso estavam expressas nas atas da Câmara Municipal, na fala do memorialista Mendonça e na imprensa. Nas atas a proclamação da República foi alvo da atenção do governador do Estado que, ao emitir escritos comunicando o ocorrido, anunciava o incentivo de adesão do município ao progresso do país. Na fala de Mendonça, a República foi lembrada a partir da menção à visita do esposo da Princesa Isabel à cidade. Alude ainda a divergências políticas chamadas por ele como desenvolvimento da cultura e da civilização. Na imprensa igualmente se abordava fatos especificamente políticos. Escrevia-se sobre as decisões e tensões referentes, por exemplo, aos processos eleitorais, em âmbito nacional e municipal, associando-os aos conceitos de progresso e civilização.

Elias reitera que “o conceito francês ou inglês de civilização pode se referir a fatos políticos”⁵⁷, e se tratando da esfera política em Uberaba, é importante lembrar que 1889 foi o ano da proclamação da República e os burburinhos de progresso que se estabeleciam em âmbito federal repercutiam nas declarações do governador do Estado e ecoavam em Uberaba. Em sessão de 08 de janeiro de 1890, foi apresentado na Câmara Municipal um ofício em que

⁵⁵ SAMPAIO, 1971, p. 133.

⁵⁶ PONTES, Hidelbrando. **História de Uberaba e a civilização no Brasil central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. p. 400.

⁵⁷ ELIAS, N. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 24.

o governador comunicava a adesão do Estado à República. Nesse ofício afirmava que cabia a ele agradecer as felicitações recebidas por se achar à frente do Governo do Estado, “por cujo progresso e felicidade empenharia todos os esforços.” Em sequência, no dia seguinte, foi lida uma circular, novamente do governador, na qual a ideia de fazer de Minas Gerais um Estado grande em sentido de prosperidade também se fazia presente. Respeitar as leis e as autoridades era uma forma, segundo ele, de Minas Gerais “alcançar o patamar de imponência a que tinha direito.”⁵⁸ Logo, a função da leitura do ofício e da circular na Câmara Municipal era inteirar, fazer representar ou incentivar a ideia de adesão da cidade ao progresso.

Ainda no que diz respeito à República na urbe, o memorialista José Mendonça assevera que “o conde D’Eu, esposo da Princesa Isabel, esteve em Uberaba, no dia 20 de março de 1889. No mesmo dia, jovens uberabenses fundaram o Clube Republicano 20 de março.” Devido a divergências no interior do próprio clube, o mesmo entrou em decadência. Tornou-se então necessária a organização de um grupo que entrou em atividade em 1890, com a inauguração da “União Política” na qual a ocorrência de cisões gerou a saída de integrantes que fundaram um partido Republicano, que foi eleito. No mesmo período, foram instituídas em Minas Gerais as intendências municipais que, na prática, equivaliam às Câmaras. Todavia, novamente desavenças internas surgiram quando um intendente começou a praticar hostilidades contra alguns de seus companheiros. Com isso, o memorialista dá a entender que a cidade era marcada por tensões políticas. O movimento de cisões e criação de novos partidos é tido por ele como desenvolvimento da cultura e da civilização:

E as lutas políticas prosseguiram, quase sempre violentas, criando-se partidos, grupos e facções. Nomes ilustres e prestigiosos surgiram na política, na administração, na imprensa. Acentuava-se, cada vez mais, a nossa cultura; desenvolvia-se a nossa civilização.⁵⁹

Na imprensa, os assuntos políticos do mesmo modo revelavam a existência de tensões partidárias na cidade. Em boletim oficial sobre as eleições que se seguiriam a 1894, veiculado no jornal “Tribuna do Povo”, que era dirigido por representantes confessos do Partido Republicano em âmbito municipal, consta um informe “à nação”, proferido pela convenção provisória do Partido Republicano, no qual foram apresentados os nomes dos candidatos⁶⁰ à presidência e vice-presidência da República. No boletim é notória a existência de tensões no interior dos partidos e entre eles, pois na fala do autor (não identificado) aparecem divergências

⁵⁸ Livro de atas da Câmara Municipal de Uberaba. 1890. APU. p. 47-48.

⁵⁹ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de publicações do município de Uberaba. 1. ed. 1974. p. 79-80.

⁶⁰ O candidato a presidente era Prudente José de Moraes Barros, que era senador pelo Estado de São Paulo, e a vice era Manoel Victorino Pereira, que era senador pelo Estado da Bahia.

consideradas prejudiciais à ampliação da civilização: “os partidos eram somente alimentados por ódios e intuítos pessoais cujos sentimentos, mais do que princípios políticos, promoviam as divisões e as dissidências intestinas, tão danosas no desenvolvimento da civilização.” Outrossim, o anúncio dos candidatos foi marcado também pela menção à uma variação epitética de civilização que é a de “civilização política” em âmbito nacional:

São estes cidadãos que a convenção provisória do partido republicano federal se permite apresentar aos sufrágios de seus correlegionários e dos seus concidadãos, desprendidos de compromissos partidários e que desejarem concorrer para que a primeira eleição presidencial no Brazil se assignale tanto pelo maior concurso do eleitorado inscripto quanto pelo sentimento de tolerância tão conforme ao adiantado estado da nossa civilização política.⁶¹

No dia 7 de setembro daquele ano de 1894, seria realizado ainda o pleito eleitoral para a designação dos membros da câmara municipal, juizes de paz e senadores estaduais. No mesmo jornal, “Tribuna do Povo”, se anunciava a ideia de defesa de direitos políticos e a opinião de não poupar esforços aos interesses do município. O autor da notícia, não assinada, se coloca como representante do Partido Republicano e em ocasião de eleições era preciso aclamar os candidatos com vistas o interesse em manter as referências de civilização traduzida em valores correlatos: “Nós [...] ardentes adeptos do partido republicano constitucional não podemos ficar indiferentes deante um pleito de que depende a ordem, o bem-estar, e o progresso de todo o município.”⁶² Assim, por meio do jornal havia articulistas que ao abordar posturas políticas gestavam imagens para o progresso e a civilização.

No que diz respeito às ações republicanas face ao progresso e à civilização no Brasil, são relevantes as contribuições de Nicolau Sevcenko. Segundo ele, foi com a modernização que as novas elites se esforçaram em dar novas configurações à complexa realidade social do país. Marcada por mazelas herdadas do período colonial e da escravidão, essa realidade foi submetida ao ajuste de gestão social sorvido de modelos europeus. Nessas condições se impôs o advento do tempo republicano que, mais acelerado e impulsionado por novos potenciais tecnológicos, repercutiu no empenho das elites em acertar o ponteiro do relógio brasileiro com o do relógio global. Entre as elites, de acordo com o autor, havia a sensação de que “o país havia se posto em harmonia com as forças inexoráveis da civilização e do progresso.”⁶³

⁶¹ Jornal Tribuna do Povo. 15/02/1894. Ano II. Número 44. APM.

⁶² Jornal Tribuna do Povo. 30/08/1894. Ano II. Número 68. APM.

⁶³ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 34.

Prontamente, os discursos que criavam representações a respeito dos conceitos de civilização e progresso na e da cidade de Uberaba não eram neutros, pois se davam segundo as aspirações dos sujeitos que as forjavam. Daí, como aponta Roger Chartier, “o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”⁶⁴. A cidade delineada nesse contexto revela as estratégias e práticas de sujeitos que colocavam em cena visões de mundo, valores e domínios que legitimavam seus projetos sobre o espaço urbano, a imprensa e as decisões especificamente políticas sobre a vida do município. Nesse processo, as representações dos dois conceitos justificavam as escolhas e condutas de quem as proferia.

1.1.2 Higiene e civilização: as limpezas da cidade

As representações de civilização e progresso eram construídas também em relação à higienização da parte física e social da cidade. Eram criadas recomendações desde como construir e cuidar das casas até como proceder em relação aos cuidados com os modos. Práticas e hábitos que prejudicavam o asseio da urbe eram alvos de higienização. Ocorria a tentativa de aperfeiçoamento das condições de saúde pública e viver urbano que, em síntese, implicava a eliminação de tudo que era percebido como obstáculo ao processo de civilização.

Havia nas cidades brasileiras, portanto não uma especificidade de Uberaba, estratégias de controle e modificação dos espaços urbanos e dos comportamentos objetivando a higienização. Práticas sanitárias e intervenções eram reforçadas nos jornais que, ao abordar a imundície da cidade, ansiavam alterações que traziam em seu cerne a função de civilizar aquilo que estava sendo apontado como inadequado. A imprensa servia-se de preceitos médicos-sanitários para reforçar medidas de limpeza.

Nesse período, final do século XIX, existia uma aproximação entre as práticas higienistas e a ideia de civilização. Sidney Chalhoub, ao analisar o discurso do vereador e higienista Pereira Rego no projeto de posturas do Rio de Janeiro, de 1866, postula dois princípios que considera fundamentais para a compreensão de um imaginário gestado por políticos e governantes:

(1º) está presente a ideia de que existe um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade para qualquer “povo”, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. (2º) há a afirmação de que um dos

⁶⁴ CHARTIER, Roger. Introdução “Por uma sociologia Histórica das Práticas Culturais”. In: _____. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1985. p. 17.

requisitos para que uma nação atinja a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países mais cultos” seria a solução dos problemas de higiene.⁶⁵

Nesta ótica, para Chalhoub, os pressupostos da higiene eram creditados como um conjunto de técnicas que se destinavam a conduzir o país à civilização: “Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no ‘caminho da civilização’ ”⁶⁶.

As preocupações com a higienização não estavam isentas de uma supervisão político científica. Profissionais como engenheiros e médicos, atuando no serviço público, tomavam decisões políticas e colocavam em prática o saber científico da época. Os médicos tinham o cuidado de incentivar as práticas higienistas e os engenheiros a preocupação com a construção de espaços mais salubres. Logo, procedimentos de higiene e salubridade eram apropriados por sujeitos atuantes em trabalhos, de ordem pública e particular, que faziam com que os locais de habitação fossem dotados de condições que se adequassem a aspirações sanitárias, pois a proliferação de doenças como febre amarela, tifo, varíola, cólera e tuberculose, no decorrer do século XIX, repercutia em epidemias responsáveis por grande mortandade.

Sobre esse assunto, Guido Zucconi, ao apresentar os aspectos urbanísticos das cidades do século XIX, afirma que depois que as ciências evidenciaram a não casualidade das patologias contagiosas, o tratamento das epidemias, consideradas outrora castigo divino, passou a se dar a partir da construção de instalações de defluxo, espaços verdes e residências minuciosamente cuidadas no sentido de limpeza. Segundo este autor, na medida em que a opinião pública compreendeu a existência de conexões entre as condições ambientais da cidade e a proliferação de doenças foi possível desenvolver medidas que tinham como propósito combater os problemas sanitários que simbolizavam empecilho à civilização.⁶⁷

Além disso, é relevante mencionar, conforme argumenta Chalhoub, que desde o século XIX, os dois principais paradigmas médicos vigentes em relação à propagação de doenças epidêmicas eram o de contágio e infecção. Segundo o autor, entendia-se por contágio a propriedade que “apresentavam certas doenças de se comunicar de um a outro indivíduo pelo contato direto; indiretamente, através do contato com objetos contaminados pelos doentes; ou através da respiração do ar que os circundava.” Já “a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar e no ambiente.” Por sua vez, “[a] chave do

⁶⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 35.

⁶⁶ *Ibidem*, p.35.

⁶⁷ ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 84.

paradigma da infecção estava na definição daquilo que se entendia por miasma⁶⁸, a saber, todas as emanções nocivas que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano. Na perspectiva do contágio, se situavam ideias acerca da proliferação de enfermidades na cidade. Quando morféticos, era necessário afastá-los do contato com o restante da população para que a suposta fatia saudável ficasse resguardada das possibilidades de contágio.

Hugo Segawa afirma que no final do século XIX, “os debates mais avançados acerca das intervenções necessárias para uma boa organização dos aglomerados urbanos ocorriam no Rio de Janeiro”. O mote das discussões girava em torno da necessidade de acabar com a insalubridade no ambiente urbano. As medidas preconizadas para isso tinham como norte três princípios básicos de saneamento: “distribuição abundante de água pura; canalização subterrânea de águas servidas; purificação desses líquidos antes de serem escoados para os rios, prevenindo-se a propagação de doenças e conferindo à terra alimentos fertilizantes.”⁶⁹

A salubridade envolvia a modificação de aspectos de vertente material, que deveriam se tornar apropriados à manutenção da saúde. Deste modo, junto à noção de salubridade aparece a noção de higiene pública aplicadas às cidades que se queriam civilizadas. Richard Sennett, ao procurar compreender como as questões do corpo foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana desde Atenas antiga até a Nova York atual, explica que os responsáveis pelos projetos urbanísticos e arquitetônicos de centros urbanos europeus, desde o século XVIII, procuravam criar cidades saudáveis de acordo com o modelo de um corpo saudável, porém as tecnologias de construção do período não se adequavam a esse propósito; os prédios barravam as correntes de ar e eram abafados. Foi só no fim do século XIX, segundo o autor, que a dificuldade para respirar nos espaços começou a ser discutida: graças a “ela e aos métodos modernos de condicionamento de ar, iluminação de interiores e tratamento de dejetos que o sonho iluminista de um ambiente saudável transformou-se em realidade.”⁷⁰ A projeção de espaços que apreendiam as correntes de ar dentro dos cômodos, o vínculo que a luz estabelecia entre o interior e o exterior das construções, a instalação de dutos de ventilação e a salubridade passaram a compor os projetos das cidades que deveriam ser higiênicas.

Em Uberaba, a questão da higiene aparece em uma publicação no jornal “Tribuna do Povo”, de outubro de 1894, relacionada à necessidade de evitar a proliferação de epidemias. O articulista, devido ao desgaste do jornal, não pode ser identificado, mas, segundo ele, era preciso o estabelecimento de medidas que evitassem os focos de infecção que por descuido se

⁶⁸ CHALHOUB, 1996, p. 168-169.

⁶⁹ SEGAWA, 1994, p. 6-7.

⁷⁰ SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. p. 346.

formavam em espaços como os chiqueiros localizados no centro da cidade, no matadouro sem fiscalização, nas águas empossadas e em outros lugares que poderiam servir de recipientes para a multiplicação dos focos epidêmicos impertinentes a urbe civilizada:

Começa o tempo factídico das febres e outras epidemias. Estou daqui e estou a apurar a Penna para chamar pela hygiene da cidade. O dr. Delegado da dita hygiene, já começou a fazer obra denunciando um súbdito hespanhol, que se diz médico. Dizem que o processo segue seus tramittes. Muito bem. Agora é preciso não descançar tratando de evitar a invasão de qualquer epidemia. E por isto, é tomar-se medidas enérgicas no sentido de evitar-se os focos de infecção que a nossa imprevidência deixa formarem-se, por exemplo, em chiqueiros de porcos no centro da cidade: falta de fiscalização no matadouro, águas estagnadas, e muitas outras cousas que podem occasionar males.⁷¹

Acreditava-se na existência de uma maneira científica de administrar os problemas da cidade. A utilização de técnicas era levada em conta nas decisões referentes às políticas públicas estabelecidas no espaço urbano. Um problema recorrente das cidades que necessitava o aperfeiçoamento de técnicas de construção e de políticas públicas de intervenção se dava em relação ao abastecimento de água que era percebido como útil à viabilização da higienização. Sobre isto, Ribeiro Júnior afirma que a água se tornou o centro das questões de saneamento que se apresentavam à população da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Segundo ele, apesar da propalada abundância proporcionada pelos caudalosos rios que banhavam o território, o serviço público de abastecimento de água potável demorou muito a se estruturar. Com isso se atribuía à água insalubre os problemas que afetavam a população da região.⁷²

Ana Paula Arruda Mendes Pinheiro, afirma que a água tinha seu valor reconhecido “como agente de limpeza e passou a valorizar a engenharia sanitária, que com suas obras passaram a redefinir a paisagem urbana das cidades, além de garantir as condições de salubridade.” Afirma ainda que “todo o discurso sanitarista brasileiro realizado nos fins do século XIX com sua crítica à cidade colonial, à sua desordem e insalubridade, também esteve presente em Uberaba quando se constataram vários problemas com relação a higiene.”⁷³

No decorrer de todo o século XIX o fornecimento de água foi um dos mais preocupantes problemas a ser resolvido na cidade. O memorialista Hidelbrando Pontes afirma que desde sua formação e ampliação, a malha urbana uberabense sempre esteve ligada aos

⁷¹ Jornal Tribuna do Povo. 20/10/1894. Ano II. Número 75. APM.

⁷² RIBEIRO JÚNIOR, Florivaldo. **O mundo do trabalho na ordem republicana**: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais (1888-1928). Tese. (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 2008. p. 96.

⁷³ PINHEIRO, Ana Paula Arruda Mendes. **A origem do saneamento e dos princípios urbanísticos na cidade de Uberaba**. Curso de especialização. FAUUCAMP – Urbanismo Moderno e Contemporâneo, 1994. p. 14.

regos de água que, muitas vezes, se situavam em terrenos de chácaras de particulares que, no seu entender, “se diziam senhores dos mesmos”.⁷⁴ Em 1884, o coronel Antônio Cesário Silva e Oliveira, que era deputado provincial, apresentou à Assembleia Legislativa um projeto que se converteu em lei, no qual municipalizava “alguns regos d’água de servidão pública.”⁷⁵

Com o aperfeiçoamento das técnicas de construção começaram a ser feitas na cidade as instalações hidráulicas que também eram uma forma de modernização. Uma das primeiras se deu no largo da Matriz, com vistas à construção do chafariz público; posteriormente, outras aplicações foram realizadas⁷⁶. Contudo, pelos registros de Pontes, ainda assim o abastecimento ficou concentrado nas mãos de proprietários que possuíam poder aquisitivo para manter as instalações. Segundo o memorialista, foi só por volta de 1898 que a Prefeitura solicitou ao engenheiro Ataliba Vale, por vinte contos de réis, o orçamento do serviço da criação de um sistema de abastecimento de águas e tratamento de esgotos que seria administrado pelo município que com essas benfeitorias se tornaria mais civilizado⁷⁷.

Exemplo da tentativa de melhorias em relação ao serviço de abastecimento de água se deu nesse mesmo ano de 1898, quando Antônio Borges Sampaio noticiou no jornal do Comércio do Rio de Janeiro, no qual era correspondente, a inauguração do Hospital de Misericórdia. Ao escrever sobre o mesmo elucida que o edifício era todo dotado de canos de

⁷⁴ PONTES, 1970, p.390.

⁷⁵ De acordo com o memorialista Hidelbrando Pontes, antes de a lei entrar em vigor, o fornecimento na parte mais central da cidade era feito por meio de tubos quadrados de madeira colocados no subsolo. Havia também outra forma de abastecimento em que os regos de água eram conduzidos em bicas de aroeira colocadas nas ruas. Quando chovia muito as aroeiras cediam e as águas espalhavam-se pelas vias “produzindo grandes lamaçais e por vezes até atoleiros no coração da urbs.” (PONTES, 1970, p. 394).

⁷⁶ Pontes afirma que as instalações que se seguiram foram no Convento de Dominicanos e na casa do senhor Joaquim Antônio do Nascimento Rosa, membro da elite local que visava instalações mais higiênicas. O memorialista atribui atenção aos materiais e às técnicas de construção dos sistemas hidráulicos. No que toca ao convento, afirma: “Então havia entre o convento e a parte acima da igreja de Santa Rita, uma bela nascente, cujas águas brotavam da pedra de sabão. De uma poça, medindo um metro de diâmetro e meio de profundidade, cavada na rocha, partia um cano de chumbo de meia polegada em direção à cozinha do convento, numa extensão de cerca de quarenta metros”. Para a casa de Joaquim Antônio do Nascimento Rosa, complementa: “serviu-se de canos de ferro para a distribuição das águas de uma caixa para onde foram elevadas por meio de uma bomba aspirante calcante, primeira que, aqui, igualmente se introduziu.” Percebe-se que havia uma demanda da utilização de ferro empregado nas instalações hidráulicas, que com o tempo foram se tornando mais apuradas podendo alcançar maiores extensões. Neste perfil, Pontes assevera que havia as instalações providenciadas com recursos do coronel Francisco Gomes de Meireles, cujos canos tinham cerca de dois quilômetros e atendiam por volta de trinta casas na Rua João Pinheiro e Artur Machado; as do doutor Crispiniano Tavares, que depois passaram ao doutor Jesuíno Felicíssimo, que as aumentou com a captação de outras fontes, forneciam água a dezesseis quilômetros de canos que chegavam a quatrocentas casas; as do major Antônio da Cunha Campos (passadas à posse de seu filho) que abarcavam oito quilômetros de canos que abasteciam por volta de cem habitações; havia as dos senhores José de Oliveira Ferreira e Manoel Domingos Damas (que passaram à propriedade de Luisa de Oliveira Ferreira) cujo encanamento abrangia cerca de dez quilômetros; havia também a canalização de Estanislau Severino Soares e a do doutor Luis de Paula. A de Estanislau Soares tinha um quilômetro de extensão e abastecia por volta de vinte casas e a de Luis de Paula possuía cerca de três quilômetros e atendia trinta casas. Daí a concentração do abastecimento nas mãos de particulares que realizavam a administração do fornecimento da maneira que queriam (PONTES, 1970, p. 391).

⁷⁷ PONTES, 1970, p.392.

ferro galvanizado que conduziam água potável retirada de mananciais exclusivamente adquiridos para atender o hospital, que contou com o serviço de esgoto com coletor geral. Também, a atenção atribuída às condições físicas do terreno e à posição da construção do hospital foram aspectos lembrados, aceito que objetivavam a salubridade:

Todo o prédio, dependências e quintal, estão em terreno argiloso, muito enxuto e brandamente inclinado, tendo a frente para o extenso largo à que dá o nome; virada a frente para o norte um pouco a noroeste, donde, para nós, são mais frequentes os ventos quentes e secos, e por isso os mais salubres, passando a mais de sessenta metros da perpendicular acima dos dois córregos que, a grande distância, ladeiam a colina. O astro solar banha com sua luz a frente do edifício quase todo o dia e em todas as estações do ano. Enfim, pode-se o considerar imune de emanações impuras advindas do solo ou dos ares, bem como dos córregos.⁷⁸

Sobre esta temática, Pinheiro afirma que a habitação salubre se constitui no principal elemento de vitalidade para uma cidade. De acordo com ela, a salubridade não corresponde “somente à abundância de boa água e esgotos corretamente instalados, ela depende também da ausência de umidade no solo e nas paredes, de uma disposição confortável e higiênica dos compartimentos, recebendo ar e luz.”⁷⁹ Assim, espaços como hospitais, matadouros, escolas, mercados e cemitérios deveriam ser construídos levando-se em conta as condições de salubridade dos terrenos onde seriam edificadas. Esses espaços, além disso, eram temas edilícios solicitados por uma sociedade em transformação.

Conforme afiança Zucconi, os saberes da medicina se aliavam a técnicas de profilaxia coletiva que, perpassadas por um princípio de isolamento, tinham peso na construção das materialidades habitáveis da cidade. As condições sanitárias, na visão do autor, condicionavam o tipo edilício. O desenvolvimento da profilaxia médica do isolamento era perceptível nas estruturas hospitalares e nos cemitérios que, na maior parte das vezes, eram construídos em espaços localizados a distâncias apropriadas do núcleo urbano.⁸⁰

Outro autor que concorda com esta perspectiva é Segawa. Segundo ele, o erguimento de instalações potencialmente insalubres como hospitais, matadouros e cemitérios, afastados das cidades, fazia parte de “princípios de isolamento físico/sanitário ordenando a ocupação do território, prática prescrita pelos higienistas/sanitaristas”.⁸¹ No que diz respeito a este assunto, em 1900, a inauguração de um novo cemitério em Uberaba⁸², localizado a três quilômetros da

⁷⁸ SAMPAIO, 1971, p. 168-179.

⁷⁹ PINHEIRO, 1994, p. 6.

⁸⁰ ZUCCONI, 2009, p. 168-169.

⁸¹ SEGAWA, 1994, p. 6.

⁸² O cemitério na fala popular era chamado de Brejinho, mas, na realidade, era o Cemitério Municipal.

cidade, era também uma medida de higiene e isolamento que visava afastar os restos mortais de corpos em putrefação. Se antes os cuidados em relação à higiene no enterro dos mortos, no Cemitério de São Miguel⁸³, que ficava na área central da urbe, não era tão criteriosa, naquele final de século, o afastamento do espaço de sepultamento era uma das preocupações da administração municipal rumo ao progresso e a civilização.

Havia ainda o processo de apropriação de ideias relacionadas à higienização e a práticas sanitárias. As ideias eram compartilhadas pelas mais diferentes pessoas que lhe atribuíam os mais diversos significados. Assim sendo, existia o sentido de higienização que se expressava em relação aos modos dos moradores na cidade, exemplificada no artigo do Jornal “Tribuna do Povo” que reitera que as pessoas responsáveis por zelar da fiscalização e higienização do município não agissem com virulência, como um fiscal citado. Essa atitude, percebida pelo autor como possibilidade de selvageria, não era, na sua concepção, uma medida higiênica recomendada pela civilização. Era preciso que os foros civilizados se dessem também em relação às medidas de fiscalização:

Mas por Deus! Não façam como ano passado, voltando a atenção somente sobre as fructas. O modo despótico com que o Julio fiscal, atacava os taboleiros, atirando pelo chão as fructas alli contidas offendendo injustamente nos respectivos conductores, pode ser uma selvageria, mas nunca medida hygienica aconselhada pela civilização hodierna.⁸⁴

O articulista finaliza a matéria “alfinetando” a propagação de boatos que, para ele, igualmente precisavam ser higienizados. O sentido estrito de higiene, higiene privada que se relaciona à higiene pública, aplicada ao espaço da cidade, é apropriado pelo colunista que lhe dá outra interpretação. Mexericos e intrigas são associados a uma peste que, no seu ponto de vista, crescia em tempos de eleições. Para evitá-la era preciso erradicar os “indiabrados micróbios”, isto é, os sujeitos disseminadores de intrigas que desrespeitavam os lares. Então, além da higienização dos espaços, era preciso higienizar as falas de fofocas que de certa forma também sujavam a cidade:

Já que falei de hygiene... Torna-se urgente tomar-se medidas prohibitivas contra a peste que vai graçando-se - a dos mexericos e intriguinhas: e chamo para esse caso atenção do bom fiscal. Acontece que esse terrível mal costuma tomar character assustador nas quadras eleitoraes, e é de prudente aviso a desinfecção immediata afim de extinguir-se os indiabrados micróbios. É uma peste horrorosa! Horrorosa e indecente... é mesmo porca, com perdão da palavra. Essa

⁸³ Esse primeiro cemitério foi construído na área urbana, em 1856, a partir de incentivos de Frei Eugênio Maria de Gênova. MENDONÇA, 1974, p 68-69.

⁸⁴ Jornal Tribuna do Povo. 20/10/1984. Ano II. Número 75. APM.

lavra desapiedosamente o pêllo do supplicante que cahiu-lhe nas garras: não respeita conveniências nem o santuário do lar isenta-se de seu pestilento bafejo. Chafurda-se em torpes immundices, revolve-se nas fétidas eloncas da depravação... atira-se toda, peçonhenta, medonhamente immunda contra a victima incauta, inconsciente, e atea-lhe de rijo vibrando-lhe esbardos e repetidos golpes. Acidos pheico nas más línguas, o Julio!⁸⁵

Prontamente, é possível averiguar a existência de um paralelo entre civilizar os modos e higiene. Partindo da ideia de que o jornal servia para influir na mudança das maneiras dos cidadãos, o artigo aqui analisado sinaliza o fato de que no campo dos modos, existiam os que eram percebidos como impertinentes. Isto significa que se havia a higiene no sentido de limpeza, havia também as práticas percebidas como anti-higiênicas e/ou não higiênicas. O que era civilizado em relação aos hábitos de higiene, em sentido de limpeza dos espaços ou em sentido de “limpeza dos comportamentos”, era reforçado no artigo que fazia coro à construção de um ambiente urbano que deveria favorecer a saúde. Todavia, conforme esclarece Elias, algo que se sabe ser prejudicial à saúde não desperta necessariamente sentimentos de desagrado. E, reciprocamente, algo que desperta desagrado é prejudicial à saúde. Um exemplo disso, na visão do autor, é o nojo da expectoração que já existia antes das pessoas formularem uma ideia clara da transmissão de certas doenças pelo escarro.⁸⁶ O que inicialmente prova e agrava o sentimento de desagrado, na visão de Elias, é a transformação das relações entre as pessoas. Pensando por este viés, a civilização dos hábitos em relação à higiene fundava-se nas relações sociais antes mesmo da motivação por um conhecimento científico. O impresso jornalístico, neste sentido, era incentivador de hábitos higiênicos. Por meio da leitura e da circulação de ideias não precisava necessariamente do cidadão consultar um médico para alterá-los, isto se dava na convivência de uns com os outros.

1.1.3 O aperfeiçoamento científico e intelectual: os letrados e os espaços de educação

Para Elias, um dos sentidos do conceito de civilização se refere ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos de uma sociedade⁸⁷. No Brasil, segundo Sérgio Campos Gonçalves, o sucesso do propósito de civilização implicava a integração do país numa cultura científica que se efetivou num contexto em que a ciência se caracterizava pela função de executar e concretizar ideias por meio da produção do saber, “cuja institucionalização se

⁸⁵ Jornal Tribuna do Povo. 20/10/1984. Ano II. Número 75. APM.

⁸⁶ ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 155.

⁸⁷ ELIAS, 2011, p. 23.

materializou ao longo do século XIX e se tornou cada vez mais nítida com a fundação de academias e instituições científicas e educacionais.”⁸⁸ Nas cidades, o ambiente cientificista se concretizava por meio da presença de "agentes da civilização" que, na definição de Gonçalves, “eram os homens ilustrados, das ciências e das letras”.⁸⁹ Quem correspondia a esse perfil era visto como portador de um conhecimento, na maior parte das vezes cientificamente produzido, e suas ações deveriam colaborar para o progresso e elevação da cidade ao *status* de civilizada.

Outro autor que aborda essa questão é Sevcenko. Ao escrever sobre a intelectualidade brasileira do final do século XIX e início do século XX, o historiador afirma que o engajamento se tornou a condição ética do homem de letras. Seus propósitos eram a atualização da sociedade, a modernização das estruturas da nação e a elevação do nível cultural e material da população. No cenário europeu, de acordo com o autor, uma vanguarda científica na área do conhecimento esteve por trás de três fenômenos que transformaram as feições da sociedade do continente: a teoria darwinista, os avanços na área da microbiologia, que promoveu a “Revolução Sanitária”, e as pesquisas no campo da física e da química aplicadas que serviram de alicerce para a chamada “Revolução Tecnológica”, conhecida também como a base da “Segunda Revolução Industrial”. A ampliação das atividades intelectuais teve em escala mundial resultados perceptíveis nos processos de modernização, urbanização e internacionalização dos grandes centros urbanos que se transformaram em capitais cosmopolitas, alimentadas pela produção cultural europeia.⁹⁰

Desse modo, Sevcenko explica que houve, de fato, um desdobramento em nível mundial da cultura europeia no sentido de uma “europeização”. O caso brasileiro, na concepção do autor, foi típico. Os intelectuais do período postavam-se como as pessoas capazes de indicar o caminho seguro para o futuro do país: construir a nação e remodelar o Estado. Imbuídos desses ideais, ambas as propostas foram cingidas por duas correntes de pensamento: o cientificismo e o liberalismo. Para Sevcenko, mais do que aplicar no Brasil técnicas de conhecimento desenvolvidas na Europa, havia um empenho em criar um saber

⁸⁸ GONÇALVES, Sergio Campos. O pensamento civilizador e a cultura historiográfica brasileira no século XIX. **Revista Fazendo História**, Natal: UFRN, v. 1, n. 2, 2008. p. 133-135.

⁸⁹ _____. **Nos quadros do pensamento civilizador**: aspectos da legitimidade do poder do Estado no Brasil entre Primeiro Reinado, Regência e Segundo Reinado. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. p. 1.

⁹⁰ SEVCENKO, Nicolau. O exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos. In: **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 97-101.

próprio sobre o país. Filha das últimas décadas do século XIX, uma intelectualidade voltada para a transformação de sua realidade emergia.⁹¹

Nesse contexto, em Uberaba, no final do século XIX, a criação de espaços para ciência e educação, bem como a circulação de cientistas e ilustrados era associada a foros de progresso e civilização. Borges Sampaio, considerado ilustrado, realizava estudos meteorológicos que eram publicados em jornal com a finalidade de informar a população sobre a possível condição do clima da cidade e do município em geral. Eram publicados em trabalhos do Arquivo Público Mineiro e até em produções científicas internacionais. Exemplo desta atuação científica se dá quando Sampaio envia ao diretor do Arquivo Público Mineiro um texto, seguido de quadros de observações meteorológicas, em que registrou no quinquênio de 1892 a 1896, a dinâmica climatológica do município. Trabalho, segundo ele, feito de maneira conscienciosa, utilizando aparelhos indicadores do estado atmosférico. Tais aparelhos eram tecnologias que equivaliam ao que existia de mais moderno no campo de estudos científicos de meteorologia: a pressão barométrica foi observada no barômetro de Fortin, as temperaturas máxima e mínima foram tomadas no termômetro registrador de Casella, empregou-se o psicrômetro de August para a formação dos registros da tensão do vapor e da umidade relativa, etc.⁹² Esta miscelânea de aparelhos utilizados traz em suas anotações o prenúncio da ciência que naquele momento, final do século XIX, estava ligada a uma imagem que se articulava à formação da ideia de progresso⁹³. Nesse caso apontado pelo memorialista, o progresso e a ciência estavam expressos nas máquinas e/ou aparato tecnológico que seria útil para observar as condições climáticas da cidade⁹⁴, que ao possuir esses instrumentos se fazia moderna, progredia e se tornava expoente de civilização.

Todavia, a realização de estudos científicos sobre o clima municipal não era uma exclusividade de Sampaio. O memorialista correspondia com o Dr. F. M. Draenert. Nas suas palavras, “ilustrado meteorologista” que solicitava os resultados publicados de seus trabalhos para enviar a seu amigo, o professor Dr. J. Hann, em Viena d’ Áustria. Os resultados seriam

⁹¹ Ibidem, p. 103.

⁹² SAMPAIO, 1971, p. 207-208.

⁹³ ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador**: a ideia de progresso. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 49.

⁹⁴ Pensar não só as condições climáticas da cidade, mas também do campo. Quando as observações meteorológicas de Sampaio eram publicadas em jornal impresso na urbe, possivelmente, havia uma circulação de vendas que alcançava fazendeiros do município. Saber a quantidade de chuvas, a velocidade dos ventos, os períodos de seca e a intensidade das geadas eram conhecimentos que poderiam melhorar o plantio de culturas. Pedro dos Reis Coutinho afirma que os estudos sobre o clima tinham relevância no aprimoramento das condições de produção da região, pois, conhecer os “fatores físicos da composição do solo, a latitude e a inclinação” servia aos fazendeiros locais que perceberam a utilidade do saber científico que ajudaria nos plantios e na criação de animais. COUTINHO, Pedro dos Reis. **Ciência e economia**: o Instituto Zootécnico e a pecuária zebuína em Uberaba. Monografia. (Especialização em História do Brasil). Franca, 2004. p. 36.

incluídos no Manual de Climatologia do professor Hann com a citação do nome de Borges Sampaio. Em correspondência, Draenert solicita à Sampaio suas observações com a intenção de utilizá-las em pesquisas sobre o clima do planalto mineiro. Draenert salienta que só possuía as observações de 1892 e 1893 e que um resumo geral já havia sido enviado para Viena d'Áustria, para ser impresso no *Meteorologisch Zeitschrift*.⁹⁵ Essa correspondência entre Borges Sampaio e Draenert simboliza a interação de ilustrados, homens de letras, em prol da ciência cujo alcance contava com pesquisadores em âmbito nacional e internacional. Simboliza também os padrões de organização social existentes na cidade, pois possuir tecnologias e homens de ciências interagindo com pesquisadores até mesmo no exterior era um bem socialmente valorizável, outro motivo de orgulho para a cidade.

Além da presença de homens ilustrados, foi inaugurado na urbe, em 1895, o Instituto Zootécnico que contava com a presença de cientistas e professores cuja função era formar engenheiros agrônomos⁹⁶. A inauguração do Instituto representava o florescimento de um espaço de educação e complexo de saber científico. Uma nota não assinada no jornal “Tribuna do Povo” informava que o diretor encarregado da organização do instituto passaria a residir no prédio adquirido pelo governo para o funcionamento do mesmo. Anuncia-se que não era propósito elucidar as “grandes vantagens” que o estabelecimento iria trazer à cidade que é descrita com estima ao se falar em “feições progressistas”. Seu significado era o de referência de produção de conhecimento favorável aos interesses de sujeitos atentos às descobertas científicas:

[...] nesta ligeira notícia não nos propomos a por em relevo a transcendência de tão vantajosa instituição e o impulso e renome que vem conferir à nossa cara e progressista Uberaba onde aquelles que pretenderem dedicar-se as indústrias agrícola e pastoril irão beber conhecimentos uteis e proveitosos.⁹⁷

A construção do Instituto significava também “uma necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho.”⁹⁸ Quando passou por reformas e seu primeiro diretor deixou o cargo, o Dr. Draenert teve o nome recomendado ao governo do Estado para assumir sua direção tendo em vista sua qualificação para a função.

⁹⁵ SAMPAIO, 1971, p. 204.

⁹⁶ Formou-se uma única turma de oito alunos.

⁹⁷ Jornal Tribuna do Povo. 07/11/1894. Anno II. Número 77. APM.

⁹⁸ CERASOLI, Josianne Francia. **A grande cruzada**: os engenheiros e as engenharias de poder na primeira República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 1998. p. 33.

Draenert foi brevemente biografado pelo memorialista José Mendonça que realizou um apanhado de sua trajetória profissional marcada pela docência e pela pesquisa. Considerado, da mesma forma que Sampaio, um letrado, Draenert é lembrado:

Tão grande era então a competência como homem de ciência imposta pelos seus trabalhos que o Dr. Draenert fazia-se necessário para toda e qualquer comissão na qual fossem exigidos profundos conhecimentos.⁹⁹

Além de exercer a função de diretor do Instituto e estabelecer estudos práticos que foram publicados em monografias, este “ilustrado mestre” viveu e morreu em Uberaba. Cidade que, devido à presença de homens com sua estirpe intelectual era, no olhar de Mendonça, uma referência na produção científica e por isso sinônima de civilização.

Já o memorialista Hidelbrando Pontes, em um de seus textos, escreveu um tópico chamado “ciências” no qual demonstrou que em Uberaba circulavam diferentes profissionais que frequentaram escolas, espaços de educação, onde havia o ensino de conhecimentos especializados. As “ciências” na concepção do memorialista eram associadas à profissionalização em estudos de natureza científica. No tópico ele elencou o nome dos profissionais que adquiriram diploma nas escolas superiores que havia no país. Dentre as profissões selecionou medicina, direito, engenharias (civil, agrônômica, elétrica, geográfica e mecânica), farmácia, odontologia e letras que se subdividia em assuntos como intelectualismo, jornalismo, poesia, oratória, etc.¹⁰⁰ Logo, havia na cidade um universo científico e intelectual que era valorizado no discurso memorialista como ícones de civilização que contribuíam para as realizações e engrandecimento da cidade.

Vale elucidar ainda, no que se refere aos espaços de educação, que no final do século XIX, Uberaba ia se estruturando como uma referência na formação das elites locais com a existência de colégios como o Diocesano e Nossa Senhora das Dores. No entanto, além das iniciativas particulares, a disseminação de um ensino público administrado pelo Estado ganhou forma, segundo Rogéria Moreira Rezende Isobe, por meio de escolas primárias materializadas na criação de grupos escolares.¹⁰¹ De acordo com a autora, com a instauração

⁹⁹ MENDONÇA, 1974, p. 219.

¹⁰⁰ PONTES, 1970, p. 406-408.

¹⁰¹ Foi inaugurado na cidade, em 1909, o “Grupo escolar Brasil”. Ao pesquisar no jornal *Lavoura e Comércio*, Isobe diz que na ótica esboçada no periódico o grupo escolar atenderia aos anseios democráticos daquele momento: “escola moderna e gratuita, aberta a todos, aos filhos do povo, aos humildes, aos pobres.” ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **Educação e civilização no sertão**: práticas de constituição do modelo escolar no Triângulo Mineiro (1906-1920). Tese (Doutorado em educação) Programa de estudos pós-graduados em educação: história, política, sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. p. 106.

da República, era propósito dos dirigentes políticos mineiros fazer com que a civilização viesse na esteira da escolarização:

[...] os políticos republicanos afirmavam a crença na civilização como estágio a ser alcançado, mas só alcançável por meio da concretização daquele projeto civilizatório que tinha na disseminação da escola primária para toda a população, a principal estratégia para dar forma ao inexistente cidadão republicano ativo e construtor de uma prosperidade capaz de inserir o estado e a nação na modernidade alcançada pelos povos mais civilizados.¹⁰²

A autora assevera ainda que no âmbito do projeto civilizador republicano, a nova escola primária não “se configurava somente como lugar de instrução, mas, sobretudo como instituição adequada para manter uma educação moral aos alunos que deveriam aprender a ter “bons” comportamentos dentro e fora da escola.”¹⁰³ Era neste contexto, de educação em face à civilização, que Uberaba galgava espaços que privilegiavam a formação escolar.

¹⁰² Ibidem, p. 59.

¹⁰³ Ibidem, p. 174.

1.2 Representações de civilização e progresso no início do século XX (1901 a 1927)

1.2.1 Urbanização e embelezamento: as transformações estéticas do espaço urbano

Nas primeiras décadas do século XX as referências à palavra civilização começam a diminuir, já progresso continua mais recorrente. Exemplo de diminuição da menção à civilização se dá em relação à inauguração da estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas e da recorrência da palavra progresso se dá em relação à criação da Associação Comercial e Industrial de Uberaba. Da mesma forma ocorrida com a estação da Mogiana, a preocupação em organizar o acesso à estação da ferrovia Oeste de Minas ocorreu. Houve outra vez um intuito de realizar um rearranjo urbano que visava atender à nova estação¹⁰⁴, contudo a menção à civilização não apareceu¹⁰⁵. Já a repetição da ideia de progresso é confirmada com a reprodução que o memorialista Mendonça fez do discurso enunciado na criação da Associação. De acordo com ele, foi feita uma reunião cujas palavras do responsável afirmavam que a associação tinha como fim “defender os interesses da classe e propugnar pelo progresso e grandeza do Triângulo Mineiro.”¹⁰⁶ Observa-se assim que nos primeiros anos do século XX o uso da palavra civilização em discursos é menor. Todavia, a dimensão civilizatória, principalmente no que diz respeito ao ordenamento do espaço urbano, se faz presente na fala dos memorialistas, nas atas da Câmara Municipal e na imprensa.

Feitas essas considerações, convém ressaltar que o espaço urbano no início dos novecentos continua sendo ponto de abordagens. Em relação aos seus aspectos urbanísticos, vale lembrar que a Uberaba do século XIX começou a se formar nas imediações do córrego das Lages. As casas eram sem esmero, as ruas irregulares e sem calçamento; o que havia de fato era uma forte ligação entre o núcleo urbano e o ambiente rural. Parte da população vivia simultaneamente no campo e no povoado. A maioria se ausentava durante a semana e só comparecia ao núcleo urbano aos sábados, domingos e feriados.

Segundo Luís Augusto Bustamante Lourenço, a organização do espaço urbano tinha por referência a religião e o poder pessoal. As relações sociais se reproduziam na maneira como se construía o espaço. As elites moravam próximas à igreja Matriz de Santo Antônio e

¹⁰⁴ Importante elucidar que se tratavam de duas estações ferroviárias distintas. A Mogiana era uma e a Oeste de Minas era outra, ambas situadas em lugares também distintos.

¹⁰⁵ Em ata da Câmara o Agente Executivo ficava autorizado “a mandar proceder à abertura de uma avenida partindo da Praça Affonso Penna e passando na frente da estação Oeste de Minas no Alto São Benedicto. Paragrapho único – Para esse fim, faz-se-á o alargamento da Rua 24 de Fevereiro até a praça Frei Eugênio e dahi em deante prolongar-se-á pela rua São Benedicto, fazendo-se as desapropriações necessárias. Livro 09 de Atas da Câmara de Uberaba. 04/05/1925 à 12/12/1930. APU. p. 54.

¹⁰⁶ MENDONÇA, 1974, p. 181.

as pessoas de menos posses, mais afastadas. No entanto, ao que tudo indica, com o passar do tempo, esta perspectiva foi sendo relativizada, porque de acordo com o autor, conforme a cidade foi se expandindo, outras áreas, além das imediações da Matriz, passaram a ser escolhidas pelas elites como área de morada¹⁰⁷.

Na segunda metade do século XIX, quando passou de vila à cidade, em 1856, Uberaba desempenhava uma centralidade comercial e econômica que a fazia se destacar no oeste brasileiro. Sendo uma das principais cidades do império, o fluxo de pessoas que por ela circulava era significativo. A ocupação do espaço urbano foi então se tornando mais complexa. Lourenço afirma que “na década de 1860, os proprietários de imóveis no campo e na cidade eram mais de 60% do total, porém, esta porcentagem foi diminuindo nas décadas seguintes”.¹⁰⁸ Isto indica que mesmo sendo significativo o número de pessoas que tinham casa no campo e na cidade, se tornou maior o número de pessoas com imóveis exclusivamente urbanos. O autor afiança também que nas últimas três décadas do século alguns fatores vieram a colaborar para as mudanças no aspecto físico da cidade, entre eles a urbanização, a chegada da ferrovia, o crescimento econômico reflexo da expansão cafeeira em São Paulo e a abolição.

No que diz respeito à urbanização, assevera que esta deve ser entendida de duas maneiras: “como aumento da proporção de moradores da área urbana em relação à rural, e como aumento da proeminência das atividades urbanas sobre a sociedade em geral”. A população que vivia no campo ampliou o seu tempo de permanência na cidade, uma vez que: “Tanto aumentou a proporção de moradores exclusivamente urbanos quanto se desenvolveu maior permanência da população com atividades rurais no ambiente citadino: imóveis mais valorizados denotam maior apreço pela moradia urbana.”¹⁰⁹

Em relação à chegada da ferrovia da Companhia Mogiana e da construção de sua estação, na visão do pesquisador, foi um elemento que, como apontado, colaborou para a ampliação e modificação da área urbana. Ao analisar inventários *post mortem* do século XIX, constatou que, entre as décadas de 1880 e 1890, as áreas que mais contaram com o aumento de imóveis foram os Altos Estados Unidos e Fabrício, por ficarem mais próximos da estação. No alto onde ficava a igreja do Rosário, Estados Unidos, houve a fixação de imigrantes que também passaram a investir em edificações. O Alto Fabrício, do mesmo modo, se expandiu e

¹⁰⁷ LOURENÇO, 2010, p. 231-232.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 235.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 238-258.

tornou-se mais densamente edificado, principalmente, na Rua João Pinheiro. Nela, foi erguido um conjunto de imóveis chamado “casas dos ferroviários”.¹¹⁰

Os outros fatores que colaboraram para alavancar o crescimento da cidade, na visão de Lourenço, foram a expansão cafeeira e a abolição. A partir de 1870 a expansão cafeeira, ocorrida em São Paulo, deu uma guinada na economia local que estava exportando gêneros alimentícios e algodão. Outro componente indicado pelo autor em relação à modificação dos aspectos físicos da cidade foi a abolição da escravidão. Se antes uma parte do capital das elites, principalmente rurais, era empregado na compra de escravos, naquele momento o dinheiro poderia ser investido em outras atividades como a compra de imóveis. Assim, para ele, houve uma valorização dos terrenos urbanos e, possivelmente, depois da abolição o investimento em imóveis se tornou uma maneira de assegurar dinheiro, reserva de valor.¹¹¹

Levando em conta essa conjuntura gestada no século XIX acerca da constituição do espaço urbano percebe-se o sentido das discussões na Câmara Municipal, no início do século XX, visando à urbanização e ao embelezamento da cidade. As projeções de alargamento das ruas, ajardinamento e arborização dos espaços com vistas a seu embelezamento, característicos das cidades republicanas, aconteciam com o incentivo de obras públicas inerentes, nas palavras de Murilo Marx, a um “tal urbanismo”, que invadiu as capitais estaduais e os núcleos urbanos mais pujantes¹¹², como era o caso da cidade de Uberaba.

Todavia, cabe aqui também avigorar a perspectiva de que, conforme assegura Brescianni, o começo do que viria a ser o urbanismo moderno foi, no encontro entre o saber médico e as técnicas de engenharia, configurando as bases das práticas sanitárias que se mantiveram como referência para as intervenções na cidade.¹¹³ Ao percorrer a documentação oficial de São Paulo desde os primórdios da República, a autora afirma que as propostas de intervenção no traçado das cidades constituiu a dimensão complementar das preocupações sanitárias das autoridades públicas. Planos de saneamento, esforços para hierarquizar os espaços, limpeza das ruas, coleta de lixo doméstico e a instalação de equipamentos coletivos como a extensão dos serviços de distribuição de água e coleta de esgotos, a instalação de energia elétrica e os serviços telefônicos constituíam o repertório intelectual de médicos sanitaristas e engenheiros civis brasileiros que, ao buscar formação universitária em instituições estrangeiras e participar de encontros científicos internacionais, mostravam-se

¹¹⁰ Ibidem, p. 240-250.

¹¹¹ LOURENÇO, 2010, p. 251.

¹¹² MARX, Murilo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Nobel; Edusp. 1991. p. 126.

¹¹³ BRESCIANNI, Maria Estella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.p. 244.

atualizados a respeito do urbanismo. O que significa que esses profissionais não estavam desinformados de estratégias de conformação da paisagem.¹¹⁴

Segawa afirma que o urbanismo aportado no Brasil se enquadrava na esteira de uma vontade modernizadora que se articulava à “sedução de um processo civilizatório que acenava com uma paisagem urbana livre dos espaços herdados da estruturação colonial.” Esse urbanismo teve repercussão no panorama internacional e foi marcado por duas características. A primeira era que a Europa olhava as experiências urbanas além-mar numa linguagem que lhe era familiar; a segunda era que as ex-colônias, procurando atestar seu processo civilizatório, referenciavam-se nos valores urbanísticos emanados da Europa. No entanto, o autor reitera que essa situação não consistia em um mero transplante de ideias urbanísticas da Europa para o Brasil, posto que o trabalho feito por importantes engenheiros-sanitaristas daquela época girava em torno do diálogo entre as questões de planejamento das cidades europeias e a avaliação das diferenças das cidades brasileiras. O que havia era uma tentativa de adaptação de certos raciocínios de planejamento europeu às realidades locais. O autor salienta também que a urbanística que aqui se desenvolveu foi lentamente se introduzindo no repertório de elites governantes que, ao se apropriarem de modelos de urbanização realizados na Europa, acreditavam estar construindo cidades chiques e civilizadas.¹¹⁵

Nesse período, novas possibilidades técnicas se desenvolveram no âmbito da construção civil, os terrenos urbanos se valorizaram e o empreendimento imobiliário se tornou uma alternativa de renda. Na aspiração de modernidade e cosmopolitismo, as cidades se tornaram cada vez mais o ambiente propício à produção de imagens que remetiam aos foros de civilização. Disciplinar a ocupação do espaço passou a ser a nova responsabilidade e desafio dos poderes públicos¹¹⁶ empenhados na criação de estratégias que permitissem uma gestão de cidades que ainda permaneciam “tacanhas”, com características provincianas. Aumentou o esforço em urbanizá-las e embelezá-las. Em Uberaba não foi diferente.

Conforme afirma Lourenço as grandes mudanças no urbanismo da cidade só “ocorreram nos primeiros anos do século XX, quando o governo municipal passou a controlar o alinhamento das construções, criar regulamentações para o uso do solo urbano, impor restrições ao padrão das edificações e a investir no espaço público.”¹¹⁷ Na medida em que a urbe foi se expandido cresceram também os seus problemas cuja tentativa de solução se dava

¹¹⁴ Ibidem, p. 251.

¹¹⁵ SEGAWA, 1994, p. 17-18.

¹¹⁶ MARX, 1991, p. 131.

¹¹⁷ LOURENÇO, 2010, p. 256.

por meio da criação de diretrizes que determinavam a reforma ou reconstrução de aparelhos urbanos danificados. Nesta situação, dizia o memorialista Pontes:

Para toda construção ou reconstrução exigia-se uma planta em duplicata. Daí resultou que, na área da cidade, havia um número muito grande de prédios condenados nos quais os respectivos donos não podiam tocar para o menor conserto.¹¹⁸

Complementa Pontes que muitos prédios construídos em “estilo antigo” foram condenados e demolidos. O propósito disto era modificar a fisionomia física da urbe que, segundo ele, recebia “construções modernas”. Suntuosas construções foram erguidas particularmente na Praça Rui Barbosa. Uberaba passava a contar com palacetes que, além de ornar a paisagem urbana, significavam modernização das áreas onde se situavam.

Na década de 1910, principalmente a partir de 1916, com a sucessão de uma nova administração municipal, outras disposições de leis foram votadas com vistas ao embelezamento e à estética da cidade, no tempo que, afirma Pontes, coincidiu “com o calçamento a paralelepípedos das ruas Municipal, Vigário Silva, Praça Rui Barbosa, ruas Tristão de Castro e do Rosário”. O memorialista assevera também que antes da instalação dos paralelepípedos, “nas ruas em que os atoleiros eram maiores, cobria-se com pedras que eram colocadas soltas no solo”. Posteriormente, mais ruas foram calçadas, porém as vias mais afastadas do núcleo central recebiam simples aterros, “ora de cascalhos e de meios-fios ou guias os particulares fazerem à custa própria os passeios em frente a seus prédios e terrenos.”¹¹⁹ Bem assim, o embelezamento da cidade corroborava sua transformação em progressista e civilizada.

Outro ponto importante à estética urbana se dava com o estabelecimento de espaços verdes que significavam ajardinamento. Neste período, segundo Murilo Marx, “as ruas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais” que, além de embelezar as cidades, serviam como espaços “de lazer, para o passeio e para a observação das espécies vegetais cultivadas.”¹²⁰

Em Uberaba, o esforço de ajardinamento vinha sendo feito desde o final do século XIX, com a inauguração do primeiro jardim público no antigo largo da Matriz. De acordo com Hidelbrando Pontes, “a partir daí, surgiram pela cidade belos jardins, em cuja feitura presidia sempre certo gosto artístico e dentre eles alguns ornados de repuxos, cascatas

¹¹⁸ PONTES, 1970, p. 263.

¹¹⁹ Ibidem, p. 395-396.

¹²⁰ MARX, 1991, p. 61-67.

e estátuas.”¹²¹ No século XX o memorialista explica que, depois do jardim da Matriz, o segundo logradouro público ajardinado foi a praça Comendador Quintino, em 1908. Contudo, Pontes relata que nesse mesmo ano a administração municipal tentou arborizar diversos logradouros como a Rua Padre Zeferino e a ladeira do Rosário.¹²²

Além dos jardins, outra medida de embelezamento a partir de ações do poder público municipal se deu com a arborização. Em 1909, continua Pontes:

[...] a Câmara Municipal arborizou diversas ruas da cidade com: tuias, plátanos, diversas araucárias, grevilhas, ficus benjamins etc., importados de São Paulo. No jardim da praça Comendador Quintino, plantaram-se as seguintes espécies vegetais, ainda procedentes da mesma cidade: latânia, barbônica, areca bambu, as palmeiras real, imperial e a tamareira, ficus benjamins, acafortia, latânia rubra, quência belmuriana, legustério japônica e criptoméria.¹²³

Murilo Marx assevera que as elites da República Velha, com ideias vindas da Europa, criaram a casa tradicional urbana brasileira que abarcava o ajardinamento e a arborização dos espaços na parte da frente dos imóveis. O enquadramento dos jardins exuberantes nos terrenos ficava exposto aos olhares de quem passasse na rua e assim os casarões e palacetes deveriam ficar em integração e coerência estética com o embelezamento dos espaços urbanos:

[...] erguida ao longo da testada do terreno, ou do alinhamento da rua, colada às suas vizinhas, abrindo-se para a rua e para o quintal nos fundos, vai cedendo lugar a outro conceito de morar. Afasta-se primeiro de um dos lados do lote, permitindo uma entrada mais condigna, bordejada por canteiros decorativos. Depois isola-se de ambas as construções laterais, realçando linhas neoclássicas ou ecléticas, por entre palmeiras, frutíferas e canteiros.¹²⁴

A área central de Uberaba exibia amostras de casarões e jardins conforme apontados por Murilo Marx. Serviam para ser vistos; tinham como propósito o deleite do olhar cidadão, pois se acreditava que assim o espaço da urbe se tornava mais bonito. Prontamente, a urbanização e o embelezamento expressos no calçamento das ruas, na demolição ou na reconstrução de casarios, na jardinagem e na introdução de espécies arbóreas no espaço eram práticas, na ótica do poder público municipal, importantes para o enriquecimento da paisagem urbana que, deste modo, se tornava mais coerente à imagem de cidade civilizada. Simbolizavam, nas palavras de Murilo Marx, o “requinte da civilização urbana”¹²⁵.

¹²¹ PONTES, op. cit., p. 269.

¹²² PONTES, 1970, p. 269.

¹²³ Ibidem, p. 270.

¹²⁴ MARX, 1991, p. 60.

¹²⁵ Ibidem, p. 61.

1.2.2 A permanência da preocupação com higienização: intervenções de saneamento

A inquietação com a higiene e a saúde pública continua ao longo das primeiras décadas do século XX. Os assuntos de vertente urbana figuram nesse momento entre as preocupações nacionais. As questões de saneamento eram motivo de debates. Formulavam-se, no Congresso de Engenharia e Indústria, realizado no início daquele século na cidade do Rio de Janeiro, diretrizes que deveriam orientar a produção do espaço urbano levando em conta aspectos de higienização.¹²⁶ Assim, com a emergência do movimento sanitário e sob a persistência da visão dicotômica de que a cidade se associava ao progresso e o sertão ao atraso, ações empreendidas pelo Estado visavam a construção de uma nação civilizada.

Civilizar o sertão, conforme afirma Amantino, desde o período colonial, era objetivo dos governantes. Área interiorana, o sertão era identificado como um local vazio de ambientes civilizados. Ao contrário do litoral, se caracterizava pelo desconhecido, pelo descontrolado e pelos perigos oferecidos aos “civilizados”; habitado por gente “selvagem e bárbara”, despovoado de cristãos. Era corrente a noção de que enquanto existia uma área povoada, civilizada e controlada, seu contrário era o sertão, portanto, área que não havia passado por processos civilizatórios, controlada por índios ferozes. A autora salienta que no decorrer de todo o período colonial essas imagens praticamente não sofreram mudanças.¹²⁷ Com efeito, possivelmente, no Império e na República também não, apenas ganharam novas roupagens ao longo do tempo. Exemplo são as representações de que até a segunda década do século XX os sertões brasileiros continuavam habitados por populações “semi-selvagens”, incivilizadas. Criaturas inferiorizadas em relação ao restante dos habitantes do país.

No contexto dessas representações Ribeiro Júnior constatou que dentre as ações do Estado para promover os foros civilizados nos sertões do país se elencava o envio de pessoas às regiões norte e centro-oeste com o objetivo de realizar diagnósticos a respeito de suas populações vistas como sertanejas. Nessas verdadeiras expedições, agentes do movimento sanitário identificaram que os habitantes dessas áreas interioranas abarcavam as razões do atraso do Brasil, pois estariam tomadas pela malária, chagas e “anquilostomose (doença da preguiça)” que as inutilizava para o trabalho.¹²⁸ Deste modo, na ótica sanitária “a doença, o

¹²⁶ SEGAWA, 1994, p. 9.

¹²⁷ AMANTINO, 2008, p. 33-38.

¹²⁸ RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 106.

isolamento e a ignorância, seriam os fatores que impediam a ‘brava gente’ de transformar-se em trabalhadores produtivos e educados, capazes de se reconhecerem integrados à nação.”¹²⁹

As ressonâncias produzidas pelo movimento sanitarista observavam-se ainda, por exemplo, nos apontamentos do escritor Monteiro Lobato que, ao congregar em seus trabalhos o viés desse movimento, anunciava a necessidade de uma política higienizadora capaz de transformar o país em civilização. Lobato, para mostrar sua análise acerca das populações interioranas, criou o personagem “Jeca-Tatu”, um homem que vivia na roça, num casebre sem comodidade, em plena pobreza, que “pitava enormes cigarros de palha, sem ânimo para fazer coisa nenhuma.”¹³⁰ O Jeca-Tatu era um sujeito caipira, analfabeto, indisposto para o trabalho, que travava o progresso e a civilização do país. Segundo Ribeiro Júnior, Lobato, em suas primeiras considerações, “retratara o caboclo como um parasita, vegetando de cócoras, inadaptável à civilização, resistente ao progresso, entorpecido pela cachaça e pelo fatalismo, um preguiçoso e vicioso.”¹³¹ Portanto, ao realizar um diagnóstico da vida no sertão, Lobato se alinhava aos sanitaristas que se apresentavam em oposição aos poderes das famílias oligárquicas que em seus modos de ver, se impregnavam em posições administrativas, fechavam-se num universo de mandonismo que levava as cidades à ruína.

Nesse ângulo, a higiene permanece mantendo relações estreitas com o tema da civilização, pois o empreendimento de obras características de uma cidade civilizada, somado à instauração de modos inerentes a cidadãos civilizados, supostamente melhoraria as condições de saúde pública. Para isso, Ribeiro Júnior afirma que os frutos do projeto modernizador presidido por sanitaristas chegaram à região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, também áreas interioranas do país, no final da década de 1910 e 1920 retratando, por conseguinte, “o avanço da urbanização e a necessidade de evidenciar os índices de civilização.” Em âmbito federal, o autor argumenta que, visando à estruturação do serviço de saúde pública, o governo da República criou, em 1918, a “Liga Pró-Saneamento do Brasil” e, em 1920, o “Departamento Nacional de Saúde Pública.”¹³² Ambas as organizações corroboravam o movimento sanitarista que, na ótica do autor, se propunha também “a mostrar para a sociedade brasileira um retrato, fundamentado cientificamente, dos graves problemas que a afligiam.” Na esfera estadual, Ribeiro Júnior explica ainda que, no final da década de

¹²⁹ RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 105-106.

¹³⁰ LOBATO, Monteiro. **Jeca-Tatuzinho**. Documentos HBIV. São Paulo: Instituto Medicamento Fontoura S.A. 1ª ed. 1937.

¹³¹ RIBEIRO JÚNIOR, op. cit., p. 108.

¹³² Ibidem, p. 90-95.

1920, foi elaborado “um arcabouço jurídico legal, baseado nas formulações da medicina social, visando estruturar o serviço de saúde no Estado.”¹³³

No entanto, mesmo com todas essas iniciativas que visavam à promoção do saneamento, Uberaba ainda permanecia com problemas em relação aos serviços de abastecimento de água e esgotos, fundamentais às práticas de higienização. Três projetos já haviam sido propostos: o primeiro, de 1898, realizado pelo engenheiro Vale; o segundo, de 1913, dos engenheiros Duarte e Aranha; e, o terceiro, de 1914, do engenheiro Macedo que ficou de realizar uma revisão do primeiro, mas nenhum engrenou. Foi apenas em 1922 que a câmara municipal contratou o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito para realizar um projeto de orçamento para esses serviços. Segundo Pinheiro, nesse mesmo ano, através da lei n.º 467, ficou aprovado o projeto de saneamento e planta de expansão de Uberaba.¹³⁴

A pesquisadora afiança que na época dos estudos de Saturnino de Brito em Uberaba “a maioria das casas eram antigas e do tipo colonial, com vários defeitos do ponto de vista sanitário.”¹³⁵ Brito levou em conta a realidade da cidade no momento de pensar seu projeto de saneamento. A autora menciona que havia neste a preocupação em não deixar que o crescimento se descontrolasse e impedisse, futuramente, novas obras de saneamento. Ficava clara, por exemplo, “a não utilização de tábuas rasas, arrasando quarteirões inteiros e sim a utilização do princípio de adequação ao meio, às condições locais e à valorização das características topográficas do local”¹³⁶. Deste modo, evidencia-se a não aleatoriedade urbanística e sanitária na construção do projeto de saneamento para a cidade.

Vale a pena salientar que Saturnino de Brito, conforme indica Segawa, se notabilizou na área de engenharia sanitária. Sua carreira como formulador de projetos de saneamento, para inúmeras cidades brasileiras, deslanchou nas primeiras três décadas do século XX. Segundo o autor, Brito afirmava não ser um planejador de cidades, mas sim um realizador de planos de saneamento. Por isso, anunciava a necessidade de ponderação entre as condicionantes de ordem sanitária e os preceitos de estética urbana.¹³⁷

Em Uberaba as demandas municipais de higiene se multiplicavam. Foi criada na Câmara, em 25 de setembro de 1925, uma “Directoria de Hygiene Municipal” cujas funções seriam a de zelar pelo estado sanitário e pela saúde pública em todo o município. Essa diretoria seria composta de um médico e auxiliares chamados de “desinfectadores”. A criação

¹³³ RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 100-106.

¹³⁴ PINHEIRO, 1994, p. 5.

¹³⁵ Ibidem, p. 6.

¹³⁶ Ibidem, p. 14.

¹³⁷ SEGAWA, 1994, p. 9.

da diretoria empregaria profissionais de conhecimentos norteados pelas ciências médicas que apontavam o controle e a normalização de práticas sanitárias urbanas. Seguindo o conjunto de ações estabelecidas pela administração política, em ata de sessão extraordinária neste mesmo mês e ano, existe um parecer da comissão de finanças à proposta de empréstimo municipal para a realização de obras de saneamento que envolvia os serviços de abastecimento de água e esgotos, em que se incluiu um artigo no qual o presidente da Câmara ficava autorizado a entrar em acordo com o Governo do Estado para, por intermédio deste, “realizar neste município obras de saneamento e outros melhoramentos de real necessidade.”¹³⁸ Daí, vem a tona a aliança entre município e Estado com a finalidade de aperfeiçoar as condições sanitárias e higiênicas da cidade com vistas a torná-la civilizada.

As discussões em torno do assunto continuam e em ata do ano seguinte, de 30 de novembro de 1926, no tópico de pareceres apresentados pelas comissões de finanças e obras públicas, consta outro artigo do senhor agente executivo no que diz respeito ao projeto feito por Saturnino de Brito: “Seja posta em hasta pública a execução e exploração, com privilégio por 25 anos, do serviço de abastecimento d’ água e rêde de esgotos, segundo o projecto de saneamento executado pelo dr. Francisco Saturnino Rodrigues de Brito.”¹³⁹

Ainda em 1926 se começa a falar na necessidade de “reforma do Código Municipal”. Embora não conste nas atas uma discussão sobre a “reforma”, Pinheiro esboça brevemente uma justificativa para a criação de novas posturas:

Toda a discussão que envolveu o projeto realizado por Saturnino de Brito foi muito importante, pois levantou assuntos de grande interesse para a cidade. Apesar de o projeto ter sido executado muitos anos depois, o impacto causado em termos urbanísticos e sanitários foi muito grande. Tanto que até causou a reforma do Código Municipal para adequar-se às novas exigências.¹⁴⁰

No “Código Municipal” foi criada a “Repartição de Higiene” que Pinheiro descreveu como “responsável pelos melhoramentos higiênicos necessários (drenagem de águas pluviais, esgotos, etc.) e também pela higiene das habitações, fiscalizando-as.”¹⁴¹ Logo, existia um esforço do poder público do município em criar núcleos, como a Diretoria e a Repartição, que ficariam incumbidos de tratar das questões de higiene necessárias a civilização.

¹³⁸ Livro de atas da Câmara Municipal de Uberaba. 04/05/1925 à 12/12/1930. APU. p. 19.

¹³⁹ Livro de atas da Câmara Municipal de Uberaba. 04/05/1925 à 12/12/1930. APU. p. 79. Obs.: Ainda nesse mesmo ano seria aberta a concorrência para a construção de um novo matadouro público, chamado Matadouro Modelo, que deveria se dar segundo as exigências de higiene propostas pelo governo municipal.

¹⁴⁰ PINHEIRO, 1994, p. 14.

¹⁴¹ Ibidem, p. 11.

As questões de higiene não deveriam ser realizadas apenas nos espaços, mas também no próprio corpo. Neste sentido, havia uma demanda de produtos ligados a cuidados com a saúde que vendedores anunciavam na imprensa. Exemplifica-se esse caso quando nas últimas páginas dos jornais, geralmente dedicadas a propagandas de estabelecimentos comerciais, era possível visualizar artigos que traziam em seu foco aspirações de saúde, higiene e estética do corpo. Era comum aparecer propagandas de sabão para curar as moléstias da pele, loções que faziam nascer cabelo, que evitavam a sua queda e o aparecimento de caspas, depurativos para o sangue, abluções que devolviam a cor dos cabelos sem tintura, morféticos, xaropes para tosses, constipações, bronquites, catarros e enfermidades bronco pulmonares. Assim sendo, a higienização da cidade permanece nas discussões da Câmara Municipal, enquanto a higienização do próprio corpo é reforçada na imprensa. A higiene do corpo e a saúde não deixam de ser objeto de atenção no processo de criação de representações sobre a cidade, junto com elas os esforços de saneamento engrenavam as iniciativas de construção de uma Uberaba mais moderna e civilizada.

1.2.3 Ciência e modernidade: a cidade como espaço de experimentação tecnológica

Nicolau Sevcenko afirma que um fluxo intenso de mudanças, que atingiram todos os níveis da experiência social, se concentrou do final do século XIX até por volta de meados do século XX. No contexto de um novo dinamismo da economia internacional, embasada no capitalismo, não só o Brasil, mas outros países tiveram suas noções de tempo e espaço afetadas. O mundo, no ponto de vista do autor, se tornou global. Com a aliança entre técnica e ciências o universo dos transportes e as possibilidades de deslocamento se ampliaram; surgiram os veículos automotores, os transatlânticos e os aviões. A energia elétrica serviu a inventos que estreitaram as comunicações, foram criados o telégrafo e o telefone. Sem falar do cinema e da fotografia. No campo da medicina foi desenvolvida a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio e o medidor de pressão arterial. No âmbito da higiene foram desenvolvidos os processos de pasteurização e esterilização, o papel higiênico, as escovas de dente e os vasos sanitários. A “crença no mito novecentista da ciência consagrava-a como o único meio prático e seguro de reduzir a realidade a leis, conceitos e informações objetivas, as quais, instrumentalizadas pelo cientista, permitiram o seu perfeito domínio.”¹⁴²

¹⁴² SEVCENKO, Nicolau. O exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos. In: **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 105.

Ainda, de acordo com Sevcenko, os modos como as pessoas passaram a perceber os objetos ao seu redor, a reagir aos efeitos luminosos, a organizar suas afeições, a sentir a proximidade ou o distanciamento uns em relação aos outros também se modificaram.¹⁴³

Norbert Elias, igualmente, afirma que no século XX, “o grau e ritmo reais do progresso da ciência e tecnologia excederam por margem considerável os ocorridos em séculos anteriores.”¹⁴⁴ Com a descoberta de novas fontes de energia como a eletricidade e o petróleo, com sua produção por meio da introdução de conversores como turbinas hidráulicas e motor de explosão e com o advento de materiais como o aço e as ligas de metais, criações extraordinárias foram gestadas. Exemplo foram as lâmpadas elétricas que vieram a iluminar as cidades, úteis à transformação de suas feições físicas e sociais. Em Uberaba, o início do funcionamento da iluminação pública e particular, por meio da eletricidade, ocorreu em 1905. Símbolo de ciência e tecnologia foi associada à civilização e ao progresso da urbe.

Segundo Sampaio, na festa de inauguração, o engenheiro encarregado de fazer o assentamento dos fios condutores e aparelhos sobre os postes, vinculado à empresa Força e Luz da Guinle e Companhia do Rio de Janeiro, proferiu um discurso em que “revelou profundos conhecimentos históricos sobre a maravilhosa descoberta da eletricidade e daqueles que constantemente, por trabalhos pacientes, conseguiram aplicá-la às artes e às indústrias.” Para que tal ensejo pudesse ocorrer, obras de captação de águas foram realizadas na usina geradora que se situava a trinta quilômetros da cidade, na Cachoeira do Monjolo do Rio Uberaba. Elas serviam para mover uma grande turbina que era o maquinismo responsável pela geração da eletricidade que chegava à estação distribuidora “construída para esse fim em terreno espaçoso atrás da Igreja Matriz centro da cidade.”¹⁴⁵

Tamanha era a abrangência das instalações e a quantificação das lâmpadas e dos motores em oficinas que serviam à repartição da energia que expressava o avanço material uberabense. Esse avanço, para o memorialista, era percebido como resultado de um processo de aperfeiçoamento identificado com o crescimento do saber científico utilizado no funcionamento de tecnologias na cidade:

Desde essa noite o maravilhoso fluido ilumina as ruas da cidade com trinta e sete lâmpadas de arco voltaico de mil velas cada uma e duzentas e dezessete incandescentes da força de quarenta velas; mais cinco no Jardim Público. O número de instalações particulares eleva-se, em 24 de outubro último, a duzentas e setenta e seis com mil e

¹⁴³ SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-10.

¹⁴⁴ ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 220.

¹⁴⁵ SAMPAIO, 1971, p. 209-210.

cinquenta lâmpadas incandescentes, de diversa força iluminativa e mais oito de arco voltaico; estas de seis amperes. Há mais seis motores em oficinas, que funcionam na distribuição de força elétrica, sendo um, de 1 HP; dois, de 2 HP; um, de 3 HP; um, de 20 HP.¹⁴⁶

Sampaio reitera que a instalação da luz elétrica em Uberaba só foi levada a efeito porque a empresa “Ferreira, Caldeira e Companhia e as firmas comerciais Caldeira, Queirós e Comp. e Cunha Campos e Comp. plantaram assim um marco civilizador e de progresso”¹⁴⁷ na cidade. Da mesma forma que atribuiu importância à inauguração da estação da estrada de ferro da Companhia Mogiana, afirmando ser um marco de progresso para a época, a inauguração da luz elétrica, do mesmo modo, deveria ser motivo de “lembrança e recordação aos vindouros que desejarem conhecer o grande acontecimento”. Daí o empenho de Sampaio em escrever e proferir um discurso que registrasse, comemorasse o feito e celebrasse a ciência cujo conhecimento repercutia em benefícios como a eletricidade, que também significava realização para a cidade. O sentido conferido à tecnologia era o de atribuição de importância, pois a relação entre as ciências físicas e a invenção de máquinas, na percepção do memorialista, desembocava na criação de instrumentos que facilitavam a vida no mundo:

Graças à perseverança do labor, na aplicação desta parte das ciências físicas, o homem, pela eletricidade, conseguiu facilitar ao mundo – a palavra escrita, pelo telégrafo; a palavra falada, pelo telefone; o veículo para o transporte às distâncias, o motor, que nas oficinas industriais prepara os artefatos, para as várias necessidades da vida e gozos sociais; a terapêutica, reanimando o organismo e aliviando os padecimentos; a luz, sucedânea da solar, que alumia.¹⁴⁸

Para o futuro, o memorialista complementa que a ciência poderia ser vista como algo que prospera e irradia por todos os cantos, é representada como facilitadora dos avanços que inclinam a vida coletiva para um sentido de melhoramento constante. Este, por sua vez, está imbuído de um significado que remete à perspectiva de evolução se entremeando e/ou coincidindo com a perspectiva de progresso¹⁴⁹. Neste sentido, sua fala elucida uma crença no triunfo da ciência que, para ele, também estava em progresso:

Outras maravilhas estarão reservadas a aplicação da eletricidade, porque a ciência progride e o choque produzido nas ideias pela pilha voltaica, ainda não se desvaneceu; ao contrário vai repercutindo a

¹⁴⁶ SAMPAIO, 1971, p. 210.

¹⁴⁷ Os sujeitos ligados à Ferreira, Caldeira e Comp. eram o Major Manuel Alves Caldeira, Dr. José de Oliveira Guaritá, Dr. Gabriel Orlando Teixeira Junqueira, D. Carolina Junqueira Machado, negociante José de Oliveira Ferreira, Tenente-Coronel Antônio Moreira de Carvalho, Coronel Geraldino Rodrigues da Cunha, Tenente-Coronel Pedro Floro Gonçalves dos Anjos, Dr. Felipe Achê. (Ibidem, p.211)

¹⁴⁸ SAMPAIO, op. cit., p. 211.

¹⁴⁹ ROSSI, Paolo. **Naufágios sem espectador**: a ideia de progresso. São Paulo: Editora UNESP. 2000, p. 95.

maiores distâncias, cada vez mais forte; fazendo-se sentir em todos os recantos do nosso planeta, onde o artista continua a tirar, do invisível fluido novas aplicações práticas e benéficas, à vida comum da humanidade.¹⁵⁰

Ainda nesse discurso da inauguração da luz elétrica, Sampaio, já na velhice e com um tom melancólico, enuncia que não veria o progresso do futuro, mas, desde aquele momento, parabenizava a posteridade que refletiria o progresso, que segundo Paolo Rossi, pode ser percebido como aquele “que não põe limites às esperanças do homem”¹⁵¹. Neste sentido, o memorialista identifica uma continuidade do progresso:

Não verei esse progresso na minha vida acima de octogenária e próxima a extinguir-se; assim também não assombrará o espírito dos vindouros, pela cópia abundante dos prodígios, como a observação tocou-me na obscuridade do meu entendimento; por terem adquirido o uso da razão já rodeados das maravilhas, que surpreenderam-me nos últimos três quartos de século findo em que vivi; por isso consigno parabéns à posteridade.¹⁵²

Assim, a cidade enquanto espaço de experimentação tecnológica era objeto de sensibilidades e, sem dúvida, as inovações tecnológicas instaladas nos espaços eram objetos de curiosidade da população, o fascínio às criações humanas, signos de modernidade. Se enquadrando neste perfil, a iluminação elétrica representava a ciência e a tecnologia incorporada à cidade. Símbolo real de progresso, a luz redimensionava a percepção dos moradores da cidade que, devido às instalações elétricas era referenciada como moderna.

Roberto Carlos dos Santos, em seu estudo sobre a modernidade em Patos de Minas, também aborda esse aspecto, asseverando que “a iluminação contribui intensamente para que as imagens imbuídas de promessas de futuro fossem projetadas num cenário de progresso e modernidade.” Sua dimensão feérica, segundo ele, “serve substancialmente para acelerar e propagar uma nova identidade do espaço urbano civilizado”.¹⁵³ Concordando com a afirmativa de Santos, o intuito de construção da imagem de uma cidade de acordo com prescrições de progresso e modernidade, refletidas no espaço urbano por meio da introdução de novas tecnologias, traduzia o imaginário de civilização. O espaço era fonte de uma perspectiva civilizatória difundida por discursos que traziam em seu cerne o apontamento de maneiras de conformá-lo com o objetivo de estabelecer na prática a cidade idealizada.

¹⁵⁰ SAMPAIO, 1971, p. 212.

¹⁵¹ ROSSI, op. cit., p.96.

¹⁵² SAMPAIO, 1971, p. 212.

¹⁵³ SANTOS, Roberto Carlos dos. **Urbanização, moral e bons costumes**: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia. 2001. p. 96-97.

No entanto, nem todos faziam parte do universo tecnológico da cidade. Regma Maria dos Santos, ao analisar as crônicas do jornalista-escritor Lycidio Paes, publicadas no jornal “Correio de Uberlândia” no século XX, chama a atenção para o fato de que não eram todas as pessoas que acompanhavam, paulatinamente, os processos de inovações tecnológicas. Se havia o fascínio pelas máquinas, havia também o estranhamento, o distanciamento e até mesmo o medo. A autora apurou que Lycidio Paes compreendia o seu mundo contemporâneo “a partir de sua complexidade, não deixando de ressaltar os benefícios que a ciência e a evolução técnica proporcionaram, mas também suas conseqüências ambíguas.”¹⁵⁴ Refletindo acerca dos apontamentos da autora, levando em conta a realidade de Uberaba, embora não constem na fala de Sampaio, é possível apreender as ambiguidades da instalação de instrumentos modernos na cidade. Se por um lado a iluminação elétrica significou um “marco do progresso”, fica aberta a questão, por exemplo, se todos os habitantes tiveram acesso a ela na ocasião de sua inauguração e se aderiram, imediatamente, ao hábito de utilizá-la.

¹⁵⁴ SANTOS, Regma Maria dos. **Memórias de um plumitivo**: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycidio Paes. Uberlândia: Aspectus, 2005. p. 217-219.

CAPÍTULO II:
AS EXPRESSÕES DE CIVILIDADE NO ESPAÇO URBANO

O espaço físico é também o espaço social da cidade. A dimensão material e social é concomitante na construção dos foros de civilização. Para tanto, em Uberaba existiam estratégias que serviam ao estabelecimento de formas de controle dos comportamentos, da maneira como o espaço físico era construído e dos modos na vida social. Partindo dessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é apresentar as estratégias de construção de condutas civilizadas, da paisagem da cidade civilizada e dos modos em espaços direcionados ao comparecimento de cidadãos, igualmente, vistos como civilizados.

O capítulo se divide em três subtítulos. O primeiro aborda a forma como o poder público municipal, por meio das “Posturas Municipais” (1867), do “Projecto de reforma das Posturas Municipais” (1889) e do “Código Municipal” (1927) - leis que traziam em seu cerne a educação dos moradores da cidade rumo a uma ordem coletiva representante de civilização - tentava introjetar nos moradores, comportamentos embasados em preceitos de moral, bons costumes, respeito e decência no espaço urbano, visando abrir caminho para a construção de comportamentos civilizados. Nesse contexto, algumas práticas não coerentes com tais comportamentos ficavam propensas a receber punições, de caráter educativo e moral, como o pagamento de multas e prisões.

O segundo trata a forma como as propostas de alterações em tais documentos se relacionavam à construção da paisagem da cidade civilizada. As exigências apresentadas para o espaço urbano refletiam as relações sociais. Logo, o propósito é demonstrar que a posição social dos cidadãos refletia na configuração da paisagem e o empenho em controlar a forma como deveriam ser os espaços fazia parte da gestão estética da cidade civilizada, posto que havia exigências que ansiavam à ordenação da cidade no intuito de uma homogeneização e/ou uniformização estética dos edifícios e também normas para o asseio, a limpeza, a segurança e a iluminação. Importante sinalizar que nesses dois primeiros subtítulos são analisadas as posturas reelaboradas em 1867, 1889 e 1927.

Por fim, o terceiro aborda o fato de que as relações socioculturais e os modos de comportamento nos espaços iam sendo refinados com vistas à representação de sujeitos civilizados. Os espaços faziam parte da vida social na cidade e por meio de publicações no jornal “O Sorriso”, que circulou no período de 1910 até o início de 1916, se percebe o interesse em impulsionar a encenação de uma vida urbana sofisticada, moderna e civilizada. O objetivo é mostrar que para a criação da urbe civilizada a estratégia do jornal consistia em escritos que visavam incentivar comportamentos elegantes em espaços igualmente elegantes. Opção de lazer e entretenimento adequados à vida social que requeria moradores polidos, educados e civilizados.

Vale salientar que o capítulo utiliza uma documentação que em nenhum momento faz referência às palavras civilização ou civilizado, que não aparecem nas normatizações e nos artigos selecionados no jornal “O Sorriso”. No entanto, parte da premissa de que esses documentos tratavam estratégias civilizadoras ao apresentar maneiras, modos de se portar. De forma pedagógica instruíam no sentido de apontar o que deveria ou não ser feito nos espaços e na vida sociocultural.

2.1 A construção de comportamentos civilizados

Para que a vida dos moradores das cidades exista de maneira ordeira são criados mecanismos para torná-los civilizados. Segundo Elias “nenhum ser humano chega civilizado ao mundo”¹⁵⁵. Para que isso ocorra, é preciso um processo civilizador em que os cidadãos são compelidos a se comportar segundo diretrizes ditadas por aquilo que Starobinski chama de “instâncias civilizadoras”¹⁵⁶. Nestas alocam-se instituições como o Estado, a Igreja, a família, a escola e outras que congregam em seus discursos normas de comportamento.

No universo da cidade as leis criadas em âmbito federal, estadual ou municipal, representando um campo de atuação do Estado, servem à gestação de modos civilizados. São estratégias que contribuem na construção de protótipos de sujeitos cujas condutas devem ser coesas a cidades e sociedades civilizadas e seu propósito está em assegurar uma base legal para manter a ordem coletiva. As tarefas dessas normatizações são educar e civilizar os sujeitos no anseio de permitir uma organização social. Para Sandra Mara Dantas, “as leis pensadas segundo princípios racionais demonstrariam o grau de civilização alcançado e corroborariam o processo de refinamento das diferentes práticas no interior da cidade.”¹⁵⁷

No Brasil do século XIX, conforme assegura Beatriz Teixeira Weber, a partir da Independência surgiram necessidades que fizeram com que diversas esferas da sociedade política se estruturassem com a intenção de permitir um melhor convívio social. Nesse bojo surgiu um conjunto de leis, os códigos de posturas municipais, que consistiam em vários artigos que tinham como fim colocar em prática normas que deveriam reger as condutas nos núcleos urbanos. Sua função era operacionalizar uma legislação nacional, ao mesmo tempo em que refletia as peculiaridades dos povoados. Foi criado também, em 1828, o “Primeiro

¹⁵⁵ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 15.

¹⁵⁶ STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 28.

¹⁵⁷ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano**: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929). Franca, 2009. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – UNESP, Franca, 2009. p. 124.

Regulamento Brasileiro para o Funcionamento das Câmaras Municipais” que, conforme aponta Weber, “dava orientações para as principais preocupações que as Câmaras deveriam ter nas suas respectivas cidades.”¹⁵⁸ Configurava-se com este Regulamento a autonomia de membros do governo municipal para criar as leis, os códigos de posturas, de acordo com as necessidades de sua realidade específica.

As posturas, entendidas como “mecanismos de prevenção e controle da ordem social e instrumentos legais de apoio na regulamentação dos hábitos cotidianos”¹⁵⁹, segundo Dantas, funcionavam como intermediárias no controle de tudo que era feito no espaço urbano. Eram regras de convívio que direcionavam as práticas cidadinas à uniformidade, disposições jurídicas que existiam com o objetivo de civilizar. Colaboraram no processo de fazer com que os sujeitos se tornassem civilizados, expressassem civilidade no sentido de conter suas pulsões. Remetiam a um mecanismo que visava impulsionar o sujeito a realizar constantemente o exercício de autocontrole nos ambientes urbanos, pois ao mesmo tempo em que se configurava o espaço aos parâmetros dos foros civilizados era preciso ir moldando o cidadão para ocupá-lo.

Os sujeitos têm de moderar suas emoções a fim de construir espaços sociais pacificados. Para a constituição destes Elias afirma que a moderação das emoções espontâneas somada ao “controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito, são distintos aspectos da transformação de conduta.”¹⁶⁰ Neste ângulo, as posturas serviam à construção social do cidadão civilizado. Os moradores tinham de ficar num estado de constante autocontrole frente não só às disposições legais, mas frente à própria vida cotidiana na qual, para evitar práticas percebidas como impróprias ante o cumprimento das leis, tinham de conter suas pulsões e/ou reações de agressividade que poderiam repercutir ou ser interpretadas como atos de violência que desembocariam em criminalidade urbana. No que diz respeito à agressividade, Elias certifica que “é confinada e domada por inumeráveis regras e proibições, que se transformam em autolimitações”¹⁶¹, que no caso da cidade equivalem ao intuito de restringir determinadas práticas.

Por meio dos códigos se estabelecia o controle dos comportamentos e o monopólio do uso da força ficava nas mãos de policiais que deveriam zelar pela ordem. Ao ditar formas de

¹⁵⁸ WEBER, Beatriz Teixeira. A organização da urbe: os códigos de postura. In: **O Mercosul em movimento II**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. p. 131.

¹⁵⁹ DANTAS, 2009, p. 125.

¹⁶⁰ ELIAS, N. **O processo civilizador**. Formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 198.

¹⁶¹ ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 183.

condutas para os moradores as posturas apresentavam as ações que não eram suscetíveis de ser toleradas e o poder público municipal tentava criar um domínio social moralizador e de manutenção da vida urbana. O sujeito que não cumprisse o que estava apontado ficava propenso à prisão e ao pagamento de multas. Além disso, evidenciavam também aquilo que se idealizava para a cidade: sem crimes, delitos, motins, algazaras, etc. Marcadas por uma série de proibições engolfavam a gestação de comportamentos que se traduziam em civilidade. A esse respeito, Dantas afirma que “a publicação do código pode ser comparada a uma espécie de manual de civilidade, para adequar os comportamentos e difundir formas de sociabilidade e sensibilidade da *urbs*.”¹⁶² A autora avaliza que,

[os códigos] podem ser tomados como um mecanismo no processo civilizador, em vigor no Brasil do século XIX, um modo de disciplinar a ocupação do espaço urbano. Por eles, as entradas e saídas de pessoas, víveres, objetos diversos poderiam ser fiscalizadas, os hábitos conformados, as práticas dos grupos sociais controlados¹⁶³.

Em Uberaba, do século XIX e das primeiras décadas do século XX, encontram-se no Arquivo Público da cidade normatizações que passaram por alterações em 1867, 1889 e 1927. Na literatura sobre o tema, existem duas maneiras de se pensar as alterações realizadas nesses três momentos: (1º) como “reformas” ou (2º) como “(re)elaborações”. Autora que adere à perspectiva de “reforma” é Weber. Segundo ela, quando analisou os códigos de posturas da cidade de Porto Alegre, constatou que pela quantidade de alterações, lacunas na documentação ou devido à própria estratégia adotada para a realização das modificações, “tais reformas podem ter feito alguns autores acharem que existiram outros Códigos”¹⁶⁴ a partir da data que investigou, 1829. Pesquisadora que adere ao ponto de vista de “(re)elaborações” é Dantas. De acordo com ela, quando investigou os códigos de posturas de Uberabinha, entendeu que com as novas configurações da urbe exigiam-se novas normatizações, portanto, “(re)elaborações”.

No caso de Uberaba, se averigua que no discurso dos documentos - “Posturas Municipais” (1867), “Projecto de reforma das Posturas Municipais” (1889) e “Código Municipal” (1927) - a palavra que consta é “reforma”. Era assim que os contemporâneos entendiam as alterações que estavam realizando. No entanto, como se trata de uma documentação que foi repensada em momentos diferentes da cidade, com vistas à adequação às suas novas feições espaciais e socioculturais, é pertinente a ótica de “(re)elaborações”.

¹⁶² DANTAS, 2009, p. 124.

¹⁶³ Ibidem, p. 122.

¹⁶⁴ WEBER, 1999, p. 143.

Weber chama atenção ao fato de que, entende-se necessário analisar as diversas conjunturas em que foram elaborados os aditivos e alterações nas posturas, “pensando cada uma no seu contexto.”¹⁶⁵ É importante salientar que em Uberaba, nas atas da Câmara Municipal, mesmo não estando explícito o motivo das propostas de modificações, é admissível situá-las. Conforme consta na ata da Câmara Municipal de treze de abril de 1867, as discussões para a “reforma das Posturas Municipais” remetem a 1857, dez anos antes.

O contexto para sua discussão era o de que Uberaba contava com um ano de sua elevação à categoria de cidade, seu sentido provavelmente era então o de fazer com que a urbe fosse perdendo suas características de vila para se tornar de fato uma cidade. Em janeiro daquele ano o vereador Alves de Oliveira teria solicitado as “reformas”, portanto é possível que antes dessas já existisse o código que possuía as posturas que precisavam de reparos, visto o pedido do vereador. Em março de 1857, aconteceram novas discussões sendo que na terceira o conjunto de leis foi aprovado e enviado à Assembleia Legislativa Provincial. O secretário de governo da província remeteu a coleção de leis de 1857 contendo a resolução nº 852 de 22/07/1857, aprovando as posturas. Essa lacuna de dez anos entre a discussão e o efetivo aparecimento das posturas na ata de 1867 permanece uma incógnita, uma vez que não se encontra referência ao fato na documentação consultada. Todavia, possivelmente, a explicação de Weber a esse respeito é plausível: a demora na discussão, aprovação e transformação de um projeto em lei eram comuns nas instâncias do Poder Legislativo à época e até os dias de hoje. Na documentação que ela analisou sobre Porto Alegre, as posturas propostas em 1829 só foram aprovadas em 1837.¹⁶⁶

As normatizações expressas nas “Posturas Municipais” de 1867 poderiam ser separadas em dois grupos de títulos: um direcionado à normatização dos comportamentos e outro direcionado à normatização dos espaços. Os títulos eram os seguintes: “(I) da cidade e seu alinhamento, (II) sobre delitos rurais, vicinais, floresteiros e fluviais, (III) sobre impostos e direitos, (IV) saúde pública e (V) disposições gerais”. Cada título continha artigos que se desdobravam ou não em incisos para regular o dia a dia da população.

A parte que competia à normatização dos comportamentos foi inserida no título “da cidade e seu alinhamento” em um inciso chamado de “polícia, moralidade pública, religião” que impunha aos moradores restrições que recaíam nas condutas tanto individuais quanto

¹⁶⁵ WEBER, 1999, p. 136.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 137.

coletivas. Sobre polícia ficava proibido “dar tiros nas povoações de dia ou de noite”¹⁶⁷. Em relação à moralidade pública ficavam proibidos “os atos indecentes, gestos indecorosos nas ruas e praças.”¹⁶⁸ Para a questão da religião não poderiam acontecer algazarras na porta dos templos, nem perturbação de atos religiosos, provocação de escândalos por sarcasmos ou realização de “gestos indômitos” diante de procissões¹⁶⁹.

A vida da população em Uberaba sempre esteve ancorada na religião¹⁷⁰. Ir à igreja e comungar a religião católica era sinal de bons costumes. Os clérigos constituíam um núcleo que ministrava estratégias de conformação do espaço e da vida social. De tal modo, o anseio de moralidade no espaço urbano era incentivado com o fomento de limites para os comportamentos, que eram civilizados tanto por leis como por preceitos ditados pela igreja católica ou outras religiões, que ao influir no processo de aperfeiçoamento das relações sociais funcionavam também como instâncias civilizadoras.

As “Posturas Municipais”, de 1867, vigoraram até 1889 quando foi realizada outra proposta de “Projecto de reforma das Posturas Municipais”. Este, por sua vez, se deu num contexto de pós-abolição em que os ex-escravos buscavam formas de integração ao universo dos homens livres, migrando para as cidades e distribuindo-se por espaços sociais comuns a outros grupos, tendo de disputar oportunidades no mercado de trabalho com outros segmentos da sociedade¹⁷¹. Também num contexto de instauração da República, que para ser legitimada precisava da construção de uma identidade nacional emoldurada pelo Estado em discursos de progresso, civilização e modernidade que refletiram na constituição dos espaços urbanos.

Nessa perspectiva, provavelmente, o sentido de propor o “Projecto” naquele ano estava em normatizar e controlar as relações ligadas ao universo do trabalho, entre os sujeitos pertencentes a diversas frações da sociedade. Todavia, nas atas da Câmara Municipal de Uberaba, consta apenas o anúncio da discussão a respeito:

As 11 horas da manhã presente os senhores vereadores Dr. Oliveira Teixeira Antero Rocha, Francisco Rosa Horassio Pontes, Costa Mendes, Paiva Teixeira e o senhor Presidente declarou haver começado a presente reunião para o fim de se discutir o projecto de

¹⁶⁷ Posturas Municipais que constam no livro de atas da Câmara Municipal de Uberaba. Lidas na sessão de 08/04/1867. Artigo 115. Disponíveis no Arquivo Público de Uberaba (APU).

¹⁶⁸ Posturas Municipais de 1867. Artigo 105. APU.

¹⁶⁹ Posturas Municipais de 1867. Artigo 110. APU.

¹⁷⁰ Montes entende, a religião como elemento central “na definição de práticas, valores e normas que norteavam a ação dos homens em seus diferentes domínios.”¹⁷⁰ MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das letras, 1998. p.72.

¹⁷¹ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 51-55.

reforma de posturas além de outros serviços que se acham na secretaria e que seriam apresentados na ordem dos trabalhos.¹⁷²

Esse anúncio de “reforma de posturas” não foi seguido do detalhamento de discussões nas atas de reuniões posteriores, apenas foi apresentado o conjunto de propostas do “Projecto” que se distribuiu em sete artigos. O primeiro envolvia a redução no valor de algumas multas que se contavam em diversos artigos de uma resolução de 1884 e o segundo revogava todos os artigos de outra resolução de 1885. Isto indica que, conforme as necessidades urbanas iam surgindo, frente à inviabilidade de reformulação total das posturas em vigência, a Câmara Municipal ia criando resoluções para tentar controlar o que considerava inadequado ou que precisava de ajustes na urbe.

O artigo três do conjunto do “Projecto de reforma das Posturas Municipais” era o que apresentava o maior número de tópicos. Eles revelavam uma tentativa de controle dos trabalhadores ligados ao comércio, por meio da cobrança de impostos e licenças anuais. Mascates urbanos; negociantes de acessórios de ouro, prata ou pedras preciosas que vendessem por varejo; mascates de fazendas e objetos de armarinho; artistas que percorressem o município com instrumentos musicais, marmotas, cosmoramas, objetos curiosos, habilidades ou animais; moradores que lidassem com negócios ambulantes; retratistas e pessoas que exercessem a profissão de advogado, médico, cirurgião, coletor, escrivão de coletoria, dentre outros ficavam sujeitos à cobrança de impostos e licenças que se aplicavam tanto aos trabalhadores residentes no município quanto, dependendo da situação, aos que estavam somente de passagem. O artigo quatro abria aferição para a cobrança de medidas para secos, líquidos e pesos em gramas nos estabelecimentos comerciais. O artigo cinco, que não apresenta detalhes de sua proposição, era para que “cada proprietário de fogão pagasse um imposto pelo seu uso, excetuando as pessoas reconhecidamente pobres”. O artigo seis suprimia proposições da resolução de 1884, contudo, na ata não consta quais foram extintas e nem o motivo. Por fim, o artigo sete enuncia apenas a “revogação das proposições em contrário”. Então, excetuando-se o artigo três, os demais são bem sucintos.

De uma leitura geral desse “Projecto” para as posturas de 1889, é possível apreender uma relação entre a tentativa de controle dos trabalhadores ligados a diversos ramos profissionais e o universo do trabalho que ia se constituindo naquele momento. Nesse sentido, Sidney Chalhoub afirma que terminada a escravidão era preciso regenerar a sociedade inculcando nos cidadãos o hábito do trabalho e o respeito à propriedade, qualidades

¹⁷² Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba. 1889. APU. p. 38.

fundamentais a todo bom cidadão. Porém, no caso específico dos libertos, a possibilidade de se tornarem proprietários era acenada de maneira remota. Na ótica dos parlamentares, era preciso educá-los, transformá-los em trabalhadores e engrená-los na sociedade civilizada:

Para o liberto, tornar-se bom cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada”.¹⁷³

Além disso, segundo Chalhoub, os parlamentares sustentavam o intuito de “proteger a sociedade rica e branca dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos – indivíduos vistos como sem nenhum senso de moralidade.”¹⁷⁴ Pensando por esse ângulo, a afirmação do autor, que considera o trabalho componente constitutivo da vida civilizada, ajuda a pensar as alterações nas normatizações de Uberaba, uma vez que se inserem numa trama social mais ampla que era a de reafirmar a existência de normas para todos os trabalhadores. As alterações que poderiam ter se dado em qualquer outro momento ocorreram justamente naquele ano, momento de (re)estruturação do mundo do trabalho.

Em 1927, as posturas novamente voltam a ser discutidas. O contexto de “reformas” naquele momento, como apontado no capítulo anterior, ao que tudo indica, era o de melhoramento dos aspectos urbanísticos e higiênicos da cidade com vistas à implantação do projeto do engenheiro-sanitarista Saturnino de Brito. Esse projeto, de acordo com Pinheiro, abarcava uma proposta para o saneamento e uma planta de expansão da urbe: “no projeto constava rede de esgotos, distribuição de água, além do projeto de expansão e embelezamento da cidade onde continha os alinhamentos obrigatórios para a área não edificada.”¹⁷⁵

O projeto foi aprovado por meio da lei nº 467, ainda em 1922. Todavia, as discussões em relação a sua execução se estenderam ao longo dos anos. Permaneceu sendo lembrado em conformidade com a primeira referência à “reforma” nas posturas. Num tópico de projetos de lei elaborado pela Câmara Municipal o senhor agente executivo mandava “rever com a máxima urgência, o código de Posturas Municipaes, lispendendo o que for necessário”.¹⁷⁶ Em julho do ano seguinte o assunto volta a ser mencionado, mas, da mesma forma que em 1867 e 1889, não fica explícito nas discussões o motivo da revisão. Há uma segunda discussão na qual é aprovada a realização das “reformas”. Segue-se uma terceira reunião sobre a sua

¹⁷³ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2001. p. 69.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 71.

¹⁷⁵ PINHEIRO, 1994, p. 11.

¹⁷⁶ Livro 09 de Atas da Câmara. 04/05/1925 à 12/12/1930. p. 60. APU.

concretização na qual, por meio da lei nº 544 de oito de julho de 1927, foi definitivamente consentida à concretização do “Código Municipal”.¹⁷⁷

Esse “Código” era bem mais aperfeiçoado que as “Posturas Municipais”, de 1867, e o “Projecto de reforma das Posturas Municipais”, de 1889, pois as normatizações foram separadas em doze títulos: (I) organização municipal; (II) da cidade; (III) disposições rurais; (IV) instrução pública; (V) do comércio e das indústrias e profissões; (VI) da higiene municipal; (VII) da segurança pública; (VIII) dos costumes, das armas, dos jogos e divertimentos; (IX) matadouros e açougues; (X) serviço fúnebre; (XI) dos impostos taxas e outras rendas municipais; (XII) das petições, vistorias, recursos e privilégios – disposições gerais. Cada título se desdobrava em capítulos com artigos que visavam contemplar os diferentes aspectos que regiam a vida na cidade, e assim como em 1867 traziam regras para regular os comportamentos e o espaço físico da cidade.

Para os comportamentos, os artigos que continuam refletindo medidas civilizatórias, traziam em seu cerne a proibição de práticas que ofendiam o pudor, a moral, a ordem, o respeito e a decência no espaço urbano. Existiam com a finalidade de colaborar para a modificação dos costumes. Para que as regras fossem atendidas, as multas e os dias de prisão permaneciam como formas de punição que serviam ao polimento dos cidadãos; visavam reforçar as regras de convívio ao incitá-los a controlar suas pulsões e acomodar seus comportamentos com vistas à constituição de um espaço urbano pacificado, sem conflitos, em que supostamente todos se adequavam a uma homogeneidade de maneiras de se portar. Visavam ainda incitar o autocontrole e incentivavam o veto de impulsos espontâneos apontados pelo poder público municipal como inadequados no espaço urbano.

Com efeito, é importante frisar que as posturas registradas no “Código Municipal”, com todas as suas regras e práticas corretivas, constituíam apenas uma das maneiras de dotar os moradores de civilidade. Na convivência uns com os outros, os sujeitos se adequavam e/ou ajustavam suas condutas compelidos a desenvolver o que Elias considera uma “economia psíquica”, conformando *habitus sociais*, de modo que os cidadãos individualmente iam introjetando comportamentos gestados numa esfera social. Conforme argumenta o autor, à medida que “mais pessoas sintonizassem sua conduta com a de outras, a teia de ações teria de se organizar de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social.”¹⁷⁸ Teoricamente, isto significa que na medida em que as pessoas iam regulando seus comportamentos, consciente ou inconscientemente, outras

¹⁷⁷ Livro 09 de Atas da Câmara. 04/05/1925 à 12/12/1930. p.112, 115. APU.

¹⁷⁸ ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. v. 2. RJ: Jorge Zahar, 1993. p. 196.

também o faziam. Nesse viés, se desenrolava o processo civilizador. Os sujeitos em seus encontros ficavam susceptíveis à exposição de suas emoções e funções psicológicas. Tal situação requeria um autocontrole que era modelado pelo aprendizado social. Logo, é possível inferir que na experiência de uns com os outros os sujeitos processavam suas ações no espaço.

Chartier, ao escrever sobre essa “economia psíquica” pesquisada e teorizada por Elias, definida como autocontrole ou controle sobre as pulsões e emoções, afirma:

[...] o processo civilizador consiste, portanto, antes de tudo, na interiorização individual das proibições que, antes, eram impostas de fora, em uma transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos do autocontrole exercido sobre as pulsões e emoções e faz passar da coerção social à autocoerção.¹⁷⁹

O “Código Municipal”, pensado à luz dessas considerações, se relacionava à tentativa de modificação social de hábitos construídos de maneira gradual. Por meio dele se visava que os moradores contivessem suas manifestações espontâneas no sentido de manter o autocontrole necessário à manutenção das condutas civilizadas na cidade.

Para subsidiar o autocontrole, os discursos de pudor, moral e bons costumes também se faziam presentes no “Código”. De práticas que ofendiam o pudor ficavam proibidos os banhos em cursos de água, rios ou córregos que cortavam a cidade. Quando realizados em locais adequados as pessoas deveriam estar trajadas com vestes consideradas coerentes: “Quando seja designado local próprio para banhos, jogos ou esportes náuticos, as pessoas que nelles tomarem parte deverão estar vestidas com roupas apropriadas, de modo a não ofender o pudor.”¹⁸⁰ O que revela o significado de não expor o corpo aos olhos dos transeuntes, que seria uma afronta. Portanto, o autocontrole em relação ao corpo fazia parte do processo civilizador.

No século XIX, sanitaristas e reformadores se empenharam em produzir a intimidade como estratégia da família burguesa. Mostrar o corpo em espaços fora de casa era uma ação que requeria comedimento. A beleza e a sensualidade do corpo deveriam ser objetos de recato. No caso das mulheres isso se evidenciava. A exibição de suas formas nos espaços urbanos repercutia em representações nas quais as vestimentas identificavam categorias de mulheres: casadas, solteiras, prostitutas, donas de casa, trabalhadoras, etc.¹⁸¹ No decorrer do século XX, essa perspectiva mudou em cidades como o Rio de Janeiro. Todavia, em Uberaba,

¹⁷⁹ _____. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 20.

¹⁸⁰ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 511. 1927. APU.

¹⁸¹ LAVINAS, Lena; RIBEIRO, Luiz César de Q. *Imagens e representações sobre a mulher na construção da modernidade de Copacabana*. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 54.

uma urbe no interior do país, tal ponto de vista continuou. A prudência na exibição dos corpos em trajes de banho recaía nas relações de gênero na estruturação do espaço urbano. As práticas de sua apropriação e os comportamentos nele estabelecidos deveriam ser cuidados. Não era permitido expor algumas partes do corpo, o contrário seria moralmente condenado visto que eram observados modos adequados de se portar nos espaços destinados à natação. Também, os sujeitos ao se observarem, principalmente no que diz respeito às sociabilidades entre ambos os sexos, pressupunham um autocontrole dos impulsos. Só assim as pessoas em trajes de banho poderiam gozar de certa liberdade nos momentos de natação.

Ainda sobre o autocontrole em relação ao corpo e às relações de gênero nas cidades vale citar a pesquisa de Gilma Maria Rios que, ao “examinar como a diferenciação de gênero se achava socialmente assimilada e reproduzida nos anos 40 em Araguari”¹⁸², constatou que o processo de urbanização permitiu novas formas de circulação das mulheres pela cidade. Possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, novos parâmetros de sociabilidades e comportamentos foram sendo gestados. Uma ética e uma estética tidas como modernas foram construindo a imagem da mulher idealizada araguarina. A autora percebeu que, entre os anos de 1940 e 1950, circulava na imprensa local uma série de artigos que tinham como propósito restringir a prática de exercícios físicos por meninas e moças. Dentre os argumentos utilizados, dizia-se que seus corpos frágeis ficariam masculinizados. Havia uma revista de viés católico que, para reforçar esta ideia, desempenhava uma verdadeira função pedagógica ao reforçar discursos que tinham o propósito de indicar quais comportamentos eram adequados ao homem e quais eram adequados às mulheres. Fica claro, por meio da pesquisa de Rios, que em Araguari havia os reguladores da vida coletiva, entre eles a imprensa com seus discursos, que deixavam implícito o anseio de pautar condutas e nortear ações.

Interessante mencionar alguns pontos sobre os modelos normativos de feminilidade e de masculinidade tendo em vista que também integravam a construção dos comportamentos civilizados na cidade. Segundo Margareth Rago, desde meados do século XIX, a mulher caracterizada como honesta deveria se realizar no âmbito da vida doméstica, na esfera privada do lar. Seus papéis eram o de esposa, dona de casa e mãe de família. Sua imagem era santificada e dessexualizada já que o gozo pleno de deleites libidinosos não deveria ocorrer. A vida sexual não era para sentirem prazer, se destinava apenas à procriação. Em defesa de uma saúde pública, a sexualidade da mulher ia sendo moldada ao tempo que se instituíam padrões

¹⁸² RIOS, Gilma Maria. **Educação física e a “masculinização da mulher moderna”**. Trabalho apresentado no Simpósio Temático: Gênero: multiplicidade de representações e práticas sociais. Universidade Presidente Antonio Carlos/Unipac Araguari – MG. p. 1.

de comportamentos e estereótipos. Saber desenhar, bordar, costurar, cozinhar, tocar piano e recitar poesias eram atributos valorizados. Havia a ideia de que, numa ordem natural, deveriam ser dotadas de um sentimento inato de cuidado com os filhos, o marido e a casa¹⁸³. Por conseguinte, sabendo que as questões de gênero são relacionais, o homem descrito como honesto, de acordo com Maria Izilda Santos de Matos, deveria “ser trabalhador, ordeiro e bom pai de família.” Também, “deveria primar pela razão, não se deixar envolver pelos sentimentos e nem mostrá-los abertamente, gritando sua dor e pelo amor da mulher, muito menos chorar.”¹⁸⁴ O pranto masculino era visto como sinal de fraqueza, portanto, o modelo normativo de masculinidade exigia um enorme autocontrole das emoções.

De práticas que ofendiam a moral pública e os bons costumes ficavam vetadas a pronúncia de palavras impudicas: “Aquelle que nas ruas, praças e outros logares públicos proferir palavras obscenas ou for encontrado na prática de actos offensivos á moral e aos bons costumes incorrerá na multa de 50\$”¹⁸⁵ Somando-se a isso, ficava proibido gritar, fazer alarde e cantar no espaço urbano¹⁸⁶. Assim, era preciso autocontrole em relação à linguagem. Tratava-se de decoro no pronunciamento das palavras, limitações civilizadoras à fala. Os sujeitos não poderiam circular nos espaços urbanos pronunciando palavras consideradas de baixo calão.

Ainda no que se refere a práticas que ofendiam à moral e à tranquilidade pública era vedado escrever, pintar, gravar ou afixar figuras, cartazes, anúncios, inscrições ou tabuletas contendo obscenidades em edifícios públicos ou particulares. O fiscal da prefeitura deveria providenciar a retirada das inscrições quando as mesmas afrontassem os bons costumes.¹⁸⁷ Era proibido também arrancar, rasgar, riscar ou enxovalhar editais fixados em lugares públicos.¹⁸⁸ Desse modo, a necessidade de autocontrole no espaço urbano em diferentes circunstâncias era manifesta. O que era ou não publicamente permitido em relação aos comportamentos influía nas estruturas de personalidade dos sujeitos. No que diz respeito a

¹⁸³ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 87.

¹⁸⁴ MATOS, Maria Izilda Santos. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 88-89.

¹⁸⁵ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 512. 1927. APU.

¹⁸⁶ O único caso em que era permitido gritar no espaço urbano era para pedir socorro. Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 514. 1927. APU.

¹⁸⁷ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 515. 1927. APU. Ressalta-se que as regras no artigo não se aplicavam aos anúncios, inscrições ou tabuletas anunciativas em prédios cujos responsáveis tinham pago o imposto ou a taxa fiscal para mantê-las fixadas.

¹⁸⁸ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 516. 1927. APU.

esse ponto, vale a pena atentar para a afirmação de Elias: “as proibições apoiadas em sanções sociais reproduzem-se no indivíduo como formas de autocontrole.”¹⁸⁹

Nesse ângulo, as normatizações por meio das posturas apresentavam um ideal de homem e de civilização que, em suma, correspondia a um espaço social aperfeiçoado; uma realidade urbano-coletiva pacificada, comportamentos citadinos educados, sem conflitos que manchassem a almejada imagem de cidade civilizada. Havia proibições até mesmo em relação aos comportamentos diante dos mortos. Ficava vetado acompanhar enterros pelas ruas proferindo cânticos fúnebres, expor cadáveres, salvo dentro de igrejas. Ficava proibido também dobrar o toque de sinos em caso de falecimento ou enterro, permitindo apenas uma badalada. Em caso de morte por epidemia não era permitida nenhuma badalada.¹⁹⁰ Logo, a necessidade do autocontrole se estendia aos costumes em relação aos mortos, correspondendo a mais uma forma de comportamento que a sociedade civilizada exigia de seus membros na regulação de impulsos, ações e reações espontâneas.

Fazendo coro ao empenho da construção dessa urbe que era idealizada havia também atenção ao controle dos espetáculos e divertimentos públicos. Ficava proibida a encenação de peças teatrais impertinentes à moral. Cabia ao fiscal municipal “fazer executar integralmente os programas anunciados, não permitindo a representação de peças ofensivas a moral pública ou que encerrem as autoridades legalmente constituídas.”¹⁹¹ E, para controlar ainda mais a vida citadina e o ritmo do universo urbano até os horários de início e fim dos entretenimentos eram determinados de acordo com a licença concedida pela Câmara Municipal, não poderiam começar depois do anunciado e nem terminar depois da meia noite. Cabia ainda ao fiscal municipal “manter dentro do teatro, circo ou casa de espetáculos e divertimentos, toda a ordem, respeito, decência e o necessário silêncio.” Não era consentido que nas escadas, entradas e corredores dos edifícios dos espetáculos se conservassem pessoas paradas, dificultando a circulação. Não era permitido também fumar nos corredores, camarotes, plateias e caixa dos teatros.¹⁹² Por meio do controle estabelecido por uma norma era incentivado o desenvolvimento de autocontrole não apenas por parte dos moradores que frequentavam os espaços de espetáculos, mas também por parte dos próprios fiscais que deveriam demonstrar uma postura suficientemente firme para se fazerem respeitados.

Prontamente, a partir da perspectiva de análise de Elias, as “Posturas Municipais” (1867), o “Projecto de reforma das Posturas Municipais” (1889) e o “Código Municipal”

¹⁸⁹ ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 181.

¹⁹⁰ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 517. 1927. APU.

¹⁹¹ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 535. Incisos 1 e 2. 1927. APU.

¹⁹² Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 535. Incisos 3 a 6. 1927. APU.

(1927) podem ser definidos como estratégias de um processo que visava à transformação da economia psíquica dos moradores que, por meio do autocontrole, não deveriam fazer o que queriam no espaço urbano. As normatizações atuavam, portanto, como instâncias que movimentavam um processo civilizador desenvolvido por meio de intervenções modeladoras que recaíam sobre as condutas. Os cidadãos eram modelados individual e socialmente.

Estava em curso um processo civilizador ininterrupto, por certo identificado nas normas de conduta. Esse processo não se dava de forma retilínea, mas através de mudanças e permanências perceptíveis nos três conjuntos de regulamentações. A distância temporal entre eles revela o quão lentas eram as iniciativas oficiais para alavancar a transformação dos comportamentos na cidade. Salvo as resoluções e emendas, elas se deram em conjunturas que exigiam novas formas de estruturação e conformação do espaço e da vida urbana.

2.2 A construção da paisagem da cidade civilizada

A aparência e o julgamento estético do espaço se relacionavam aos mecanismos de construção da imagem da cidade civilizada. A feição agradável expressaria modernidade. Sua beleza ou fealdade referenciariam a resignação ou a adesão aos foros civilizados. Tratava-se de julgar e ser julgada na aparência. Da mesma forma que os comportamentos, a cidade não estava isenta de receber qualificações. Agradar e deleitar o olhar dos habitantes, bem como dos visitantes faziam coro às normatizações expressas nas posturas municipais que também abrangiam regras para os espaços. Elas eram uma representação da maneira como o poder público gostaria que esses ficassem no sentido de alcançar perfeição, uma representação ideal que propõe à cidade o reflexo do valor de seus próprios habitantes.

Dantas afirma que a estética cidadina do início do século XX “vai sendo redefinida seja por obras de melhoramento, seja por destruição e (re)construção de novos equipamentos e elementos.”¹⁹³ Daí, conforme visto no subtítulo anterior, as alterações nas “Posturas Municipais”, em 1867, e no “Código Municipal”, em 1927, contaram com títulos destinados à ordenação do espaço urbano. No caso do “Projecto de reforma das Posturas Municipais”, em 1889, a questão também aparece, mas de forma tangencial.

Partindo da perspectiva de que a cidade é um texto e a sua paisagem é resultado de relações sociais, políticas, econômicas e culturais se pode afirmar então que parte do processo de construção do espaço urbano uberabense se dava com regulamentações perpassadas pelo

¹⁹³ DANTAS, 2009, p. 172.

empenho de ordenação e uniformização estética da paisagem. As normatizações recaíam no erguimento de materialidades; na relação campo e cidade; na limpeza e na iluminação; na racionalidade na organização dos logradouros; na arquitetura que refletia a posição social dos moradores que poderiam habitar desde casarões em estilo eclético até vilas operárias; na conformação de locais excludentes e hierarquizados que demonstravam as disparidades sociais existentes na cidade; na preocupação com questões de higiene nas habitações e nos estabelecimentos comerciais e industriais; e também na segurança pública que contemplava o funcionamento das fábricas e oficinas, assim como nas instalações telegráficas, telefônicas e de transmissão de energia elétrica. Todos esses aspectos, integrando-se ao viés ordenador da cidade, diziam respeito à criação da sua aparência civilizada.

Elias afirma que a cidade é um dos órgãos mais representativos da sociedade, uma matriz que tem de longe o efeito mais abrangente no campo social.¹⁹⁴ Nesse ângulo, a organização espacial da urbe, a investigação de como eram as casas, a arquitetura, o traçado das ruas e toda sua complexidade material oferece uma explicação da forma como se organizava a sociedade. A cidade por si só era uma referência exterior do seu nível de organização social, um indicador sensível de como se estruturavam as diferentes formas de interação dos cidadãos.

Conforme aponta Dantas, em relação à Uberabinha, “a estética comprovaria a modernidade e a civilidade locais.”¹⁹⁵ A lógica apresentada pela autora ajuda a analisar a realidade de Uberaba. Nas “Posturas Municipais” de 1867, ficava ordenado que para o levantamento de edificações ou reedificações em qualquer ponto da urbe se deveria conservar o alinhamento em relação aos edifícios já construídos. Ninguém poderia destruir ou levantar casas e muros sem licença da Câmara Municipal. Para adquirir a licença o proprietário deveria pagar dois mil réis recebendo um talão do procurador. Toda edificação cercada de madeira deveria ser refeita no prazo de seis meses depois da publicação da postura. No lugar da madeira dever-se-ia construir muros rebocados e caiados, caso contrário haveria multa de dez mil réis. Para o futuro ficavam proibidos os fechos de madeira intramuros e os calçamentos seriam feitos pela Câmara quando o proprietário da casa fosse tão pobre que não dispusesse de meios necessários para fazê-los na forma exigida.¹⁹⁶ Isto significa que a preocupação com a estética urbana em Uberaba era muito grande.

¹⁹⁴ ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 62.

¹⁹⁵ DANTAS, 2009, p. 138.

¹⁹⁶ Posturas Municipais de 1867. Artigos 2, 3, 5, 6, 7, 8, 16 e 20. APU.

A vida na cidade permanecia ligada à vida no campo e a função das posturas neste sentido era fazer também com que as práticas realizadas neste não fossem reproduzidas na cidade. Isso é perceptível nas normatizações relacionadas a animais. Alocadas no quesito “segurança”, não era permitido deixar vagar cavalos, éguas e gados pelas ruas ou praças, excetuando-se as casas leiteiras; conduzir carros de boi sem condições ou guias e, parados, sem uma pessoa que vigiasse os bois; os animais que fossem encontrados vagando pela cidade seriam reunidos no curral do conselho municipal e ali permaneceriam dois dias podendo neste tempo ser reclamados pelos donos; não se podia correr a galopes pelas ruas e largos, matar gado em casas particulares, nem criar porcos ou cabras nas ruas da cidade e outros animais.¹⁹⁷

O esforço de delimitação do perímetro urbano, separando-o do campo, durante o século XIX se estendendo até o século XX, demonstra que as bases da sociedade uberabense ainda se assentavam na posse da terra e na produção rural a ela associada. Isto é, a vida na cidade permanecia funcionalmente relacionada à vida no campo. Um exemplo disso eram os grandes fazendeiros que além de construir palacetes na cidade, construíam-nos no campo, verdadeiras mansões senhoriais cercadas de gado, plantações e trabalhadores.

Raymond Williams, ao analisar o campo e a cidade na história e na literatura na Grã-Bretanha, constatou que a relação entre esses se tratava de um processo duplo:

[...] a exploração do homem e da natureza, que tem lugar no campo, é concretizada e concentrada na cidade. Por outro lado, porém, os lucros provenientes de outros tipos de exploração – a riqueza acumulada do comerciante, do advogado, do cortesão – vão penetrar o campo, como se (mas trata-se de uma aparência apenas) fossem um novo fenômeno social.¹⁹⁸

Outro autor que sustenta um ponto de vista análogo é Jacques Le Goff que, ao interrogar as diferenças e semelhanças entre a cidade contemporânea e a cidade medieval, percebeu que até o século XIX persistia nas cidades certa atividade rural e ela era suscetível de ser retomada caso fosse preciso. A cidade poderia ser penetrada pelo campo: “não seria pertinente definir, a este respeito, uma separação absoluta.”¹⁹⁹ Em Uberaba, a relação campo e cidade, assim como identificada por ambos os autores, também era uma via de mão dupla, visto que os hábitos gestados no campo eram reproduzidos na cidade e esta estava em constante relação com o universo do campo, fosse pela quantidade de chácaras no tecido urbano, fosse pelas dimensões dos quintais que abarcavam características rurais.

¹⁹⁷ Posturas Municipais de 1867. Artigos 21, 22 e 23. APU.

¹⁹⁸ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 85.

¹⁹⁹ LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998. p. 33.

Havia ainda normas para o asseio, a limpeza e a iluminação. Para o asseio e a limpeza ficava proibido lançar sujeiras nas ruas, largos ou becos; fazer estrumeiras, despejar vasos imundos nos regos de água ou lançar animais mortos ou moribundos nos mesmos. Não era permitido lavar roupas em fontes ou encanamentos cujas águas tinham de servir a habitantes situados em áreas menos nobres da cidade. Existiam também apontamentos sobre “águas potáveis”. Todos os proprietários que tivessem partes nos diferentes regos condutores de água para o interior da cidade eram obrigados a realizar o encanamento da parte utilizada. Era preciso conservar os encanamentos limpos e, aqueles que os sujasse, seria imposta multa. O poder público municipal ficava obrigado a administrar as águas que não passassem em propriedade particular, podendo vender os “anneis d’água” a quem os pretendia.²⁰⁰ Quanto à iluminação, a Câmara mandaria colocar lampiões nos principais logradouros durante as noites e ficava prescrito que aqueles sujeitos que quebrassem os vidros dos lampiões, cortassem as cordas de suspensão, ou fizessem qualquer dano à iluminação pública receberiam multa.²⁰¹

No “Projecto de reforma das Posturas Municipais”, de 1889, o artigo número três era o que mais apresentava normas em relação aos espaços da cidade, mas não se tratava de qualquer espaço. Eram aqueles onde aconteciam atividades fabris e comerciais. Ficava decretado que a Câmara Municipal cobraria impostos e licenças anuais de cada fábrica de cerveja, licores e outras bebidas alcoólicas; casas onde se fabricassem e vendessem fogos de artifício; onde se vendessem e consertassem relógios; se fabricassem velas, cigarros e se manufaturasse fumo para vender; casas de ourives; barbeiros e cabeleireiros; açougues, botequins ou barracas onde se vendessem líquidos, quitandas, comidas frias em festejos, espetáculos ou qualquer outra reunião popular; casas de pasto, hotel, hospedaria, padarias, confeitarias e olarias; oficinas de alfaiate, marceneiro, ferreiro, latoeiro, colchoeiro e sapateiro; casas de farmácia ou laboratório farmacêutico, além das casas de modistas, entre outras.²⁰²

No “Código Municipal” de 1927, as normatizações para o espaço urbano também aparecem bem mais ampliadas. A construção da paisagem da cidade civilizada, em moldes republicanos, envolvia a criação de espaços regulares, abertos, retilíneos, ordenados, uniformes e homogêneos. Daí as regulamentações expressarem uma concepção de organização do espaço embasada na racionalidade. Ficava decretado que todas as ruas e avenidas que fossem abertas na cidade ou povoações do município seriam retas e teriam um

²⁰⁰ Posturas Municipais de 1867. Artigos 30, 35, 36, 39, 48, 50, 52, 54 e 55. APU.

²⁰¹ Posturas Municipais de 1867. Artigos 21, 23, 24, 26, 28 e 29. APU.

²⁰² Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba. Sessão extraordinária de 6 de junho de 1889. APU.

número mínimo de metros de largura. As praças e os largos, sempre que o terreno permitisse, deveriam ser quadrados, retângulos ou outras figuras simétricas. Essa racionalidade era referência de uma preocupação estética que tinha relações com o esforço político municipal em civilizar o espaço físico da cidade.

No “Código Municipal” foi anunciada também a divisão da cidade em três zonas: a central, a urbana e a suburbana. A zona central era demarcada pelo perímetro que compreendia a Estação da Mogiana, as praças Rui Barbosa, Afonso Pena e Dom Eduardo, a Ladeira dos Estados Unidos, a Praça Comendador Quintino, as ruas Arthur Machado, Bernardo Guimarães, Martin Francisco, Lauro Borges, Segismundo Mendes, Vigário Silva, Godofredo Rodrigues da Cunha, Tristão de Castro, São Sebastião, Manoel Borges, Senador Pena, Saldanha Marinho, João Pinheiro e Padre Francisco Rocha. A zona urbana compreendia as ruas Marques do Paraná, Borges Sampaio, 15 de Novembro, Padre Anchieta, Padre Zeferino, Barão de Itaberaba, Barão da Ponte Alta, Teixeira de Freitas, José de Alencar, Duque de Caxias, Triângulo Mineiro, Visconde do Rio Branco até a Estação Oeste de Minas, Major Eustáquio, São Sebastião, Pascoal Toti, 21 de Abril, Mercês e Avenida da Saudade, as praças Carlos Gomes, Doutor Thomaz e Abadia. Interessante salientar que algumas ruas e referências espaciais constavam como fazendo parte dos dois perímetros como era o caso, por exemplo, da Estação Mogiana. Enquanto isso, a zona suburbana, sem especificações, compreendia as demais ruas e bairros da cidade. Ficava determinado também que nas ruas limítrofes da zona urbana, adentrando até cem metros em direção aquelas da zona suburbana, seria “considerado como zona urbana para efeito das disposições de hygiene.”²⁰³

No esforço em criar uma aparência agradável para o espaço urbano, em Uberaba não seria permitida a divisão de logradouros, fossem praças, ruas, terrenos ou avenidas sem que, previamente, fossem apresentados à Câmara Municipal seus perfis topográficos e a requisição de licença, que poderia ser recusada caso apresentassem ângulos inconvenientes em seus alinhamentos e nivelamentos ou se opusessem ao plano geral organizado pela municipalidade.²⁰⁴ Neste ponto ficava instituído que a licença concedida não se opusesse à forma e arquitetura dos edifícios construídos uma vez que tivessem sido contempladas as disposições do código, salvo quando o conjunto não oferecesse um dispositivo harmônico e satisfatório em relação à estética que continuava sendo levada em conta no sentido de uniformizar a paisagem das habitações da cidade.²⁰⁵

²⁰³ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 93. 1927. APU.

²⁰⁴ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 94 e 95. 1927. APU.

²⁰⁵ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 140. 1927. APU.

Para que a uniformização ocorresse havia burocracia. Todas as construções e reconstruções à face de ruas e praças deveriam seguir as exigências requisitadas pelo Agente Executivo que encaminharia uma petição ao Engenheiro Municipal que concederia ou não a licença para a realização da obra²⁰⁶. No mais, a atenção atribuída aos detalhes das construções em geral era tão assídua que havia normas para os alicerces, soleiras, soalhos, porões, portas, portadas, janelas, vergas, sacadas, grades, cimalthas, platibandas, paredes, telhados, chaminés, corredores e escadas. As normatizações para todos estes aspectos ficavam evidentes nos palacetes situados na zona central da cidade, nas imediações da Praça da Matriz. Pertencentes a pecuaristas que enriqueceram com a prosperidade da criação de gado zebu, os casarões, em maior parte de estilo arquitetônico eclético, expressavam o poderio econômico e social de seus proprietários constituindo uma riqueza imobiliária que também representava civilização.

Heliana Angotti Salgueiro, ao realizar um trabalho que procurou caracterizar as transformações de uma arquitetura de província a uma arquitetura que encerra o ápice do ecletismo em Uberaba, num período que vai do final do século XIX até 1921, afirma que parte dos projetos desse tipo de edificações era realizada por imigrantes que passaram a se estabelecer na cidade como “projetistas, mestres de obras, marmoristas, pintores, estuadores e marceneiros das novas ordens arquitetônicas.”²⁰⁷ A autora constatou que durante esse período havia em Uberaba edifícios exemplares de uma arquitetura civil, religiosa e rural abarcando três vertentes. A primeira era a de convivência de uma arquitetura colonial, com estilemas vinculados ao neoclássico, até a introdução gradativa de ornamentos de fachada característicos da arquitetura eclética. A segunda era a de implantação da casa de alpendre e jardim lateral com elementos “Art Nouveau”. E, por fim, a terceira, com a inserção dos palacetes erguidos a partir das riquezas oriundas da criação de gado zebu: “a partir de 1914, o zebu se mitifica em debates e palestras, valorizando-se ao erguer palacetes na Praça da Matriz, que se vai ecletizando no conjunto.” Essa fase, segundo Salgueiro, se encerra em 1921 em função de uma peste bovina que desembocou na proibição de importações em que foram bloqueadas passagens interestaduais como medida sanitária que refletiu no comércio e na retração da construção de suntuosos casarões na zona central da urbe.²⁰⁸

²⁰⁶ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 100. 1927. APU.

²⁰⁷ SALGUEIRO, Heliana Angotti. Apontamentos para um estudo de arquitetura regional: e ecletismo do zebu em Uberaba. In: **Estudos**: revista da Universidade Católica de Goiás. (v. 11, n. 3/4) Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1984. p. 209.

²⁰⁸ SALGUEIRO, 1984, p. 210.

Em relação à arquitetura eclética que se multiplica na cidade nos anos finais da primeira década do século XX, com decoração em massa e gesso, Salgueiro reforça a ideia de que a modernização das casas não estava isenta de um esforço de elegância arquitetônica:

[...] o Ecletismo desloca os elementos coloniais e neoclássicos por apliques nas fachadas, que são demolidas para recebê-lo. Símbolo ostentatório de linguagem modernizada, a combinação de tantos estilemas cria protótipos estandardizados, que engendra elegância em arquitetura de efeitos.²⁰⁹

A construção de palacetes de arquitetura eclética por parte de pecuaristas significava não só o ensejo de morar bem, mas, por meio de construções imponentes e suntuosas, apresentar uma forma de distinção e/ou status social que refletia na organização espacial da cidade. Os melhoramentos feitos principalmente na zona central faziam com que as normatizações para as edificações nestas áreas fossem tão criteriosas, com vistas à construção da paisagem da cidade civilizada. Neste sentido, a ala eclética que se estabelece na Praça da Matriz (Rui Barbosa), com palacetes perfilados, devidamente alinhados e nivelados, com projeções arquitetônicas, remete à criação de uma unidade social no espaço.

No que diz respeito a esse assunto, Elias assevera:

[...] nem todas as unidades sociais ou formas de integração dos homens são, ao mesmo tempo, unidade de habitação ou moradia. Mas todas elas podem ser caracterizadas segundo determinados tipos de configuração espacial.²¹⁰

No caso específico da Praça da Matriz, a grandeza da moradia deveria refletir a grandeza de seus moradores. A aparência física das habitações era percebida como símbolo da elegância e da importância do dono. O conjunto de edifícios agrupados em torno da praça embelezada por jardins e arborizada, com ruas calçadas e a igreja Matriz em posição privilegiada no sítio topográfico, fazia com que aquela área se tornasse o emblema da cidade civilizada. A disposição das casas era expressão de uma aproximação espacial que gestava uma imagem social correspondente à representação de moradores civilizados. Logo, o modo de inserção destes na sociedade achava-se apresentado na disposição do espaço urbano. O fato de os palacetes pertencentes a criadores de gado zebu ocuparem a zona central é uma referência da importância da relação entre habitação e sociedade, pois o espaço era utilizado para distinção social. Era expoente de comodidade material, de luxo e de prestígio útil à manutenção de *status*, símbolo da ascensão de famílias cujas posses igualmente ganhavam o caráter representativo de civilização na e da cidade. Neste ponto, ocorria o que afirma Elias:

²⁰⁹ Ibidem, p. 217.

²¹⁰ ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 67.

[...] quanto mais elevada era a posição social, ficava em primeiro plano, cada vez mais, a obrigação de aparecer de acordo com sua posição, manifestando através da casa a que nível o proprietário pertence.²¹¹

Nesse ângulo, as formas de habitação, inseridas em configurações ou conformações espaciais oferecem acesso para a compreensão das relações sociais de viés excludente e hierarquizador. Margarida de Souza Neves, ao analisar crônicas sobre o Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX, afirma que elas revelam, além da espacialização do caráter excludente da sociedade, os sinais da urdidura sutil de hierarquias no tecido urbano. Permitem não apenas tematizar a urbe com pretensões de cidade europeia, mas identificar que nela existia certa hierarquia entre os bairros residenciais, de tal modo que a simples menção de um endereço era indício do lugar social do morador²¹². Em Uberaba não era diferente.

Um exemplo eram as casas para as famílias de operários, os cortiços e as estalagens. No “Código Municipal” de 1927 consta que nas construções de habitações para operários, “fora do perímetro urbano”²¹³, seria observada uma série de prescrições.²¹⁴ É importante problematizar este ponto. Tecnicamente, fora do perímetro urbano não seria mais cidade. Então, ou as habitações dos operários eram edificadas no campo ou até aquele momento não havia uma nítida delimitação entre este e a cidade. Isto leva a pensar que o afastamento das habitações de tais sujeitos da efetiva área urbana remetia, mais uma vez, à hierarquização do espaço.

Nas normatizações se incluía ainda: “É expressamente proibido a construção de cortiços ou estalagens.”²¹⁵ No que diz respeito a este assunto, na leitura da tese de Dantas, se observa que em Uberlândia houve algo semelhante: “A proibição de construção de cortiços

²¹¹ ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 78.

²¹² NEVES, Margarida de Souza. O povo na rua: um “conto de duas cidades”. In: PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: ed. UFJF. 1994. p. 144.

²¹³ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 186. 1927. APU.

²¹⁴ As prescrições abarcavam a altura mínima das paredes e os materiais utilizados nos pavimentos, nas portas, nas janelas e nos forros, que deveriam ser pintados a óleo. Quando fossem erigidas várias casas unidas, as paredes divisórias tinham de ter uma espessura determinada indo até o telhado, sendo os respectivos terrenos separados internamente por cercas ou muros. Artigo 186 (1927). Além disso, ficava estabelecido que as vilas operárias seriam edificadas, fossem casas térreas ou sobrados, em lugar ou terreno perfeitamente salubre e em posições que facilitassem a ventilação e a iluminação dos pátios, dormitórios, corredores e mais peças do edifício. Poderiam ser construídas em grupos de duas casas no máximo, devendo as menores ter no mínimo dois quartos. A intenção para acondicionamento geral das vilas de operários seria fazer com que cada família tivesse uma habitação cuja distribuição dos cômodos fosse conveniente à separação entre seus membros. Não seriam toleradas grandes casas subdivididas e que não oferecessem as condições necessárias de salubridade. Artigo 192; incisos 1, 2, 3 e 4 (1927). Com efeito, não se compreendiam como cortiço as habitações de famílias pobres com mais de uma repartição, cozinha e esgoto em separado, observadas as prescrições de higiene e asseio dos regulamentos sanitários. Artigo 188 (1927).

²¹⁵ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 190. 1927. APU.

nas zonas central e suburbana revela a preocupação com a estética e a concepção do urbano como espaço não reservado ao pobre.”²¹⁶ Para as autoridades públicas os cortiços eram “vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade.”²¹⁷ Logo, o habitante sem muitas posses era afastado.

Tal afastamento implicava sua exclusão. Neves afirma que “o caráter excludente da sociedade é também exclusão de espaço e exclusão de agentes sociais de determinados espaços.” Segundo ela, “o caráter hierarquizado e hierarquizador da sociedade traz também a hierarquização entre os bairros e no interior deles.”²¹⁸ Pensando por este viés, em Uberaba a estruturação das habitações possibilitava uma visão das relações sociais marcadas pelas desigualdades econômicas. Por isso, não se pode tomar uma área urbanizada como um todo da cidade, pois o processo de urbanização que se deu paulatinamente não era um fenômeno homogêneo, ocorreu em espaços específicos, principalmente na zona central e urbana onde os lotes para o estabelecimento de obras se valorizavam. Assim, as hierarquias sociais se refletiam na configuração do espaço que por meio do zoneamento reforçava a segregação.

O conceito de segregação espacial, segundo Raquel Rolnik, diz respeito ao movimento de separação das classes sociais e funções no espaço. Trata-se da criação de “territórios específicos e separados para cada grupo social; é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações municipais.”²¹⁹

Para essa mesma autora, que analisou a realidade sócio espacial que se estabeleceu no Brasil do século XIX, a segregação não se impunha apenas na constituição de territórios separados para cada grupo social, mas também se apresentava no âmbito dos locais de moradia. Enquanto domínio de uma vida que girava em torno do núcleo familiar, as casas eram organizadas sob a égide da intimidade. Afirma ainda que, do ponto de vista do modelo burguês de morar que se esboçava, casa e rua se tornaram termos em oposição: “a rua é a terra de ninguém perigosa que mistura classes, sexos, idades, funções, posições na hierarquia; a casa é território íntimo e exclusivo.”²²⁰ Nesse contexto, a preocupação com a estética das habitações, na aparência exterior e interior, se estendia a preocupações com o conforto e a higiene que eram consideradas nas normatizações, expressas nas posturas, que de certa forma estavam organizadas levando-se em conta a posição social e o poder aquisitivo do morador.

²¹⁶ DANTAS, 2009, p. 130.

²¹⁷ CHALHOUB, S. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 31.

²¹⁸ NEVES, 1994, p. 139-140.

²¹⁹ ROLINK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 42.

²²⁰ ROLINK, 2004, p. 50.

Tal perspectiva pode ser identificada na diferenciação de materiais de construção nas zonas da cidade. Exemplo: os muros de terrenos à frente dos arruamentos na zona central deveriam ser de alvenaria, tijolos ou pedra. Já na zona suburbana, nos muros de terrenos seriam permitidos os tapumes de taipa, madeira ou cerca de arame²²¹. No centro, como havia os palacetes que refletiam a imagem da cidade idealizada, construída e mostrada pelas elites, os materiais deveriam ser de boa qualidade, afinal seus proprietários possuíam dinheiro para adquiri-los. Enquanto nos arredores da cidade, na zona suburbana, onde possivelmente moravam os pobres, a qualidade dos materiais deveria ser coerente com suas capacidades de arcar com os custos para adquiri-los. Isto denota que até mesmo as despesas dos moradores com as construções eram reguladas de acordo com seu nível social.

Elias, ao analisar a realidade da *Sociedade de Corte*, percebeu uma relação entre nível social e estilo de vida. Essa relação permite refletir acerca da realidade uberabense:

O modo essencial de marcar uma posição social é documentá-la por meio de um estilo de vida apropriado, segundo os parâmetros desse nível. Se falta o dinheiro necessário para isso, o nível social passa a ter uma realidade muito restrita, o mesmo ocorrendo com a existência de seu ocupante na sociedade.²²²

Desse modo, distanciamento espacial era também distanciamento social e o universo material da cidade tornava visíveis as tensões sociais. A aparência das casas revelava aspectos da sua dinâmica social. Assim, o espaço era utilizado como símbolo da demonstração de *status*. Nele se expressavam os avanços das ciências e das técnicas, os preceitos de higiene, a acumulação de capital ou a ausência dele, o prazer e o desprazer visual. Sua estética era julgada como grosseira ou refinada. Esse julgamento reafirmava cada vez mais as desigualdades existentes na cidade. Para os ricos a casa, além de espaço de morada, era uma estratégia para comprovar seu valor pessoal diante de outras pessoas. Para os pobres era o espaço onde reinventavam suas possibilidades de vida.

O esforço de conformação da paisagem no “Código Municipal” de 1927 se dava com regras também para os teatros, os cinematógrafos, as casas de reuniões públicas, as construções especiais, as habitações coletivas e os prédios defeituosos ou em condições ruins de conservação. As normatizações nesses casos estavam igualmente engolfadas por um processo de civilizar a aparência da cidade de forma a refletir modernidade, conforme é observado por Brescianni. No entender da autora, o traçado das ruas, a abertura de novos bairros, o zoneamento, a adoção de técnicas construtivas e estilos eram formas de expressar

²²¹ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 107. 1927. APU.

²²² ELIAS, N. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 83.

visualmente a modernidade.²²³ Nesse sentido, Dantas afirma que “os serviços de elaboração urbanística e paisagística, o requinte na arquitetura e a estética urbana, segundo acreditavam os grupos dominantes, facultariam o progresso e a civilidade.”²²⁴

Para os teatros, cinematógrafos e casas de reuniões públicas se determinava que todos os edifícios para esse fim adotassem melhoramentos que, com aspecto moderno, refletiriam higiene, segurança e estética. Enquanto que nas casas das famílias operárias era permitida a utilização de madeiras nas construções, nos teatros, sempre que possível, não. O emprego de vigas ou colunas para sustentar os camarotes deveria ser de maciços mais nobres para abrigar um público de igual procedência. As portas externas, que dariam acesso ao recinto deveriam ser giratórias, as sacadas retas ou quebradas em ângulos retos, longos e com corredores com dois metros de largura. No salão deveria haver um espaço mínimo para cada pessoa. Precisariam ser construídos isoladamente, sem contato com outros prédios e os projetos para edificá-los só seriam aceitos quando assinados por engenheiros, arquitetos ou por construtores de notória competência.²²⁵ As exigências faziam parte de uma arquitetura, higiene e urbanismo embasados na ideia de racionalidade e de uso funcional dos espaços.

Para as construções especiais, dentre as quais se enquadravam hospitais, asilos, hospícios, maternidade, escolas, colégios, laboratórios, lavanderias, casas industriais, quartéis, aquedutos e outros, os projetos e plantas só seriam aceitos também quando firmados por profissionais diplomados ou de inegável confiabilidade. Os planos para este tipo de edificações deveriam ser acompanhados de um memorial descritivo ou relatório feito pelo profissional coordenador responsável justificando todas as disposições adotadas e contendo os esclarecimentos precisos para se formar um juízo sobre a obra projetada.²²⁶

Chalhoub argumenta que os intelectuais-médicos brasileiros realizaram o diagnóstico de que as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias e terrenos férteis para a propagação de vícios, visto que em sua maioria se referiam aos hábitos de moradia dos pobres.²²⁷ Bem assim, para as casas ou habitações coletivas, que eram aquelas que abrigavam famílias diversas ou sujeitos que viviam sozinhos, em Uberaba, constituíam-se em espaços sociais independentes tais como hotéis, hospedarias, casas de pensão e asilos.

Em geral, neste tipo de construções, deveriam ser respeitadas as prescrições feitas para todas as habitações. Os prédios de muitos andares precisavam ter proporções amplas, com

²²³ BRESCIANNI, M. História e Historiografia das cidades, um percurso. In FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 255.

²²⁴ DANTAS, 2009, p. 173.

²²⁵ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 194. 1927. APU.

²²⁶ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 195. 1927. APU.

²²⁷ CHALHOUB, 1996, p. 29.

escada principal e outras de serviço. Neste caso, não seriam permitidas paredes de madeira como divisão dos diversos aposentos e haveria sempre uma latrina e um banheiro para cada grupo de vinte pessoas.²²⁸ Prédios, muros e obras que por defeituosa construção ou má conservação caíssem em ruínas, oferecendo perigos de desabamento; em que as condições higiênicas fossem consideradas insalubres ou que fossem construções novas, mas não executadas de inteiro acordo com o plano aprovado pela municipalidade, seriam condenados à reforma ou demolição.²²⁹ O que significava, pelo menos em lei, o empenho do poder público em manter as edificações organizadas, de forma a atender as aspirações de organização e estética da cidade.

Entre as posturas de 1927 havia ainda disposições para manter o embelezamento, a higiene, a segurança, o funcionamento de fábricas e oficinas, assim como para manter os fios telegráficos, telefônicos e os transmissores de força e luz organizados. Quanto ao embelezamento, as árvores das ruas e os jardins públicos ficavam na responsabilidade de um jardineiro chefe contratado pela prefeitura. Neles ficava proibido o ingresso de veículos, cavaleiros e animais de qualquer espécie. Não era permitido transitar pelos jardins com fardos às costas ou empurrando carrinho de mão destinado ao transporte de objetos. Era expressamente proibido andar sobre a grama dos canteiros, tocar nas plantas, arrancar as flores, danificar as grades, os bancos, os coretos, os quiosques, subir nas árvores e urinar ou defecar nos espaços urbanos.²³⁰ Os cidadãos eram obrigados também a limpar e varrer, pelo menos duas vezes por semana, os passeios, as sarjetas, as testadas de suas casas e os terrenos, sob pena de multa de cinco mil réis. O lixo resultante dessa varredura deveria ser reunido em pequenos montes para ser recolhido pelas carroças de limpeza pública.²³¹ Daí o esforço em cuidar da aparência paisagística da cidade.

Não obstante, segundo Chalhoub, desde meados do século XIX a questão da salubridade pública e das condições higiênicas das habitações já era discutida visando à criação de medidas que regulamentassem a existência das habitações²³². Em Uberaba, como mencionado no primeiro capítulo, a municipalidade se atentando para essa questão criou uma Repartição de Higiene cuja função era velar pelo asseio das casas e fiscalização dos serviços de construções, não permitindo que se realizassem sem projeto aprovado de acordo com as

²²⁸ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 190. 1927. APU.

²²⁹ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 196. 1927. APU.

²³⁰ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigos 221, 222, 223, 224 e 225. 1927. APU.

²³¹ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigos 208, 209, 210 e 211. 1927. APU.

²³² CHALHOUB, 1996, p. 30.

leis e preceitos sanitários. Logo, o que era civilizado em relação à higiene deveria refletir nas edificações que precisariam estar em interlocução com as representações científicas de saúde.

Cabia à essa Repartição, por exemplo, exercer a fiscalização dos gêneros alimentícios, das fábricas, dos estabelecimentos comerciais e industriais, dos mercados, do matadouro, dos cemitérios e de tudo que direta ou indiretamente pudesse influir na salubridade do município, ressalvada a competência do Estado.²³³ Lembramos que a salubridade, segundo Dantas, era tida como “requisito fundamental para a estética urbana e o convívio social.”²³⁴ Deste modo, era obrigatória para todos os prédios dentro do perímetro urbano. Todas as habitações deveriam se adequar a prescrições higiênicas seguindo a lógica da salubridade. Os cômodos dos espaços deveriam receber ar e luz por meio de aberturas para o exterior. Os pátios, as áreas destinadas à incidência de luz e os quartos de habitação deveriam ter no mínimo dois metros. As cozinhas afastadas e construídas de preferência num anexo ou puxado sem comunicação direta com os aposentos de dormir, latrina e banheiro deveriam também ser claras, ventiladas e espaçosas, com venezianas, seu chão revestido de camada lisa, impermeável, de cimento ou ladrilhos e as paredes pintadas a óleo ou outro material que impedisse a penetração de matérias orgânicas e que fossem fáceis de lavar.²³⁵

Havia ainda a polícia sanitária que deveria zelar pelo ordenamento das condições higiênicas nas habitações privadas e coletivas. Cumprindo as ordens expedidas pela Repartição de Higiene deveria realizar visitas em casas de particulares e logradouros públicos onde, além de observar as condições de higiene, asseio, conservação e estado de saúde dos moradores, verificaria o estado dos reservatórios de água potável e seu abastecimento, a integridade e funcionamento das instalações sanitárias, tanques, lagos, esgotos e bueiros, bem como o asseio das ruas, quintais, pátios, cocheiras, estribarias e estábulos a fim de realizar:

- a) extinção de todos os focos ou viveiros de mosquitos.
- b) remoção de lixo, latas, garrafas, cacos e imundícies, acumuladas no interior das habitações, terrenos, logares e logradouros públicos.
- c) limpeza, lavagem e desinfecção dos reservatórios de águas, tanques, tinas, lagos, repuxos, bueiros, ralos intra e extra-domiciliares, gallinheiros, porões, etc. regularizando as vallas e rios, drenando e aterrando pântanos, poços, cisternas, etc. Quando houver reluctancia, por parte dos responsáveis, no cumprimento das intimações, a Câmara fará o serviço, correndo neste caso as respectivas despesas por conta delles, accrescidas de 20% pela administração dos trabalhos.²³⁶

²³³ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigos 40 e 41. 1927. APU.

²³⁴ DANTAS, 2009, p. 130.

²³⁵ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 185. 1927. APU.

²³⁶ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 361. 1927. APU.

Nos estabelecimentos comerciais e industriais, teria de haver higiene em relação à alimentação no que diz respeito ao cuidado com o preparo e armazenamento dos gêneros alimentícios. Se nas visitas sanitárias as autoridades de fiscalização suspeitassem que as comidas, bebidas ou outros produtos análogos estivessem falsificados, deteriorados, condenados ou imprestáveis para o consumo, deveriam recolher amostras para estudos no laboratório de análises químicas e bromatológicas anexo à referida Repartição. Nesses mesmos estabelecimentos as autoridades sanitárias precisariam providenciar para que os gêneros que não tivessem de passar por alto grau de temperatura, antes de serem ingeridos, estivessem protegidos de insetos e poeiras. Também, ficava determinado nas posturas que as casas comerciais como açougues, padarias, comestíveis e outras que desempenhavam função parecida tinham de seguir prescrições higiênicas semelhantes à construção das cozinhas, isto é, com chão revestido de materiais que não permitissem a infiltração de orgânicos, de revestimento impermeável e facilmente lavável. Este tipo de estabelecimento deveria ter também nas portas e janelas grades de ferro e aberturas que permitissem ventilação.²³⁷

Para manter a segurança pública ficava proibido conservar nas ruas, praças e passeios de casas, estradas ou caminhos, qualquer corpo que dificultasse o trânsito público ou prejudicasse a limpeza. O infrator seria intimado a fazer a remoção imediatamente e se não o fizesse receberia multa. A lenha, madeira e outros corpos volumosos de imediata utilidade só poderiam permanecer nas ruas, praças e logradouros públicos, até cinco horas depois de descarregados. Os objetos deveriam ser colocados de forma a não bloquear o trânsito.²³⁸ Ainda em relação à segurança dos cidadãos, ninguém poderia exercer a função de condutor de veículos de boleia ou *chauffeur* sem carta de habilitação e ficava absolutamente proibido:

- I) conduzir ou domar, pelas ruas e logradouros públicos, animais bravos, em veículos ou fora deles.
- II) correr em disparada pelas ruas e praças a Cavallo, em carros, automóveis, motocicletas, velocípedes e outros veículos.
- III) andar a Cavallo, guiar ou reter animais em cima dos passeios.
- IV) amarrar animais nas portas, árvores, postes ou grades existentes nas ruas e praças.
- V) conduzir de arrasto nas ruas da cidade e povoações do município paos, madeiras ou quaisquer outros corpos volumosos e pesados.
- VI) exceder a velocidade permitida a corrida de automóveis, motociclos, caminhões e outros veículos semelhantes.
- VII) conservar abertas as válvulas desses veículos nas ruas e praças para escapamento de vapor ou gás, de modo a incomodar o público.²³⁹

²³⁷ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigos 393 e 193. 1927. APU.

²³⁸ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigos 443 e 444. 1927. APU.

²³⁹ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 446. 1927. APU.

Tais regulamentos indicam que em Uberaba o tráfego urbano se complexificava. Todos que transitavam nas vias tinham de ter atenção para evitar acidentes. No entanto, as condições e as dificuldades de locomoção e transporte ainda se faziam presentes. Como observou Regma Maria Santos para o caso de Uberlândia, os ritmos de tecnologias como os autos, muitas vezes, eram diferentes do ritmo de outros meios de transportes que há tempos faziam parte da cultura da população.²⁴⁰

Situação semelhante se dava em Uberaba. Daí as normatizações num contexto em que o tráfego era constituído por meios de transporte que possuíam diferentes velocidades. No início do século XX, ainda era uma cidade em que andar a cavalo e carro de boi no centro era comum. Possuir automóvel era sinônimo de riqueza, havia o sentido de ostentação que expunha as diferenças de níveis sociais. Num cenário urbano em que a maior parte da população circulava a pé ou em animais, a dimensão cotidiana da convivência com o automóvel e, posteriormente, com as motocicletas despertou a necessidade de regulamentar o trânsito para evitar acidentes.

Existe uma relação no que concerne ao trânsito e à questão da civilização. Conforme explicitado por Elias, a civilização é um conceito que está imbricado na mudança na constituição psicológica dos sujeitos e a percepção nesse contexto tem relação com os deslocamentos. Quando analisa os mecanismos de “feudalização” e formação do Estado na sociedade europeia, o autor afirma que o trânsito nas estradas principais dessa sociedade exigia uma prontidão constante para a luta. O principal perigo era o ataque de soldados ou salteadores. As pessoas tinham de olhar constantemente a sua volta, para as árvores, os morros e a própria estrada no intuito de estar sempre preparadas para um ataque armado. Já o tráfego nas ruas de uma grande cidade na sociedade complexa em que ele viveu exigia uma modelação completamente diferente do mecanismo psicológico. Com carros e pedestres circulando em muitas direções, foi criado um controle externo com guardas e organização do tráfego. Esse controle se baseava na suposição de que todos os indivíduos estariam regulando seu comportamento com a maior exatidão possível.²⁴¹ Pensando por este viés, os motoristas em Uberaba tinham de desenvolver o cuidado, moldar sua constituição psicológica, para não bater em outros carros, nos animais utilizados como transporte, nem nos pedestres. Estes, ao saírem às ruas, também tinham de ficar atentos ao trânsito para não ser atropelados.

²⁴⁰ SANTOS, R. M. dos. **Memórias de um plumitivo**: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycido Paes. Uberlândia: Aspectus, 2005. p. 212-233.

²⁴¹ ELIAS, **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 196.

Concluindo a regulamentação relativa à paisagem, o “Código Municipal” estabelecia quanto ao funcionamento das fábricas e oficinas que ficava vedada a instalação, dentro da zona central da cidade, de fábricas de sabão, óleo, velas de sebo, curtumes, máquinas de beneficiar café, arroz ou milho, algodão, depósito de sal em grande quantidade, e outros estabelecimentos que pelas matérias primas, produtos, combustível empregado ou por qualquer outro motivo exalasses vapores que tornassem nociva a atmosfera, prejudicassem a salubridade ou incomodassem a vizinhança²⁴².

Por fim, para manter os fios telegráficos, telefônicos ou transmissores de força e luz organizados não poderiam ser instalados a menos de seis metros e sessenta centímetros do chão; os fios da rede telefônica e da luz elétrica deveriam guardar entre si distância suficiente para que não houvesse contato e nem perturbação nas transmissões. O infrator incorreria na multa de cinquenta mil réis e seria obrigado a elevar as linhas ou separá-las na distância determinada. Ficava estabelecido também:

Os postes telegraphicos, telephonicos, de luz electrica ou de lampeões, serão collocados nas ruas e praças da cidade e povoações, estradas ou caminhos do município, de modo a não embarçar o trânsito público. O Agente Executivo designará os logares em que nas ruas e praças deverão ser elles fincados. Taes postes serão de cimento armado, de ferro ou de madeira de lei, oitavados ou arredondados, pintados, conforme a Câmara o determinar.²⁴³

Ao infrator de todas essas disposições incorreria multa, dias de prisão ou as duas coisas simultaneamente. Como na situação dos comportamentos, essas punições eram uma das estratégias que a Câmara Municipal utilizava para fazer com que Uberaba estivesse sempre ordenada. A coordenação de seus diferentes aspectos urbanos por meio das leis mostraria o brilho, a grandeza, o aperfeiçoamento social dos cidadãos e a qualidade de sua civilização. Daí o empenho em uniformizar e homogeneizar esteticamente os espaços como parte da construção da paisagem da cidade civilizada.

2.3 Os modos e os espaços dos cidadãos civilizados

Diferentes sujeitos circulavam no ambiente urbano, desse modo, além das normatizações nos artigos dos códigos de postura, era preciso uma nova sensibilidade para viver na cidade cuja sociedade se tornava cada vez mais complexa devido à quantidade de tramas sociais. Aos poucos, as relações socioculturais eram refinadas, os padrões de

²⁴² Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 353. 1927. APU.

²⁴³ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 455. 1927. APU.

comportamento e etiqueta nos espaços eram forjados com vistas à representação de sujeitos civilizados. A esfera social da cidade era dinâmica e por isso os padrões de comportamento considerados civilizados mudavam de forma contínua. Se tornar civilizado passava pela busca incessante, por parte de integrantes das elites, de práticas requintadas para firmar separação social. Para isto, os espaços se tornavam lugares de ostentação onde os rituais de etiqueta poderiam ser realizados no intuito de expressar distinção social.

Tal perspectiva pode ser observada em publicações no jornal “O Sorriso”²⁴⁴, cuja leitura e seleção foram realizadas levando-se em conta os artigos nos quais se percebe o interesse de impulsionar a encenação de uma vida urbana sofisticada, moderna e civilizada. Percebe-se que “O Sorriso” servia para dar voz a um grupo da elite junto à sociedade e à Câmara Municipal. Por meio da palavra impressa, criava-se uma cidade cuja atmosfera deveria ser marcada pela urbanidade e pela civilidade identificadas no empenho para promover o refinamento dos comportamentos dos moradores, o que significava informação, lazer e cultura nos modelos europeus presentes nas capitais do país.

Publicações sobre música nos jardins, teatro, cinema, conferência literária, clube dançante, diretrizes de bom gosto, comemoração da tomada da Bastilha, circo, patinação, colunas escritas em francês, moda de andar rápido equivalente à moda parisiense e modos de se portar, expressos em coluna social, visavam à criação de parâmetros de civilidade que demonstrariam o grau de refinamento dos habitantes. A linguagem, os gestos, as maneiras, os trajes e os adornos utilizados por estes eram pensados de forma a se tornar agradável diante do olhar do *outro*. A forma como eram conduzidas as conversações e as maneiras em determinados espaços serviam à distinção social sinônima de “boa sociedade”. Estabelecia-se uma relação entre o sujeito consigo mesmo e entre ele e suas relações socioculturais. O sujeito ambicionava ser julgado favoravelmente, ao passo que se autorizava a julgar o *outro*. Em suas sociabilidades ficava propenso a dar ou receber uma qualificação segundo os códigos de valores dos grupos aos quais estava ligado. O empenho em ser julgado digno de fazer parte do grupo implicava um autocontrole nas condutas que, neste caso, eram “ensinadas” pelo jornal. Visava-se incitar nos leitores ideias a respeito de como parte de seus colaboradores gostariam que a cidade e seus moradores fossem vistos e julgados. Era uma sociedade em que as pessoas

²⁴⁴ Numa nota intitulada “O Sorriso e seu principal fim”, o articulista, denominado Almecce, apresentou o propósito da existência do jornal. Por meio dela é possível inferir que a maior parte de seus redatores eram pessoas jovens que recebiam a oportunidade de escrever no periódico com vistas ao aprendizado de jornalista: [...] o mais digno de nota é que os proprietários desta folha são quase crianças que dispendem, além da lancha ou arame, o seu suor para o nobre fim de se prepararem para futuros jornalistas. O Sorriso representa, pois, uma escola em que se preparam jornalistas, e assim merece o traço de todos, porque é único no gênero. Jornal O Sorriso. 31 de julho de 1910. APU.

valiam pelo dinheiro, pelos bens, pela aparência e pelos lugares que frequentavam. Tratava-se de ser julgado e do julgamento aplicado aos espaços e às maneiras de seus frequentadores.²⁴⁵

O jornal “O Sorriso” apresentava a característica de realizar cobranças à Câmara Municipal em relação a assuntos da cidade, tornando-se um instrumento que colaborava na transformação de sociabilidades urbanas. Desempenhava também a função de instância civilizadora que, assim como os códigos de postura, movimentava um processo civilizador de caráter social, por meio de intervenções modeladoras de comportamentos, ditando sugestões de elegância e de boas maneiras nos espaços. Portanto, era um veículo de comunicação que ditava preceitos de civilidade e urbanidade. A primeira era incitada por meio do controle dos afetos que ocorria quando os cidadãos, ao observarem aos outros e a si mesmos, construíam “a censura dos sentimentos, o domínio das paixões, a incorporação de disciplinas”²⁴⁶ orientadoras de práticas elegantes no espaço urbano. Já a segunda se referia a urbanizar como uma ação que trazia em seu cerne o empenho de civilizar, tornar o indivíduo civil, polido.²⁴⁷

Importante salientar que os espaços faziam parte da vida social na cidade pensada por sujeitos pertencentes a uma elite intelectual que utilizava o jornal como instrumento para reivindicar ao poder público municipal os interesses de pessoas que possuíam os recursos financeiros necessários para o acesso e a permanência em determinados espaços.

Um exemplo disso se dava em relação à cobrança de música nos jardins. Segundo uma publicação no jornal deveria haver uma verba específica destinada ao pagamento de bandas locais para realizar o deleite sonoro dos cidadãos nos jardins públicos da cidade. Contudo, na ausência de tal verba, de acordo com o artigo do jornal, a prefeitura contrataria “sapos”, pessoas que não entendiam de música de verdade para realizar o intento de tocar:

Todo o mundo aprecia musica e a nossa câmara é justamente ao contrário, talvez por ser surda. A questão de verba para as duas bandas locais tocarem nos jardins públicos, no exercicio vindouro, foi mesmo que a passa não passa da lei que dava três vereadores a cada districto. Não passou. Para o anno então ficamos sem música nos jardins, salvo si a câmara estiver resolvida a organizar uma banda para esse fim, o que acreditamos. Segundo ouvimos dos trocistas da terra, o director dessa banda é o ZéMesuras, colosso num cheio de baixo, conforme elle mesmo diz. Essa corporação não tocará somente aos domingos, e sim diariamente, e será dividida em duas partes, regidas pelos dois fiscaes. A câmara já fez encommenda dos músicos que estão sendo apanhados nos poços d'água para serem collocados nos tanques dos jardins desta cidade. É uma corporação composta de sapos grandes e

²⁴⁵ STAROBINSKI, J. **As Máscaras da Civilização**: Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 57-67.

²⁴⁶ ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 21.

²⁴⁷ SÁ, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e barbárie**: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 45.

pequenos, que são peritos nas execuções, não dando, por isso, muito trabalho aos seus directores e regentes das musicas de verdade. Fazemos agora idéa como ficarão despeitados os directores e regentes das musicas de verdade!... Mas, consolem, tudo isto é progresso.²⁴⁸

O conceito de progresso na última frase remete a uma ironia que tem como fio de meada a falta de ações da Câmara Municipal. Isto chama atenção para a observação do sentido atribuído e para a forma de utilização do conceito, que neste caso foi apropriado com vistas a apontar o seu contrário, isto é, o “atraso” da cidade.

Não obstante, além de o jornal funcionar como uma instância civilizadora, as próprias bandas de música também funcionavam, já que na ótica do memorialista Sampaio, a música civilizava e refinava os comportamentos²⁴⁹. Era uma “arte de encantos na vida civilizada; de ação viva e profunda sobre a alma.” Ao alegrar o cotidiano e os festejos locais era constitutiva da civilização: “É que, a música, também por sua vez auxilia a agremiação, deleitando e civilizando. Quantas vezes não tenho ouvido dizer, com ufania, aos habitantes desses povoados em embrião: já possuímos uma banda de música!”²⁵⁰

A música era tão importante à vida civilizada que, corroborando a fala do memorialista, o jornal “O Sorriso” seguiu publicando artigos reivindicando a apresentação de bandas de música nos jardins. Havia um em especial que ficava na Praça Rui Barbosa, circundada por palacetes cujos habitantes possivelmente eram os adeptos e incentivadores da ideia das músicas nos jardins. Segundo o jornal, muitas pessoas aos domingos frequentavam a praça para desfrutar de tardes agradáveis de lazer, mas naquele momento não contavam com o requinte musical de bandas que, segundo a ótica exposta no artigo, deveriam receber uma verba de valor adequado:

²⁴⁸ Jornal O Sorriso. 30 de outubro de 1910. APU.

²⁴⁹ Segundo Borges Sampaio desde o início do século XIX Uberaba teve suas corporações de músicos. A primeira foi a dos Bernardes que existiu de 1815 a 1850; teve a Lira da Mocidade, i de 1887 a 1889; a Filarmônica, de 1883 a 1887. Entre 1896 a 1900 houve ainda outras duas. A do segundo batalhão policial do Estado Mineiro, que foi suprimida pelo regulamento do corpo; e a pertencente ao Seminário Episcopal, que também deixou de existir (SAMPAIO, 1971, p.197). Uma das que teve maior duração foi a União Uberabense. Ativa, possivelmente de 1852 a 1902, no entender de Sampaio estava em constante progresso. O memorialista José Mendonça relembra outras bandas criadas no início do século XX que não foram mencionadas por Sampaio: a Santa Cecília, em 1905, cujo número de integrantes permitiu a fundação de outro grupo, Periquitos, que era extensão da Santa Cecília e se constituía especificamente por jovens. A Santa Cecília foi desfeita em 1909 e no mesmo ano alguns de seus músicos criaram a União Operária. Mendonça aponta também que, a exemplo da Santa Cecília, a União Uberabense, possuía uma banda de jovens chamada Os Retranças. Em 1911, foi criada a União Carlos Gomes e antes dessa a banda Ítalo-Brasileira (MENDONÇA, 1974, p. 264-265). Este memorialista se refere a um professor de música como colaborador ao aprimoramento da civilização e cultura locais: “como professor de música, temos a figura veneranda e querida de Renato Frateschi, também ilustre crítico musical, um dos homens que mais têm concorrido para o aprimoramento da nossa cultura e da nossa civilização.”

²⁵⁰ SAMPAIO, 1971, p.193-195.

Temos presenciado ali grande número de pessoas que vão desfructar das últimas tardes do dia de descanso, mas que apenas se contentam com palestras e passeios ao redor dos canteiros de capim. Sabemos que existe uma verba na nossa câmara para musicas no jardim, mas que ainda não foi empregada porque nenhuma banda quer sujeitar-se a sua insignificância: 600\$000 para uma corporação musical tocar todos os domingos, durante o anno, no jardim municipal. A verba é mesmo pequena. Deve ser duplicada e dividida entre as corporações musicaes que tocarão alternadamente, ficando assim, ambas favorecidas de trabalho. Pois ao invés de quatro domingos, dois por mês cada uma. Desta forma, tudo ficará concertado e nós não passaremos mais domingos insípidos. São estes os nossos desejos e garantimos que também o de toda população uberabense.²⁵¹

Com o decorrer dos anos “O Sorriso” continuou a realizar publicações que incentivavam a implantação de melhoramentos urbanos existentes nas “cidades grandes”. Nos pontos de vista apresentados, ainda que a urbe tivesse características sertanejas, crescia e galgava conquistas estimuladas pela atuação do próprio jornal que, ao representar o interesse de pessoas que prezavam a elegância, ao que tudo indica as financeiramente mais abastadas, permaneceu realizando, por meio dos impressos, requisições à Câmara Municipal para as questões que acreditava ser salutareis à civilização. Deste modo, a cobrança aos “edis” uberabenses pela liberação de uma verba para pagar as bandas de música para tocar nos jardins públicos, se reproduz ao longo dos anos:

Possuimos dois bem cuidados jardins, que servem de encanto a nossa cidade, onde à noite, nossas gentis conterrâneas e exmas. famílias, vão se distrahir dos affazeres diurnos, e com franqueza, estes dois jardins estão actualmente mui bellos. Antigamente, quando tínhamos outra Câmara, havia uma verba destinada para as bandas de música executarem ali trechos musicaes deslumbrantes, pois pode-se dizer sem medo de errar, que uma das cousas que sempre possuímos, são boas bandas musicaes. Os nossos leitores estarão lembrados que concertos deliciosos ouvíamos ali aos domingos. Que tardes amenas lá passávamos e hoje, a não ser a banda do 4º Batalhão que por gentileza do Coronel commandante da mesma ali vae deliciar o povo, passaríamos sem distração aos domingos. E culpa de quem? Da Câmara Municipal que não decreta uma verba, mesmo pequena, para uma banda musical tocar no jardim, aos domingos e, no entanto os nossos edis podiam muito bem dotar o público com essa distracção, pois quotas muito mais do que é preciso para esse fim, gastam-se sem proveito. Metam os nossos vereadores mãos a obra e votem uma verba para termos música no jardim com nota de justiça e de benemerência, para o qual o povo não regateará applausos.²⁵²

²⁵¹ Jornal O Sorriso. 21 de janeiro de 1912. APU.

²⁵² Jornal O Sorriso. 1 de fevereiro de 1914. APU.

As publicações expostas no jornal para aspectos de interação social nos espaços urbanos promoviam arranjos para movimentar e ampliar as opções de lazer na cidade. Como vimos, a Câmara visava educar por meio dos códigos e, nos artigos aqui analisados, o jornal pretendia educar a Câmara. Exemplo disso se dava para o teatro. A Câmara Municipal encarregava empresários que detinham o monopólio na realização de espetáculos. Conforme apontado pelo jornal, os espetáculos feitos sob essas condições eram “presentes de grego” que causavam lamento nos “apreciadores da arte e da instrução”:

O theatro acha-se actualmente desprezado pelo público uberabense, concorrendo para escassez de espetáculos a celeberrima Câmara Municipal, pois encarrega a empresarios de cinematographos, fazendo estes o monopólio que entendem e cedendo-o ao grupo sympatico, ao grupo de respeito, e assim mesmo como presente de grego, pois só o cedem dia em que vêm que o público está distraído para outros lados. Quinta-feira tivemos ocasião de ver a vasante no Theatro S. Luíz, por ocasião a chistosa comédia em 3 atos, intitulada “O Tio-Padre.” Causava pena ao apreciador da arte e da Instrução, ver como se acha desprezado o theatro, - umas quarenta pessoas, mais ou menos, e uns cinco camarotes ocupados²⁵³.

Os espetáculos de teatro serviriam a um público teoricamente muito refinado. Representavam “civildade, urbanidade e cultura”²⁵⁴, pois faziam com que os cidadãos se distanciassem dos lazeres grosseiros. Assim, para que tivessem acesso a esse tipo de arte outro artigo no jornal propunha que eles próprios, os cidadãos, se organizassem como sócios para a aquisição de um teatro onde fossem apresentados espetáculos coerentes ao grau de educação da plateia. A ideia proposta no jornal possuía um caráter seletivo, pois a suposta quantia que cada sócio deveria pagar para poder gozar da satisfação de assistir os espetáculos era considerável e certamente não acessível a toda a população:

Precisamos ter theatro, porque elle reúne em si a Arte e a Instrução, e por isso levantamos a idea, essa idea é a de uma união, e cremos que será muito quista pelo povo de Uberaba: - arrumar-se-á composta de uns cem sócios mais ou menos, que pagarão a mensalidade de 2\$000 ou 3\$000, e com isto poderá dar um ou dois espetáculos por mês, que constitui um bom divertimento...²⁵⁵

Outro espaço de lazer e interação social era o cinema. Do mesmo modo que a música nos jardins e o teatro, seu sentido, além de entreter e divertir, era o de abrandar os costumes e os modos dos urbanitas, civilizá-los. Condicionar à sociabilidade que é um dos princípios da

²⁵³ Jornal O Sorriso. 11 de setembro de 1910. APU.

²⁵⁴ STAROBINSKI, 2001, p. 26.

²⁵⁵ Jornal O Sorriso. 11 de setembro de 1910. APU.

existência da civilização. Conforme apontado pelo jornal, era um espaço para as famílias e os cavalheiros, para a “rapaziada de bom tom”:

Nesta casa de diversão tem sido realizadas esplêndidas sessões, com variado repertório de fitas das casas *Pathé Gaumont Biograph, Cines*, etc, etc. Domingo passado, houve enorme concorrência de famílias e cavalheiros, destacando-se entre estes os endiabrados meninos Hemeterio Cestro com seu *chaspelito acanoado* e seu infalível palitot preto, Oswaldo (do Fernando Sabino) e o seu jamais abandonado cigarro no canto da bocca, Sebastião Braz toda catita e dengoso, e por um acaso verdadeiro milagre) lá vimos o João Novato que pela primeira vez vai ao cinema. Na bilheteria destacava-se o general Pingo com seus captivantes e delicados modos de agradar aos *habitués*. E assim terminou aquella noite sonora de 23 de outubro. Para hoje novas sessões. Ao Briosque rapaziada de bom tom.²⁵⁶

Vale a pena mencionar que, segundo Sevcenko, de 1900 a 1920, foram introduzidos no país novos padrões de consumo que eram instigados por uma nascente onda publicitária, sem falar no dínamo cultural desencadeado pelas revistas ilustradas, mercado fonográfico e popularização do cinema.²⁵⁷ Para este mesmo período, Regma Maria dos Santos afirma que as imagens adquiriram uma importância indiscutível. O cinema com imagens, acrescidas depois de sons e palavras era um elemento referenciado como ícone de civilização e modernidade. A autora explica também que a movimentação que se formava na frente do cinema era expoente das relações cotidianas que o permeavam e da experiência de um convívio público de modo que, muitas vezes, “os acontecimentos em torno das pessoas ali presentes acabavam por ser mais interessantes que o próprio filme rodado.”²⁵⁸ Para Uberaba, ao que tudo indica, as relações socioculturais em torno do cinema tendem a se intensificar nos anos de 1930.

Dessa forma, os hábitos nos espaços de vida social passavam por tentativas graduais de refinamento. Para isso existiam também as conferências literárias colaborando para a polidez dos cidadãos. Para Starobinski, “polir é civilizar os indivíduos, suas maneiras, sua linguagem; a palavra polir implica um devir, uma ação progressista, daí sua equivalência com civilizar.”²⁵⁹ Neste ângulo, as conferências literárias, possivelmente não acessíveis à toda população visto o analfabetismo, eram divulgadas no jornal e serviam para polir os comportamentos, abrandar os costumes de moradores que queriam ser vistos como

²⁵⁶ Jornal O Sorriso. 30 de outubro de 1910. APU.

²⁵⁷ SEVECENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVECENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁵⁸ SANTOS, Regma. Maria dos. **Memórias de um plumitivo**: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycidio Paes. Uberlândia: Aspectus, 2005. p. 246-258.

²⁵⁹ STAROBINSKI, 2001, p. 29.

civilizados. Isto se daria por meio do despertar de formas de sensibilidade para a poesia que seria seguida por trechos de óperas ao som do piano:

Uberaba, terça-feira ouviu a voz da illustre poetisa Julia Cesar que discorreu sobre o amor. É uma das glorias que esta terra reserva para no futuro dizerem seus filhos: tivemos annos atraz, a ventura de ouvir Julia Cesar, poetisa brasileira, gloria de nossa Pátria. O tema por ella escolhido, agradou pelo modo gentil, continuamente com que ella discorreu sobre esse velho thema sempre querido e sempre apreciado. Deixamos aqui os nossos applausos a intelligente poetisa. Amanhã, falará a graciosa moça que com tanto brilho cultiva as lettras, sobre “O homem julgado pela mulher”. De Marco cantará belos trechos de operas no que será acompanhado no piano pela distincta senhorita Irene Rosa.²⁶⁰

Somando-se à poesia, a dança deveria fazer parte da vida social, pois com ela seria possível o alargamento das relações mútuas, sem as quais a civilização não poderia ser concebida. Era útil ao aperfeiçoamento interior dos cidadãos ao possibilitar o desenvolvimento de suas qualidades afetivas na interação com o outro. Para que isso acontecesse em Uberaba foi veiculada no jornal “O Sorriso” a notícia de que a cidade precisava também de um clube dançante. Um espaço para a realização de “bailes modernos” em que pudessem comparecer rapazes e “elegantes patrícias.” Os bailes seriam animados com a participação de uma orquestra e não haveria álcool:

Desejam alguns rapazes da nossa sociedade uberabense a fundação de um club dançante. Precisavam os alegres jovens de um acolhimento por todos aqueles apreciadores de um baile que em logar de caixas e barris com álcool até na boca uma excellente e majestosa orquestra ao som da qual haverá elegantes patrícias. O jornal esta convicto de que todos os rapazes correctos que são apreciadores sinceros do baile moderno saberão amparar a sympática idéa dos que querem fundar esse alegre club. Sorrindo ao ter conhecimento de tão amável intento, “O Sorriso” promete o seu pequeno apoio ao club dançante e uma assiduidade incomparável de todos os sorridentes ao festivo baile.²⁶¹

Outro espaço de interação social e lazer existente em Uberaba, divulgado pelo jornal, era o circo cujo sentido era dotar a cidade de “bons divertimentos”. Constituía um espaço para ser frequentado pelas “gentis patrícias” que poderiam apreciar com os olhos a “rapaziada correcta”. Neste ângulo, a presença do circo era aprovada pelo jornal como opção de lazer, possível lugar para o flerte e entretenimento adequado à vida social civilizada:

²⁶⁰ Jornal O Sorriso. 30 de outubro de 1910. APU.

²⁶¹ Jornal O Sorriso. 5 de maio de 1912. APU.

Povo de Uberaba, estamos bem agora, a companhia de covallinhos está na terra. Devemos isto a empreza Abdias Ribeiro e Comp. Que entendeu de dotar esta nossa Princeza de bons divertimentos. Hoje affluira ao circo dos Irmãos Martinelli todas as nossas gentis patricias que assistirão ao espectaculo e passarão uma vista d'olhos pela rapaziada correcta que lá estará toda *smart*. Ao circo pois os Sorridentes lá não faltarão (se cavarem ingressos...)²⁶²

Além do circo, o “Rink do El-dorado” também era um espaço destinado ao lazer e à diversão, anunciado para a prática da patinação. O esporte enfatizado no “espírito público” era o futebol que, decadente, tentava novamente alcançar destaque. Ao lado deste, a patinação constituía-se em uma nova alternativa à “rapaziada” que poderia deslizar com seus patins em “curvas elegantes”. No discurso do jornal “O Sorriso”, Uberaba era uma cidade que melhorava continuamente e nada mais adequado que o espaço para a prática da patinação:

Uberaba, sem que perceba vae melhorando sempre, aparecendo sempre um prédio novo, ora mais uma cousa, ora mais um novo gênero de diversão. Ainda há pouco o *Sport* esteve no auge do espírito público, com interessantes matches de *foot-ball*, estando nestes últimos quatro mezes em verdadeira decadência e que tenta agora ressurgir, com mais força e solidariedade mais vigorosa que a principio. E ainda o *Sport* que vem collocar no nosso meio, mais uma esplendida diversão. É a patinação que entra agora com seu impulso, por nossa rapaziada, ágil e desembaraçada para deslizar serenamente com curvas elegantes, sobre patins, que correm sem trepidação, não deixando de serem traiçoeiros, e derrubando ás vezes os mais valentões campeões, que descuidando-se um segundo, perdem o equilibrio indo dar com o costado por terra. Mas, é como sempre, não há praser sem dissabor, e a patinação um sport lindo, onde se nota a agilidade mais notada em uns, ao passo que hão muitos desfavorecidos que não logram dar dous passos, sem que experimentem a frieza ou a dureza do cimento, só pela falta do tal equilibrio. Hoje no Rink do El-dorado, haverá inauguração da pista, onde não faltaremos para patinar, e causar risos para espectadores, com alguma cambota, que nos faça dar o patin. Parabéns aos proprietários do El-dorado, por esta lembrança, ao mesmo tempo que introduzem em Uberaba este excellente *Sport*: a patinação.²⁶³

Havia também no jornal uma série de anúncios de aulas de idiomas, dentre eles o francês era sempre mencionado no afã de receber alunos desejosos em desenvolver uma sensibilidade refinada para as falas, as posturas e os comportamentos que lhes deveriam

²⁶² Jornal O Sorriso. 4 de Agosto de 1912. APU.

²⁶³ Jornal O Sorriso. 19 de janeiro de 1913.

convir segundo sua posição na sociedade.²⁶⁴ Vale lembrar que a linguagem em si já era instrumento de distinção social. O simples fato de falar corretamente colocava o cidadão numa posição social, enquanto falar incorretamente palavras ou frases era uma forma de inferiorizá-lo, pois a população letrada acreditava possuir repertório intelectual suficiente para julgar o que considerava correto ou incorreto na linguagem que se tornava ferramenta de altivez na vida social.²⁶⁵

Para abrilhantar ainda mais o grau de elegância dos cidadãos na urbe, o jornal “O Sorriso” publicava colunas em francês para anunciar as opções de lazer na cidade. Era uma forma de buscar se aproximar do requinte que havia na França. Este país era o baluarte da civilização em que “La société uberabense” se inspirava. Um exemplo disso se dá em relação à divulgação de uma sessão que ocorreria no Cinema Triângulo. O anúncio intitulado “Note chic”, com erros de grafia, dizia: “Jolie, très Jolie. véritablement “chic” a été la session d’hier au “Cinema Triângulo”. Ou peut dire sans peur de la fante, que Il y était exclusiment o precioso de la société uberabense.”²⁶⁶ Falar esse idioma era uma forma do cidadão se demonstrar polido, chique, e de firmar distinção social. No entanto, a quantidade de erros de grafia revela a existência de uma “Belle Époque caipira” na cidade. Tratava-se de uma forma de apropriação da língua. Era exemplo de uma transmigração de hábitos e modas derivadas especialmente da experiência imaginária francesa que repercutia em cidades do interior do Brasil, por exemplo, por meio da chegada de imigrantes.²⁶⁷

Somada às publicações em francês e notas oferecendo aulas do idioma existia uma tentativa de assimilação das modas parisienses não só em relação ao vestuário, mas também para a maneira de proceder no andar. Como em Paris o ritmo de vida urbano estimulava a rapidez, em Uberaba deveria acontecer o mesmo. Segundo o autor da notícia, o cidadão uberabense andava muito devagar e tal comportamento passava a impressão de folga, preguiça e monotonia não condizente com a dinamicidade existente nas urbes em progresso:

Uma das últimas criações da moda feminina, não consiste como pensará o amigo leitor, no vestuário, mas sim no andar. Andar depressa é a moda de Pariz. Em Pariz todos andam depressa é o que se diz. Ora, aqui está um detalhe da moda a que nos devíamos agarrar de

²⁶⁴ ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 77.

²⁶⁵ ELIAS, N. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. p. 115-117.

²⁶⁶ Tradução: “Nota chic”: Bela, muito bela. Verdadeiramente “chic” foi a seção de ontem no “Cinema Triângulo”. Pode-se dizer sem medo de errar, que lá estava exclusivamente o precioso da sociedade uberabense. *Jornal O Sorriso*. 2 de abril de 1911. APU.

²⁶⁷ DOIN, José Evaldo de Mello. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 53. 2007. p. 112.

unhas e dentes. Andar depressa! Que ideal para nós que temos um andar bambo, molle e arrastado, indicação característica da falta de energia. Reparem só, pela tardinha, no movimento do vae e vem da rua principal, parece que se acompanha a uma procissão ou gosando a temperatura amena de um bosque. O nosso andar na rua dá sempre a impressão de que estamos de folga, absolutamente despreocupados da vida e dos outros. Há casaes que ajustam o passo em uma mesma cadencia e por ahi vão, em pleno dia, á luz clara de um causticante sol, como se estivessem em um idyllo a luz protectora de um pallido luar, no silêncio de um passeio campestre. Andar depressa será para nós uma extraordinária conquista. Substituir este andar lento de quem está atacado de moleira, pelo passo rápido, enérgico e resoluto, que denota força de vontade e de resolução, será um grande passo para a previsão futura, o que muito coadjuvará para a expulsão da exma.sra. dona preguiça e monotonia de que estamos atacados. Se a moda pegar será um verdadeiro avanço na clássica senda do progresso.²⁶⁸

Outra forma de expressar civilização na cidade era a comemoração da tomada da Bastilha. A referência ao evento ocorrido na França representava o espelhar de Uberaba em uma nação civilizada. De acordo com a divulgação do jornal “O Sorriso” o propósito da celebração era, além de lembrar “os feitos heroicos do povo francês”, celebrar na cidade a presença de franceses que, segundo o jornal, eram os “cabulosos da terra de Napoleão”. Os festejos seriam realizados de maneira espetaculosa com uma extensa programação:

A data de hoje lembra-nos os feitos heroicos do povo francês, declarando sua independência. Foi a 14 de julho de 1870, que ao troar dos canhões e sibilar de balas, que aquelle altivo e glorioso povo derrubou as muralhas da famosa Bastilha dos fidalgos e cortezãos que os opprimia, tomando-a de assalto. Todo o universo civilizado festeja a data de hoje ao som harmonioso da “Marcelheza”, e não há character immaculado que não se rejubile com phemeride de hoje. Em nossa Princeza também a data não passará despercebida, pois as repartições públicas terão o pavilhão Nacional hasteado, e aqui também temos a nossa Bastilha, que comemorando a data, será tomada por bravos guerreiros. Os grandes heroes que tomam parte na comemoração e na guerrilha são os seguintes: Rodolpho Desgraça, Angelo Tomaz, Tecló Canôa e o celebre Prado. A commemoração será celebrada pomposamente e o programma, alem de outras cousas, constará do seguinte: os sábios chaleiristicos e injectores Parton, Chirée e Lapidario Francez a lá cavagna e faca, agarrados ao bico da chaleira sahirão pelas ruas de braço dado fazendo discursos estupendos, capazes de effeito peor que injeccões de morfina. Esses cabulosos da terra de Napoleão, farão enorme sucesso e trarão no peito os distinctivos Franco-Chaleiraticos, mandados fabricar especialmente pelo Zebalos da Argentina. Mas o que é preciso que nossos leitores saibam é que aqui vamos commemorar a tomada da Bastilha, com a

²⁶⁸ Jornal O Sorriso. 28 de julho de 1914. APU.

barulhenta Banda-Pistonatica-Leopoldatica do 4º Batalhão, que executará a importante peça “Chaleira ao commercio de Uberaba.” Na Rua Rio Branco será colocado um pipote com o rotulo “Humuyatá”, que será esvaziado pela commissão. Os frades dominicanos de tão contentes, commemoraram com antecedência este grande acontecimento, e, segundo consta andaram fazendo batuque uns na cabeça dos outros... Em nossa casa commemorar-se-há o dia de hoje, estando fechadas nossas officinas, mesmo porque, além de ser domingo, aqui só se trabalha aos sabbados... Realmente não há data que passe despercebida em Uberaba...²⁶⁹

Se tornar educado e civilizado na urbe passava igualmente pela temática do “bom gosto”. Atento ao que acontecia no Rio de Janeiro, o intuito do jornal era aplicar em Uberaba sugestões de práticas que tornariam a vida na cidade mais agradável. Os exemplos iam desde o ato de frequentar determinados locais até à sugestão de hábitos. O que significava ter condições de elevar-se acima das necessidades urgentes da maioria da população no intuito de delimitar a distinção social regulada pelo refinamento das condutas. Deste modo, aparece numa coluna não assinada:

Bom gosto achamos o das gentis senhoritas que como nós amam uma delicada soirée dançante; o das que têm prazer em passear pelas alamedas dos nossos jardins ouvindo as melodiosas notas musicaes que nos deleitam algumas tardes as nossas excellentes philarmonicas; o de assistir-se em um cinema como o Triângulo, uma fita como o “Ressucitado” e outras; o de apreciar um match de foot-ball como os que se tem realizado ultimamente no Gymnasio Diocesano; o de amar moças bonitas; o de tomar um copo de cerveja; o de ter dinheiro e saber gastá-lo gosando e... outros mais que o nosso espaço não comporta...²⁷⁰

A apresentação de “bons gostos” possuía uma dimensão civilizatória, pois, por um lado visava o ensinamento de hábitos e comportamentos tidos como adequados à vida em sociedade e, por outro, motivava a eliminação de hábitos e comportamentos impertinentes, “maus hábitos”. Implicitamente trazia em seus discursos a premissa “faça isto ou não faça aquilo”²⁷¹, possuía uma função pedagógica de ensinar os cidadãos como se portar. O que era caracterizado como de “bom gosto” era positivado. O cidadão ao observar os outros e ao ser observado tinha de ter um autocontrole para não realizar ações contrárias às apontadas como de “bom gosto”, polidez, educação.

²⁶⁹ Jornal O Sorriso. 14 de julho de 1912. APU.

²⁷⁰ Jornal O Sorriso. 19 de maio de 1912. APU.

²⁷¹ ELIAS, **O Processo Civilizador**: uma História dos Costumes. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. p. 117.

Assim sendo, uma vez que se comportar corretamente requeria mecanismos automáticos de autocontrole, a estabilidade mental e emocional nesse processo emergia como traço fundamental aos modos do morador civilizado. A construção de um padrão de conduta bem sucedido em relação ao contexto das relações sociais envolvia, portanto, autocontrole. Uma “pressão” social perene se exercia sobre a vida individual e coletiva dos cidadãos que, por meio de censuras, proibições e comedimentos engrenavam a marcha rumo à civilização.

Havia também as colunas sociais. Símbolos de prestígio para os sujeitos “chiques” de Uberaba, apareciam na primeira página. Algumas tinham título, outras não, mas se referiam a festas, eventos, elogios ou visitas de “pessoas ilustres” da sociedade. São importantes porque dão a ver a construção de uma vida social marcada pela encenação de modos e hábitos refinados:

Realizou-se no Gynnasio Diocesano a 9 corrente, para festejar o aniversário natalício do sr. director Rev. Irmão José Borges, um grande sarau dramático, como-musico-literário, em que foram representados dramas, comédias, monólogos, etc. A assistência que affluu ao Diocesano, foi selecta e composta do escol da nossa sociedade. Agradecemos ao convite com que fomos distinguidos e deixamos de dar minuciosa noticia por falta de espaço²⁷².

Outro exemplo foi a homenagem prestada ao aniversário do coronel Antônio Cesário:

A 2 do corrente foi para o distinto advogado deste fôro Coronel Antônio Cesário da Silva e Oliveira uma data festiva, pois nesse dia viu o presado amigo passar entre a alegria de seus muitos admiradores, o seu natalício. Á noite foi s. s. cumprimentando pela banda musical do 4º Batalhão que foi levar-lhe as felicitações, tendo nessa ocasião o distinto advogado mais uma prova do quanto é estimado em Uberaba. O Sorriso, embora modesto como é, apresenta-lhe também as suas sinceras felicitações, almejando que esta data se reproduza por dilatados annos.²⁷³

Eventos dessa natureza colaboravam para a hierarquização da própria estrutura social da cidade. Os sujeitos e os grupos que os realizavam demonstravam seu *status* social. Era uma estratégia simbólica útil a definição de posições e relações.²⁷⁴ Além dos aniversários, havia outras festas que movimentavam a vida social da “boa sociedade”: “A festa do S. S. Coração esteve animadíssima e muito concorrida. Reuniu-se o pessoal *chic* de Uberaba e tivemos o

²⁷² Jornal O Sorriso. 14 de Setembro de 1913. APU.

²⁷³ Jornal O Sorriso. 5 de Julho de 1914. APU.

²⁷⁴ CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Revista dos Annales** (nov.; dez. n.6. p.173-191). Estudos Avançados 11(5), 1991. p.184.

ensejo de ver que o pessoal é bonito e elegante deverás... Ah! Uberaba! Quanta gente bôa tem saudade de tuas festas.”²⁷⁵

Nesse aspecto, o processo civilizador na cidade era perpassado por tensões competitivas por *status*. Elas se estreitavam entre os sujeitos que para manter sua distinção social tinham de arquitetar mecanismos simbólicos cada vez mais aperfeiçoados. Tudo em função do medo da perda de *status*. Concomitante, emergia o afã por polidez e o gosto por prazeres que se expressavam nos costumes, nos gestos, nos hábitos observados durante as festas. As maneiras não polidas poderiam colocar o morador numa situação de embaraço, uma vez que eram também estratégias simbólicas que ajudavam a firmar os distanciamentos e as aproximações sociais.

Segundo Elias, a elaboração meticulosa da etiqueta, do cerimonial, do gosto, das vestimentas, da atitude e até da própria conversa tem a mesma função. Cada detalhe equivale a uma arma na luta por prestígio. Elaborá-los “não serve somente para a representação ostentatória e para a conquista de maior status e poder, para a segregação em relação aos de fora, mas também marca mentalmente as distâncias entre os membros da sociedade.”²⁷⁶ Elucubrando sobre esta afirmação, as críticas ou os elogios acerca dos modos estabelecidos entre os moradores em Uberaba criavam também uma dinâmica útil ao distanciamento social.

Com efeito, os lugares de diversão e de circulação social, abordados em boa parte do jornal “O Sorriso”, conforme ficou claro, ou eram para quem possuía prestígio, ou para aqueles que poderiam pagar para frequentá-los. No caso dos locais públicos, como não era preciso dinheiro para acessá-los, os comportamentos polidos ajudavam a demarcar a distinção social. A materialização de espaços direcionados ao entretenimento colaborava no aperfeiçoamento das relações socioculturais que autenticavam a civilização. As estratégias do jornal para a criação da urbe civilizada consistiam na divulgação de práticas e comportamentos em ambientes onde deveria reinar a elegância, o refinamento e as boas maneiras, pensadas por sujeitos que escreviam as colunas e por parte dos que as liam.

²⁷⁵ Jornal O Sorriso. 13 de Junho de 1915. APU.

²⁷⁶ ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 126.

CAPÍTULO III:
AS FACES DA CIVILIZAÇÃO

De acordo com Jean Starobinski, “civilização faz parte da família de conceitos a partir dos quais um oposto pode ser nomeado, ou que começam a existir, eles próprios, a fim de se constituir como opostos.” Para o autor, se existem as instâncias civilizadoras há toda uma lista de candidatos à transformação em civilizados: “os bárbaros, os provincianos, os jovens, em suma, a natureza “feroz” e “grosseira” que para ser alterada precisa passar por um processo de suavização, de ordenamento e de educação.” Esse processo é entendido como civilizador e possui uma relação com a palavra polir que, na concepção do autor, se dá no sentido de tornar o *outro* semelhante a *nós*. O polido é compatível com o civilizado.²⁷⁷ Partindo dessa perspectiva, o atual capítulo versa sobre o outro ângulo de Uberaba, o visto como impertinente à civilização. O que demonstra que as representações de civilização na cidade não eram homogêneas ou incorporadas por todos os moradores, que poderia haver diferentes discursos sobre a cidade. Como faces de uma mesma moeda, a cidade descrita como ordeira e civilizada era fonte também da ocorrência de práticas contrárias.

Para entendê-las, o capítulo se subdividirá em três subtítulos. O primeiro terá como cerne a apresentação de cidadãos e de práticas vistas como indesejáveis à civilização. As fontes utilizadas são as “Posturas municipais” e o “Código Municipal”. Algumas práticas em especial eram tomadas como símbolos de desordem, atraso e degeneração social. Os sujeitos que as realizavam, igualmente, eram relegados ao patamar da desclassificação social. Além disso, os dispositivos teoricamente conformadores dos hábitos e pacificadores das condutas no espaço, nem sempre funcionavam.

O segundo trata de imagens do que se considerava barbárie, veiculadas pelos jornais “Gazetinha” e “O Sorriso”. Levando-se em conta a ideia de que a civilização é por si mesma o critério que permite julgar e condenar a barbárie, as representações desta na cidade apareciam no relato de episódios de violência. De acordo com notícias de ambos os jornais analisados, a barbárie poderia vitimar ou ser cometida por qualquer pessoa, até mesmo por policiais; supostos zeladores da ordem pública eram apontados como sujeitos que cometiam atos incoerentes à civilização. No entanto, quando julgada e condenada, a barbárie se tornava objeto a ser banido da vida em sociedade.

O terceiro aborda parte dos problemas de infraestrutura do espaço urbano a partir de “Requerimentos” de melhorias realizados pela população à Câmara Municipal e também por meio de notícias do jornal Gazetinha. Nesta documentação se percebe que civilização e incivilização coexistem. Na sua leitura ficam claras as debilidades dos serviços de

²⁷⁷ STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das letras, 2001. p. 20-28.

infraestrutura. Além disso, membros componentes da Câmara abarcavam vozes dissonantes, já que nem sempre eram todos os vereadores que concordavam com as propostas para a gestão municipal. Essas discordâncias traziam à baila os problemas que envolviam os esforços de aperfeiçoamento dos espaços. Do mesmo modo, o jornal apresentava críticas à urbe.

O processo civilizador de ordenamento dos comportamentos e do espaço urbano se fazia presente de diferentes formas na cidade. Assim, objetiva-se no capítulo colocar em perspectiva a ideia de que a ausência de higiene, a ineficiência da polícia e das leis, a imoralidade e a fealdade de alguns espaços corroboravam imagens de impertinência aos foros de civilização. Há na documentação uma tendência em apresentar duas leituras para a incivilização. A primeira, como habitual entre sujeitos tidos como inferiores por pessoas ligadas a grupos mais abastados, e a segunda como inerente a toda a sociedade. Ambas as leituras constituem faces de um mesmo processo, mas possuem suas especificidades, porque revelam a ausência de um universo urbano petrificado na ideia de que o processo civilizador era uma ação unívoca das elites em relação aos sujeitos por elas inferiorizados.

A primeira leitura trata da inserção do pobre, dos degenerados e dos desclassificados sociais no mundo civilizado. Quando acontecia algum tipo de confusão os cidadãos estigmatizados ou pertencentes a um patamar social menos privilegiado tendiam a ser referenciados. Criavam-se, por exemplo, ideias de que os pobres eram cheios de vícios e automaticamente perigosos à sociedade.²⁷⁸ Daí a necessidade de educá-los, civilizá-los.

A segunda leitura trata das relações socioculturais entre sujeitos pertencentes a uma elite econômica, política ou intelectual que engendravam tramas de tensões sociais nas quais os envolvidos se empenhavam para manter suas posições privilegiadas. O esforço em generalizar suas visões de mundo e comportamentos conduzia a lutas de representações que tinham como fim fazer com que suas opiniões ganhassem de maneira gradual todo o corpo social. As lutas de representações, notórias nas diferentes formas de se pensar a cidade, eram um dos vetores do processo civilizador que abarcava o estabelecimento de coerções. Por meio destas os sujeitos ligados aos grupos dominantes construía estratégias para colocar em circulação seus modelos de comportamento e aspirações para a cidade.

O conceito de coerção, conforme explicado por Elias, era “usado no sentido de uma coerção recíproca de indivíduos sobre outros indivíduos” e não exclusivamente no sentido de uma coerção por meio de normas. Não se tratava apenas das coerções a que os grupos inferiorizados estavam submetidos. Isto seria uma visão unilateral que permitiria supor que a

²⁷⁸ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2001. p. 76.

coerção social só existe de cima para baixo. Na realidade, em todas as sociedades, os sujeitos em suas relações recíprocas produzem coerções uns sobre os outros, independente da posição social. As coerções que sujeitos integrantes de grupos dominantes se esforçavam para disseminar no restante do corpo social não os isentavam de vivenciá-las, já que eram compelidos a “manter sua posição elevada, sua distinção, sua superioridade em relação aos outros.”²⁷⁹ No caso dos sujeitos estigmatizados, inferiorizados ou caracterizados como desclassificados sociais, ao ter de constantemente reinventar seus modos de vida na cidade, não eram neutros. Eles (re)criavam a urbe de acordo com suas possibilidades e em suas relações recíprocas também não estavam livres de coerções. Nesse sentido, as leituras sobre a civilização eram múltiplas na cidade.

3.1 Os cidadãos e as práticas impertinentes à civilização

Como já apontado, as normatizações eram úteis à criação de um ambiente urbano ordeiro, existiam com o intuito de debelar práticas que representavam o incivilizado. Contudo, embora existissem com vistas a abarcar todos os cidadãos, havia pessoas privilegiadas na sua composição; sujeitos que o poder público municipal procurava ocultar da paisagem: os loucos, os ébrios, os jogadores, os curandeiros, os mendigos, as prostitutas e os sem trabalho. Isto quer dizer que as normas legais eram também um instrumento de contenção de comportamentos que acionavam estereótipos de degeneração.²⁸⁰ Reiteradas por uma moralização cristã e liberal, tratava-se de projeto social que, ao expor normas de conduta, visava abater as ações que em tese manchariam as imagens de cidade civilizada.

Do conjunto de proibições existentes nas “Posturas Municipais” de 1867 e no “Código Municipal” de 1927, é possível fazer duas constatações: a primeira é a desclassificação social de determinados sujeitos e a segunda é o desígnio de estabelecer uma disciplina do trabalho. Para a primeira constatação, o apontamento de Roberto Carlos dos Santos é importante: “a ordenação e o remodelamento da cidade, sustentados em bases científicas, progressistas ou modernizadoras, apresentam uma nova concepção de espaço como uma das engrenagens dos mecanismos de desclassificação social.”²⁸¹ Pensando por este viés, enquanto estratégias de

²⁷⁹ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 265.

²⁸⁰ RIBEIRO JÚNIOR, F. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional**. Minas Gerais (1888-1928). Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2008. p. 153.

²⁸¹ SANTOS, Roberto Carlos dos. **Urbanização, moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia. 2008. p. 41.

conformação, as normatizações também reforçavam a estigmatização e relegavam à desclassificação social. Para a segunda constatação, a afirmação de Chalhoub igualmente é relevante: “o bom trabalhador deveria ser ordeiro, sinônimo de pacato e disciplinado; morigerado, sinônimo de eficiente e sóbrio – não sujeito às concupiscências da bebida e do jogo.”²⁸² Logo, a instauração de uma disciplina do trabalho, que seria também para educar os “desclassificados sociais”, era uma forma de produzir riquezas e manter os sujeitos ocupados, de modo a evitar confusões na cidade.

Desde as “Posturas Municipais” de 1867 as práticas associadas à desordem eram foco de atenção. Ficavam proibidos, por exemplo, os jogos de azar nas tabernas e casas públicas; pedir esmolas sem licença da Câmara Municipal; se fingir de inspirado e prenunciar o futuro; se intitular possuidor de remédios e vendê-los sem autorização legal; se intitular curador de enfermidades por meio de encantos, feitiços ou orações; loucos e bêbados vagarem pelas ruas da cidade e povoações. No caso destes últimos os que fossem achados perturbando a vida urbana seriam recolhidos à prisão até que fossem reclamados pelos parentes ou até passar a embriaguez.²⁸³

Somando-se a esses, os escravos foram contemplados com a maior quantidade de regras. Ficavam proibidos de apostar em quaisquer tipos de jogos, se juntar em mais de três em conversação secreta; comprar mantimentos, gêneros de lavoura ou outros sem consentimento; andar pelas ruas a qualquer pretexto sem bilhete de seus senhores depois do toque de recolher; bailar as danças denominadas batuques ou quimbetes com pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferente, se aglomerar a título de festas sem permissão da autoridade competente.²⁸⁴ Aqueles que não se comportassem segundo estas normas estariam propensos à prisão. Todavia, a punição não se dava apenas para os escravos, pois contemplava pessoas ligadas a eles. Aos sujeitos livres que fossem achados jogando com os mesmos seria imposta multa de vinte mil réis e cinco dias de prisão. Ficava proibido “dar couto”²⁸⁵ a escravos fugidos, retê-los para serviço próprio ou de outro sem permissão. Seus senhores, do mesmo modo, ficavam sujeitos ao recebimento de punições. Não podiam permitir que os escravos vagassem nas ruas sem autorização. Se isto acontecesse eram recolhidos e, quando reclamados, o senhor deveria arcar com as despesas do seu tratamento e aviso de prisão.²⁸⁶

²⁸² CHALHOUB, Sidney et al. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro: vivência de libertos, ‘galegos’ e mulheres pobres. **Revista Brasileira de História**. v. 5, n.8/9. WEBER, 1999, p. 132.

²⁸³ Posturas Municipais de 1867. Constam no livro de atas da Câmara Municipal de Uberaba. Sessão de 08/04/1867. Artigos 57, 64 e 67. APU.

²⁸⁴ Posturas Municipais de 1867. Artigos 60, 63, 68, 102 e 103. APU.

²⁸⁵ “dar couto” significava oferecer refúgio, acolher, receber ou esconder o escravo em caso de fuga.

²⁸⁶ Posturas Municipais de 1867. Artigos 61, 68 e 108. APU.

Havia punições para aqueles que não tinham um trabalho, pois era proibido “viver alguém sem ocupação honesta”. Quando a pessoa não tinha meios de subsistência, seria obrigada por termo a se mostrar ocupada. Quando a autoridade policial não usava das atribuições que a lei lhe conferia, o sujeito não ocupado seria processado e também teria de pagar multa e se submeter à prisão.²⁸⁷

Por meio desse conjunto de normatizações nas “Posturas Municipais” de 1867, se percebe a estigmatização e a desclassificação social de alguns sujeitos. Tais normatizações acoplavam-se num processo civilizador que tinha como fim conformar a paisagem social da cidade inibindo os comportamentos e as práticas não coerentes à civilização.

Bem assim, preceitos expostos nas “Posturas Municipais” continuaram aparecendo no “Código Municipal” de 1927, porém neste mais aperfeiçoadas. Os loucos, os “adivinhadores de futuro”, os bêbados, os mendigos, as prostitutas, os jogadores em situação ilícita, acrescido de um artigo destinado aos ciganos, permanecem sendo lembrados.²⁸⁸ Isso indica que havia pessoas que mostravam estar resistindo às determinações e modelos sociais, não apenas de comportamentos, mas resistindo ao próprio discurso de cidade civilizada.

O louco, nos finais do século XIX e início do XX, emerge como um problema social. De acordo com Ouyama esse sujeito “vai se ver dotado de um completo status de alienado: medicalizado, classificado, confinado em cubículos, excluído do convívio social”²⁸⁹. Neste cenário, seu controle em espaços de reclusão se tornava obrigatório na medida em que significava uma forma de veto de comportamentos vistos como impróprios. Esse controle deveria ser feito por algum responsável, um ente próximo:

²⁸⁷ Posturas Municipais de 1867. Artigo 69. APU.

²⁸⁸ Ao abordar a relação que o poder público municipal estabelece por meio de normas para determinados sujeitos e espaços é impossível não fazer menção ao capítulo de Michel Foucault sobre “O panoptismo”. Segundo o autor, “Panóptico”, para além da arquitetura e/ou forma de um edifício, é o diagrama de um mecanismo de poder levado a sua forma ideal; uma figura de tecnologia política. Polivalente em suas aplicações servia “para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos.” Foucault reitera que era um “tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas prisões”. Portanto, conclui: “cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado.” Assim, com uma perspectiva diferente de Elias e outra via teórico-metodológica, o autor também estudou modos de conformação dos comportamentos e dos espaços na modernidade. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 186-214.

²⁸⁹ OUYAMA, Maurício Noboru. A ordem psiquiátrica e a máquina de curar: o hospício Nossa Senhora da Luz entre saberes, práticas e discursos sobre a loucura (Paraná, final do século XIX e início do século XX). In: WADI, Yonissa Marmitt; SANTOS, Nádia Maria Weber (Org.). **História e loucura**: saberes, práticas e narrativas. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 153.

A pessoa que tiver em sua casa algum alienado furioso, deverá conservá-lo recluso, ou providenciar a sua remoção para hospício de alienados, sob pena de incorrer multa de 20\$, que será elevada a 50\$ em caso de relutância do infractor.²⁹⁰

Para os “adivinhadores do futuro” e curandeiros continuam as proibições. Raphael Alberto Ribeiro, ao pesquisar sobre a psiquiatria e o espiritismo no Sanatório Espírita de Uberaba, afirma que nas primeiras décadas do século XX o atendimento médico à população se limitava aqueles que podiam pagar. O que fazia com que a medicina popular realizada por curandeiros fosse o recurso mais utilizado.²⁹¹ Visando combater as práticas de curandeirismo o poder público municipal decretava: “aquele que intitular-se micromante, adivinhador, feiticeiro ou praticar embustes, a título de adivinhar ou curar alguém, illudindo a credulidade pública, incorrerá na multa de 50\$, além da responsabilidade criminal.”²⁹²

Os bêbados, do mesmo modo, continuaram na esteira da estigmatização. A embriaguez era algo moralmente condenável, inapta ao mundo civilizado. As representações para o consumo de bebida alcoólica visavam tolher comportamentos de sujeitos que, devido à quantidade de conteúdo etílico ingerido, viessem a incomodar a ordem pública. Para que isso não acontecesse, ficava registrado: “Todo indivíduo que for encontrado em estado de embriaguez, incorrerá na multa de 10\$ e será detido por 24 horas.”²⁹³ O cidadão tinha de conseguir ter o autocontrole na sua embriaguez. Passos em falso, tropeços, falatórios em volume exagerado seguidos de afrontas aos bons costumes e à moral, oriundos do estado de ebriedade, como assegura Camargo, não poderiam ser tolerados na cidade. Tampouco era admitido se postar diante da porta de botequins, tabernas e armazéns, no meio dos passeios ou ficar cambaleando pelas ruas numa vida boêmia e descomedida.²⁹⁴ As multas aplicadas recaiam também para quem comercializava a bebida: “Os donos de tavernas que venderem bebidas alcoólicas a pessoas já embriagadas, incorrerão na multa de 20\$.”²⁹⁵

Nota-se que para o caso dos loucos e dos bêbados havia punição para pessoas ligadas a eles. Tratava-se de pensar os moradores, suas ações no espaço e suas relações recíprocas, pois as inter-relações sociais se complexificavam suscitando estratégias de controle tanto individual quanto coletivo, uma vez que a vida urbana não resulta apenas da ação de sujeitos isolados com seus comportamentos pessoais. Assim, a rede de inter-relações ponderadas por

²⁹⁰ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 522. 1927. APU.

²⁹¹ RIBEIRO, Raphael Alberto. **Loucura e obsessão: entre psiquiatria e espiritismo no Sanatório Espírita de Uberaba-MG (1933-1970)**. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2013. p. 105.

²⁹² Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 520. 1927. APU.

²⁹³ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 519. 1927. APU.

²⁹⁴ CAMARGO, Daisy de. **Alegrias engarrafadas: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

²⁹⁵ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 518. 1927. APU.

dispositivos legislativos, fazia com que cada ação individual estivesse sob uma normatização que visava um ordenamento das demais. Era também uma situação em que os cidadãos se auto observavam e observavam aos outros numa ótica que tinha como cerne a inibição da ocorrência de práticas opostas a perspectivas de civilidade e urbanidade.

Para os mendigos igualmente havia posturas, já que incitavam os olhares da população: “Todo o indivíduo, de qualquer sexo ou idade, que for encontrado sem ocupação ou estado de vagabundagem, será mandado à presença da auctoridade policial competente, para esta proceder na forma da lei.”²⁹⁶ Com efeito, o empenho da Câmara Municipal em conformar a paisagem social da cidade, no que diz respeito à mendicância, não se restringia ao “Código Municipal”. Percebem-se outros arranjos que ao longo de anos foram arquitetados com o intuito de servir ao polimento dos espaços urbanos no sentido de afastar os mendigos cujos comportamentos e práticas supostamente incomodavam a ordem pública. Um deles, por meio de projeto de lei para regularizar a prática. Houve também um requerimento de solicitação de auxílio à Prefeitura para a construção do Asilo São Vicente de Paula que se comprometeria em abrigar os pedintes. Além desses, um edital publicado pela Secretaria da Câmara Municipal anunciando a proibição da mendicidade.

O projeto de lei para mendicância, de 1901, contava com artigos que definiam o pedinte como todo indivíduo que não pudesse ganhar a vida pelo trabalho, sem meios de adquirir dinheiro e parentes nas condições de lhe fornecer alimentos. Era também aquele que implorasse esmolas nos distritos. Havia no projeto um artigo que afirmava não ser permitido mendigar na cidade sem estar inscrito num livro da Câmara Municipal²⁹⁷. A inscrição poderia ser voluntária, se o interessado a solicitasse, ou coercitiva se o agente executivo ordenasse. Feita a inscrição, a pessoa receberia uma placa com a designação “mendigo”. Na placa, que deveria ficar sempre no peito, de forma bem visível, constaria o número da inscrição. O pedinte ganharia um bilhete de identidade contendo informações como o nome, a idade e o endereço de residência. Em caso de perda da placa se deveria comunicar à municipalidade. O projeto tecia ainda uma relação entre mendigo e enfermidades, pois quando pego esmolando sem a prévia inscrição, o mendigo seria conduzido a um espaço a fim de ser examinado pelo agente executivo que poderia chamar um médico em caso de “dúvida na moléstia da pessoa”. O mendicante não poderia também “injuriar ou dirigir expressões que pudessem ofender as pessoas que não quisessem dar esmolas”; “cantar ou fazer alaridos”; “exibir chagas, feridas ou

²⁹⁶ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 524. 1927. APU.

²⁹⁷ Livro para inscrição de mendigos, que consistia no registro individual e numérico do nome, filiação, naturalidade, idade, estado, residência, sexo, sinais característicos e quaisquer outros esclarecimentos que fossem necessários para a identidade do mendigo.

deformidades”; “andar em companhia de qualquer pessoa, salvo de marido, mulher, pai, mãe ou filhos impúberes”; “sendo cego ou aleijado, que não pudesse se mover sem auxílio de um condutor”. No mais a infração de qualquer artigo existente no projeto desembocaria em multa a juízo do agente executivo²⁹⁸.

Além disso, existiam ações particulares de beneficência que, ao buscar apoio da Câmara Municipal, igualmente eram úteis à conformação social da paisagem da cidade no que concerne à mendicância. Exemplo é um requerimento, de 1902, assinado pelo capitão Antônio Ribeiro Pereira, presidente da segunda conferência da Sociedade de São Vicente de Paula, que expunha o fato de que a Sociedade havia deliberado a construção de um prédio no Alto da Abadia para abrigo dos mendigos que se achavam espalhados pelas ruas. Sua justificativa era que os mesmos viviam expostos aos rigores do tempo. Para solucionar tal situação, a Sociedade solicitava à Câmara Municipal a concessão de um terreno, livre de ônus, para construção de um prédio para abrigá-los.²⁹⁹ Anos depois, a articulação poder público e sociedade se concretizou. Um edital publicado em 1927, pela Secretaria da Câmara Municipal, informava que daquele ano em diante (mesmo ano de reelaboração do Código Municipal) ficava proibida a mendicância. O prédio construído, chamado de Asilo São Vicente de Paula, havia sido adaptado para receber pedintes. Portanto, não havia mais motivos, quando não regularizados pela prefeitura, para ficarem circulando nas vias, uma vez que o Asilo se incumbiria de recolhê-los:

De ordem do Sr. Dr. Agente Executivo municipal faço público que, tendo sido adaptado o Asylo de São Vicente de Paula ao reconhecimento e manutenção de todos os mendigos desta cidade, aonde estes devem se dirigir afim de que sejam internados, fica a começar do dia 1º de janeiro para futuro em diante, terminantemente proibida a mendigaçãõ nas ruas e mais logares públicos desta cidade. Todo aquele que infringir esta disposição será conduzido a polícia, onde terá o destino legal. Estão sendo matriculados todos os mendigos da cidade, todavia, os que não foram, deverão se dirigir ao proferido asylo para que alli sejam recolhidos. Determinou o dr. Agente Executivo que se fizesse o presente edital que será publicado três vezes na imprensa local e affixada uma cópia no logar de costume.³⁰⁰

Desse modo, a atenção conferida à mendicância, tanto no “Código Municipal” como em outros documentos, foi estratégica no sentido de conformação social da paisagem, peça constituinte do processo civilizador na cidade. Nesse processo, elucida-se a importância do

²⁹⁸ Projeto de lei para mendicância, de 05/07/1901. Artigos 1º ao 10º. Livro de Atas de 1901. APU.

²⁹⁹ Requerimento à Câmara Municipal de Uberaba (06/05/1902). Livro de Atas de 1902. APU.

³⁰⁰ Edital nº 41, publicado pela Secretaria da Câmara Municipal de Uberaba, 26 de dezembro de 1927. Consta também no livro de atas daquele ano.

trabalho. Segundo Ribeiro Júnior, “no mundo do trabalho, ser pobre e viver sem atividade lícita, publicamente identificada, significava expor-se às suspeições e estereótipos”. O mendigo, nesse contexto, muitas vezes incitava olhares negativos de desconfiança: se buscava “estabelecer uma distinção objetiva entre os que não conseguiam fisicamente sobreviver com o suor do seu rosto, e os que resistiam entregar-se ao trabalho regular, morigerado.”³⁰¹

Em relação à essa questão do trabalho, Sidney Chalhoub explica que havia um empenho das classes dominantes em justificá-lo de forma a considerar os sujeitos pobres. As imagens criadas giravam em torno da ideia de que os melhores situados na hierarquia social eram mais comportados. Quanto maior a dedicação do sujeito em seu trabalho, maiores seriam seus atributos morais. Na contramão, os pobres eram associados à repulsa ao trabalho, com menor apego à ordem e à moralidade. Entre eles o labor deveria ser obrigatoriedade. O ideal era educá-los por meio do ofício, torná-los passivos e não contestadores de seus patrões. Neste ponto, a ociosidade era identificada com a vadiagem, contrária aos bons costumes:

Ociosidade deve ser combatida não só porque negando-se ao trabalho o indivíduo deixa de pagar sua dívida para com a sociedade, mas também porque o ocioso é um perverso, um viciado que representa uma ameaça à moral e aos bons costumes. Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum nem possui respeito pela propriedade. Sendo assim, a ociosidade é um estado de depravação dos costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes. Em outras palavras, a vadiagem é um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão.³⁰²

Tratava-se da inserção do pobre, dos degenerados e dos desclassificados sociais no mundo civilizado. Quando acontecia algum tipo de confusão era associada aos cidadãos estigmatizados ou pertencentes a um patamar social menos privilegiado. Nota-se, portanto, associação dos pobres a vícios, tornando-os automaticamente perigosos à sociedade.³⁰³ Daí a necessidade de educá-los, civilizá-los.

Houve ainda no “Código Municipal” de 1927, um artigo dirigido aos ciganos. Os que fossem encontrados seriam intimados a deixar o município no prazo de vinte e quatro horas. Caso não obedecessem à intimação: “incorrerá o respectivo chefe na multa de 50\$000 e será

³⁰¹ RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 121-167.

³⁰² CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2001. p. p. 74-75.

³⁰³ CHALHOUB, 2001, p. 76.

detido até que o bando se retire effectivamente. Não conhecido o chefe, as penas deste artigo serão impostas a qualquer dos indivíduos que fizerem parte do bando.”³⁰⁴

Dentro desse universo, as prostitutas, tanto nas “Posturas Municipais” quanto no “Código Municipal”, também ganharam atenção. As normatizações destinadas a elas, em 1867, esboçavam um viés moralizador: “ficava proibido o meretrício com atos, termos de escândalo ou provocação”. Ficava vedada a “aceitação de filhos de famílias e escravos em suas casas”³⁰⁵. Mulheres encontradas nessa prática seriam multadas e presas, sendo ambas as punições dobradas em caso de reincidência. Vê-se que as imagens delas, já em meados do século XIX, reforçavam o estereótipo de bagunceiras e as condenavam como violadoras da ordem pública, propensas a práticas delituosas. Em 1927, permanecem as regras dedicadas a elas, contemplando a ótica moralizadora e as representações que remetiam à ideia de que eram pessoas que comprometiam o ordenamento da cidade.

Segundo Margareth Rago, a prostituição pública suscitava “a intervenção das autoridades policiais como forma de reprimir e de prevenir toda ofensa à moral e aos bons costumes”. A mulher pobre que se prostituía era “associada à imagem da criança ou do selvagem que necessitava dos cuidados do Estado e das classes dominantes na condução de sua vida.” O olhar que os poderes públicos e as classes dominantes lançavam sobre elas visava “difundir o estereótipo da puta a partir do qual elas seriam situadas para fora do campo da normalidade sexual e social”³⁰⁶.

No que diz respeito à ideia de “normalidade sexual”, faz jus esclarecer, conforme aponta Elias, que até mesmo os impulsos sexuais passam por um processo de civilização. Como tantos outros, estão sujeitos a controles e transformações. Ao estudar o processo civilizador na sociedade de corte, o pesquisador afirma que nos tempos de Erasmo de Rotterdam as formas de relacionamento extraconjugal eram condenadas nos círculos eclesiásticos e seculares, mas a proibição social ainda não estava gravada, como “autocontrole, no indivíduo a ponto de tornar embaraçoso o próprio fato de falar nesse assunto em público. A sociedade não proibia ainda todos os discursos que mostrassem que o indivíduo sabia de alguma coisa a esse respeito.” Afiança também que a situação das mulheres que se prostituíam nas cidades possuía um lugar próprio e bem definido na vida pública. Elas eram, por exemplo, frequentemente enviadas para dar as boas vindas a visitantes ilustres, de alta classe, como símbolo de hospitalidade: “as prostitutas formavam na vida da

³⁰⁴ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 523. 1927. APU.

³⁰⁵ Posturas Municipais de 1867. Artigos 106 e 107. APU.

³⁰⁶ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 86-93.

cidade uma guilda com certos direitos e obrigações, como qualquer outra categoria profissional.” Sua situação social “era semelhante a do carrasco, baixa e desprezada, mas inteiramente pública e não encerrada em sigilo.”³⁰⁷

No entanto, nos séculos XIX e XX, quando os padrões de vergonha vão se tornando predominantes, essa situação se modifica: “nesse período, mesmo entre adultos, tudo o que fosse relativo a vida sexual foi sendo escondido ao máximo.” De tal modo, o que Elias demonstra é que, no curso do processo civilizador, a sexualidade foi sendo “transferida para trás da cena da vida social e isolada em um enclave particular, a família nuclear.”³⁰⁸ É dentro dessa perspectiva que os padrões de vergonha e embaraço, no que diz respeito aos instintos sexuais, vão sendo incorporados à vida social e traduzidos em preceitos de moralidade que censuravam o exercício das prostitutas.

Segundo Ribeiro Júnior, no período em questão, “ganhava força o ponto de vista de que se ocupar da prostituição, controlar e normalizar suas manifestações significava, também, cuidar da família, núcleo moral do mundo do trabalho.”³⁰⁹ Comportamentos que supostamente degradavam a sociedade não estavam desvinculados de uma conjuntura em que se tentava ocultar da vida social os impulsos sexuais que eram parte tópica no processo civilizador. Nesse ângulo, eram criadas as estratégias para abater a ausência de embaraço no que diz respeito às “imoralidades” que perpassavam as relações íntimas realizadas no âmbito da cidade. Almejava-se com as estratégias evitar contatos entre as prostitutas e as “famílias de bem”: “as meretrizes que, por palavras ou gestos, offenderem a moralidade pública, ou se apresentarem nas ruas ou praças sem a necessária decência, incorrerão multa e prisão.”³¹⁰

Cabe aqui um adendo em relação às ideias de “moralidade” e “imoralidade”. Segundo Santos, o conceito de moral é próprio do mundo dos costumes, se funda no “dever-ser”, se insere no campo das relações sociais e avança sobre a vida sexual, o corpo e os desejos.³¹¹ Neste ponto, instaurar definitivamente a moral na sociedade era pertinente para a civilização. A imoralidade, por sua vez, dizia respeito aos comportamentos apontados como desregrados, impertinentes aos modos civilizados. Vale elucidar que, no início do século XX, como Chalhoub já apontou e é reafirmado por Santos acreditava-se que “o apego ao trabalho poderia servir de defesa contra a imoralidade e os vícios provenientes da indolência. A partir do trabalho, a sociedade poderia se prevenir da degradação dos comportamentos e a crise

³⁰⁷ ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 170-171.

³⁰⁸ Ibidem, p. 171-173.

³⁰⁹ RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 170.

³¹⁰ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 513. 1927. APU.

³¹¹ SANTOS, 2001, p. 43.

moral dos indivíduos.” Além disso, “o trabalho poderia significar a regeneração social e a possibilidade de vencer o atraso de uma dada sociedade.”³¹² Levando em conta tais perspectivas, os impulsos sexuais e a prostituição eram reprovados por parte da população. Imagens travestidas de um discurso moralista, de caráter civilizador, nomeavam o imoral.

Ainda no que se refere ao meretrício, as representações da mulher que se prostituía refletiam a construção de um discurso médico que reforçava a propagação, conforme abordado no capítulo anterior, dos modelos normativos de feminilidade. O retrato da prostituta era construído em oposição ao da mulher honesta. De acordo com Rago, ela era vista como pecadora, abnegada aos prazeres da carne. Em inúmeras teses médicas que estudavam a prostituição, os argumentos utilizados para o seu controle eram os de combate à propagação da sífilis e outras doenças venéreas. Os traços atribuídos à personalidade de tais mulheres giravam em torno de ideias como preguiça, aversão ao trabalho e inteira satisfação de desejos devassos.³¹³ Contudo, os motivos que as levavam ao meretrício, suas condições de vida, suas experiências e dificuldades cotidianas nem sempre eram mencionados.

É significativo observar que do mesmo modo que existia uma desclassificação social por parte de discursos médicos e legislativos, como os expressos nas normatizações, a prostituição era percebida como um “mal necessário” que servia para dar vazão aos desejos sexuais masculinos, desempenhando uma função no processo civilizador:

A prostituição preenchia ainda um papel “civilizador” na sociedade, porque aí se realizava a iniciação sexual dos rapazes, rito de passagem para sua abertura à alteridade. Alternativa para a preservação da virgindade das moças e da castidade das esposas, como se argumentava, a prostituição era parcial e ambigualmente aceita, como lugar onde os jovens poderiam saciar os impulsos ardentes de uma fase de sua vida, para depois se assentarem e permanecerem casados. A sexualidade masculina deveria ser despendida nesse momento da vida jovem, para que depois o homem se dedicasse exclusivamente ao lar e à vida racional dos negócios. Portanto, ao mesmo tempo em que era percebida como mulher desregrada, a prostituta figurava como aquela que poderia modelar as pulsões sexuais dos jovens, ainda em estado bruto. Função libertina e religiosa, a iniciação sexual significava uma ordenação das pulsões instintivas consideradas ameaçadoras. Daí a ambiguidade que caracterizou a relação da sociedade normalizada com o universo explosivo dos prazeres ilícitos, ao mesmo tempo desejado e invejado, pleno de mistérios e de vida.³¹⁴

³¹² SANTOS, 2001, p. 113.

³¹³ RAGO, 1985, p. 89.

³¹⁴ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2º ed. São Paulo: Paz e Terra. 2008. p. 197.

Outra perspectiva apresentada pela autora sobre a relação entre prostituição e processo civilizador, ao menos em cidades como São Paulo e o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, diz respeito ao fato de que as prostitutas francesas, italianas, russas e polacas, loiras, ruivas e castanhas eram vistas como civilizadas. A atenção não se voltava mais para as bonitas mulheres negras, ex-escravas, que outrora fascinaram os estrangeiros³¹⁵.

A ambiguidade pontuada por Rago de que a prostituição era ao mesmo tempo aceita e condenada, permite pensar o meretrício em Uberaba em suas relações com as representações de civilização. Se por um lado havia uma desclassificação social dessas mulheres que eram alvo de discursos moralizadores e de estratégias legais de conformação dos comportamentos, havia por outro alguns cidadãos que apreciavam sua existência. Exemplo que reitera essa perspectiva está exposto numa nota do jornal “O Sorriso”:

Das vias públicas desta cidade, sem dúvida, a mais transitada por automóveis é a do Zagaia, actualmente conhecida por Tristão de Castro. As tardes e principalmente as noites, o tráfego de autos nessa via pública é continuo, o que embeleza sobremaneira o alto de S. Benedicto. Até a madrugada ainda, os de pouco sono são distraídos pelo fonfon e o ruído dos autos que passam com as damas da vida airosa e desmedida. Essas discípulas de Bacho e candidatas às caldeiras nº100 de Pedro Botelho, nunca se esquivam de dar um gyro em auto, seja qual for a hora ou lugar... Tudo isso é alegre e propício de quem usa, mas o que não é próprio, nem decente, nem mesmo digno, é que indignos, indecentes e impróprios para o nosso meio, queiram, ainda as 9 horas da noite, fazer companhia às tresloucadas *touristes* e não se contentando com as almofadas de nossos autos, procurem outras talvez mais... duras... Para estes cérebros podres e occados pelo mycrobio da syphylis moral e material (tem a palavra o nosso João Novato) para esses que ainda cedo, quando as famílias ainda estão a portas e janellas passam em indecorosa posição com as morphéas (e posas de Morpheas), chamamos o peso do nosso incansável e severo dr. Álvaro Baptista, afim de lhes fazer ver que o auto branco do Bertholdo pode-os carregar perfeitamente accomodados, porém, cada um em seu lugar. Uma praça de polícia na esquina do Boff (por exemplo) para fazer descer algum desses galantes casaes, para receber uma lição de moral, na delegacia, seria a cousa que mais agradaria aos habitantes da rua do Zagaia.³¹⁶

Enquanto para alguns a presença de meretrizes nos carros era associada à indecência, incômoda à tranquilidade e ao decoro público, para outros, ao que tudo indica, elas significavam alegria, diversão. Logo, a notícia publicada permite apreender os dois lados da prostituição, pois o fato de que as mulheres circulavam nos autos, possivelmente como

³¹⁵ Ibidem, p. 118.

³¹⁶ Jornal O Sorriso. 13 de junho de 1915. APU.

acompanhantes, revela que na cidade havia demanda para o meretrício. E, mesmo com todas as regras que existiam, elas não deixavam de exercer suas “funções” e nem outros de recebê-las. Tal situação revela que o meretrício era objeto de olhares e juízos de valor diversos, que desvelam a dinâmica da construção e recepção das imagens de civilização.

Além da prostituição havia no “Código municipal” considerável atenção à realização e/ou participação em jogos ilícitos. As representações construídas para esses tipos de jogos passavam por um processo de condenação porque, quando recorrentes entre as populações pobres, poderiam significar uma ameaça à ordem social. Por isso, era “vedado manter casa de tavolagem ou jogos ilícitos ou passar rifa de qualquer espécie. O infractor, dono, gerente ou passador, incorrerá na multa de 50\$000.”³¹⁷ O artigo que trata do assunto se desdobra em incisos nos quais se consideravam jogos ilícitos, os ocorridos não apenas em casa de tavolagem, mas também nas ruas, praças e lugares públicos que constavam nas proibições:

I – Consideram-se jogos ilícitos todos os jogos de parada, aposta ou azar, por meio de cartas, dados búzios, roletas ou qualquer outro meio ao mesmo fim destinado.

II – Considera-se jogo em casa de tavolagem, o que tiver lugar em habitação cujo dono, locatário ou empresário aufera dos jogadores qualquer interesse, bem como os que tiverem lugar nos hotéis, botequins, casas de bailes, barracas, armazéns, tavernas, depósito ou fabrica de bebidas, cortiços ou em outras quaesquer reuniões públicas e logares que no mesmo caso estejam.

III – Todos aquelles que forem encontrados jogando nas ruas, praças e logares públicos, bem como em corredores, adros de igrejas, e logares citados no paragrapho II deste artigo, serão multados em 20\$ e os donos, gerentes, directores ou empresários em 50\$, sendo dinheiro encontrado apprehendido e remetido à auctoridade competente, e as cartas, dados, búzios, roletas e mais aparelhos inutilizados immediatamente.³¹⁸

Para que os jogos pudessem ocorrer de maneira legal era concedida uma licença para as casas de bilhares e outras, depois que o impetrante provasse ter assinado perante a autoridade policial competente um termo em que se obrigava a não permitir em seu estabelecimento jogos ilícitos. Todavia, se o licenciado consentisse a realização de jogos que se enquadravam nessa categoria lhe seria cassada a licença.³¹⁹ As disposições para os jogos

³¹⁷ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 526. 1927. APU.

³¹⁸ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 526. 1927. APU.

³¹⁹ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 527. 1927. APU.

não se estenderiam aqueles praticados em clubes que funcionavam sob a denominação de “clubs particulares” ou “clubs fechados” cujo funcionamento era permitido.³²⁰

A existência de uma diferenciação entre jogos ilícitos e lícitos selava uma distinção segundo a condição social do jogador. Aqueles que frequentavam os “clubs” tinham permissão para jogar nestes espaços em que, provavelmente, os seus poderes de aposta eram maiores. Fora desta situação o jogo era condenado, porque poderia repercutir na ruína do jogador que perderia o pouco que tinha em caso de derrota.³²¹ Neste ponto as práticas sociais dos urbanitas também iam sendo conformadas segundo seu poderio econômico. Aqueles que praticavam jogatina fora dos espaços licenciados, ao que tudo indica, o faziam pela impossibilidade de adentrar tais espaços. Nesta situação, como alternativa de entretenimento, tinham de jogar nas ruas, nas praças, nos botequins, sendo combatidos.

Com efeito, se por um lado havia pessoas que viam os clubes com maus olhos, símbolos de degeneração, havia, por outro, pessoas que os observavam como espaços de lazer, símbolo de diversão. O que se apreende de tal situação é que os mesmos espaços poderiam ser apropriados e julgados de maneiras diferentes. E isto é um aspecto importante porque também refletia nas representações sobre civilização e incivilização.

O aparecimento de novos espaços de sociabilidade, inclusive os que faziam parte da vida noturna da cidade, ampliou as possibilidades de interação que recaíram na (re)elaboração dos códigos de conduta. A sociedade, nas primeiras décadas do século XX, foi tomada por novos ritmos. As luzes, os sons e a eletricidade ajudaram a movimentar alguns espaços que também não deixaram de ser inseridos na esteira da estigmatização e da desclassificação social. Os prostíbulos, as casas de tavolagem, os bares, etc. eram espaços que, muitas vezes, se tornavam sinônimos de balbúrdia. Contudo, seus frequentadores não necessariamente os enxergavam assim. Nesta ótica, os mesmos espaços se situavam num campo de significações múltiplas, reveladoras da diversidade de maneiras de pensar e viver na cidade.

Significa que divertimentos “torpes” representados por bebedeiras, jogatinas, vícios e farras “devassas” poderiam contemplar cidadãos que, avessos a uma postura mais conservadora, faziam usos variados dos espaços da cidade. Além disso, a calma, a prudência, a moderação e a serenidade, características atribuídas ao morador ordeiro, contrastavam com a agitação, a ousadia, o descomedimento e a inquietação atribuída ao morador desordeiro.

Prontamente, havia um discurso legislativo que funcionava em favor de uma perspectiva de civilização. Todavia, Mônica Diniz, ao refletir sobre os “Termos de bem

³²⁰ Câmara Municipal de Uberaba. Código Municipal. Artigo 528. 1927. APU.

³²¹ RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 147.

viver”³²² utilizados pela polícia de São Paulo e como permeavam o cotidiano da cidade em fins do Império, ressalta que as leis se mostravam insuficientes como constituintes da ordem urbana, pois nem sempre eram cumpridas e sequer conhecidas da população.³²³ Tais Termos estavam em concordância com o que era determinado nas posturas municipais e possibilitam entender que quando os habitantes disseminavam comportamentos vistos como não polidos ou como desordens, sua funcionalidade era estratégica no sentido de livrar a cidade das condutas impertinentes à civilização. Isto indica que a civilidade e a urbanidade que deveriam reger as relações sociais entre os cidadãos eram permeadas por desavenças inerentes à vida na cidade. Também, a existência de tensões desnuda o fato de que o dia-a-dia de conflitos entre os moradores corroborava a imprevisibilidade da convivência social.

Embora os “Termos de bem viver” tenham durado apenas até o último ano do período imperial, mostram como o controle dos sujeitos e dos espaços públicos ia se incorporando ao chamado mundo da civilização em Uberaba, antes mesmo do período analisado neste estudo. Diniz assegura que “uma cidade civilizada, ordenada e disciplinada não era uma cidade com vadios, com ébrios e ociosos, nem tão pouco com prostitutas.” Os sujeitos que apresentavam comportamentos considerados inadequados à ordem eram alvos do que ela chama de “polícia dos costumes”, útil a moralização dos moradores. Essa polícia acirrava o cerco contra sujeitos que pudessem atrapalhar o processo de desenvolvimento urbano.³²⁴

Por meio de algumas experiências expressas nas falas de acusação, no ato de assinatura dos “Termos”, eles trazem à luz a capacidade dos sujeitos de romper com algumas normas construídas com o fim de manter a ordem na cidade. Os “Termos” de Uberaba eram organizados em subséries: “desordens”, “perturbação pública”, “perturbação da ordem” e da “ordem pública”, “prostituição e embriaguês”, “mau procedimento”, “insultos” e “perturbação da vizinhança”. Exemplificando um dos casos de “perturbação pública”, havia um interessante que convida a reflexão: “o réu costumava fazer súcia em sua casa com danças, gritos e bebedeiras até alta noite incomodando os vizinhos. Foi condenado a assinar o termo

³²² A lógica de funcionamento dos “Termos”, segundo Diniz, se dava da seguinte maneira: policiais efetuavam a apreensão do sujeito acusado, o conduziam à delegacia e, na maior parte dos casos, testemunhavam contra o réu. Em seguida, este era compelido a assinar o “Termo”. Os comportamentos considerados impróprios, segundo a autora, eram: “a embriaguez, a mendicância, a desordem, entre outras”. DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de bem viver – tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia (49), jul./dez. 2013. Em Uberaba, no ato de assinatura, constavam os nomes dos autores da solicitação do documento, os nomes dos réus, e o posicionamento do delegado. O sujeito colocava o nome no documento, mas não ficava preso, só em reincidência estaria propenso ao cumprimento de pena. Assim sendo, na ótica das autoridades, os “Termos” eram uma forma de prevenir a ocorrência de crimes, funcionavam como um instrumento para a educação moral.

³²³ DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de bem viver – tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia (49), jul./dez. 2013. p. 194.

³²⁴ *Ibid.*, p. 180-183.

de bem viver, vinte dias de prisão e vinte por cento de multa.”³²⁵ Enquanto no discurso jurídico “súcia” figurava desordem, possivelmente, para o réu era festividade, fonte de prazer e criatividade que quando registrada na delegacia ganhava outra conotação. Logo, os cidadãos poderiam possuir uma visão diferenciada sobre suas ações e, conseqüentemente, essas ficavam subentendidas nos “Termos de viver”.³²⁶

A respeito dessa questão da ineficácia de aplicação prática das leis no contexto analisado nesta pesquisa, são importantes as contribuições de Edward Paul Thompson. Segundo ele, a lei deve ser entendida não apenas como um mecanismo de repressão de classes, mas também como um conjunto de normas que, para alcançar a legitimidade devem parecer realmente justas perante a sociedade. Em um texto que se preocupou em explorar a interface entre lei, direito comum e costume, tomando como fio de meada a prática agrária na Inglaterra do século XVIII, Thompson constatou que na interface da lei se encontrava o costume que era considerado tanto como práxis quanto como lei. Os costumes em geral se desenvolviam, eram criados entre as pessoas comuns e possuíam um caráter local. Vigoravam num contexto de normas e tolerâncias sociais. Valiam na rotina cotidiana. Não eram fixos e imutáveis, seus significados poderiam variar com as classes podendo ser vistos também como um lugar de conflito. As leis e os regulamentos, em compensação, passavam por adaptações, eram manipulados e não deveriam ser tomados como uma lista exaustiva da prática real.³²⁷ Considerando os apontamentos do autor, se percebe essa coexistência das leis e dos costumes em Uberaba. Em face à realidade das normatizações entrava em exercício um panorama social no qual os costumes possuíam força no sentido de já estarem integrados no cotidiano local. As leis não necessariamente tinham aderência quando se tratava da vida prática. Elas só ganhavam legitimidade quando reconhecidas como justas pela população. Logo, as leis que vigoravam na cidade eram criadas em interface com um universo de costumes que possuía lógicas próprias, gestadas não na esfera legislativa ou judiciária, mas na vida cotidiana.

No entanto, como vimos, desde o Império, os discursos de civilização não eram totalizadores no que diz respeito a abarcar toda a população, pois havia aqueles moradores cujas visões de mundo não atribuíam importância à ideia de se inserir no universo urbano caracterizado como civilizado. Seu cotidiano, os modos de vê-lo e o lugar que ocupavam na sociedade revelam outras dinâmicas do habitar a cidade que é formada por realidades plurais.

³²⁵ Termos de bem viver. 07/07/1863. APU.

³²⁶ DINIZ, 2013, p. 184.

³²⁷ THOMPSON, Edward Paul. Costume, lei e direito comum. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 86-149.

Logo, cidade e cidadãos eram objeto de muitos olhares. Havia outros discursos além do legislativo que, além de construir os critérios do que era considerado proibido e permitido, tentavam conformar os comportamentos e o espaço urbano. Contudo, este era ocupado por sujeitos com hábitos, valores e ações múltiplas.

Portanto, o que vale enfatizar é que se possuíam um trabalho, se almejavam uma vida regrada, se procuravam um meio de sobrevivência, se buscavam apenas diversão, se gostavam de se embriagar e copular com prostitutas ou não, os moradores imprimiam suas experiências na cidade e havia aqueles que não percebiam suas práticas como desordens. Sujeitos que, muito menos, estavam preocupados em ser ou parecer modernos e civilizados.

3.2 As imagens de “barbárie” na cidade

Conforme alega Starobinski, “o contrário da civilização pode ser denominado barbárie.” A “civilização é por si mesma o critério que permite julgar e condenar a não civilização, a barbárie.” O “anticivilizado, o bárbaro devem ser postos fora da condição de prejudicar, se não podem ser educados ou convertidos.” O autor observa ainda que “o serviço ou a defesa da civilização poderão, eventualmente, legitimar o recurso a violência.”³²⁸ Pensando essas lógicas para o universo da cidade vale assegurar que se existia sua representação como ordeira e civilizada havia também o seu outro lado: desordeira e anticivilizada, povoada por cidadãos que cometiam “barbárie” e que por isso deveriam, de certa forma, ser afastados (ou retirados) da vida em sociedade (ou da vida pública).

Nos jornais, as letras que serviam para polir, no sentido de tornar os moradores mais educados e instruídos, além de veicularem representações acerca da civilização, difundiam publicações que expressavam imagens de “barbárie”. Para analisar tais imagens foram selecionados artigos do jornal “Gazetinha”, no final do século XIX, e do jornal “O Sorriso”, no início do século XX, cujas representações estavam em evidência. Três artigos foram eleitos para análise: um do jornal “Gazetinha” e dois do jornal “O Sorriso”. Em todos os artigos a “barbaridade” foi identificada a práticas de violência física. No primeiro jornal, a agressão relatada foi perpetrada por uma mulher a crianças negras e, no segundo, por policiais a duas mulheres também negras e a dois engenheiros. As violências apresentadas como barbaridades foram julgadas e condenadas com o intuito de ser banidas da paisagem urbana.

³²⁸STAROBINSKI, 2001, p. 33-51.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, com uma investigação sobre homens livres na sociedade escravocrata no Brasil, constatou que a violência aparece como ingente nas relações sociais. A autora parte da sociedade escravocrata para analisar uma situação de comunidade, que na teoria sociológica era entendida como de relações harmoniosas, solidárias, fundadas na reciprocidade. O que Franco se propôs a mostrar foi que, mesmo nas sociedades idealizadas como de paz e conformidade, as tensões e a violência são constitutivas das relações sociais.

A violência pode ocorrer entre pessoas que mantêm relações amistosas e irromper no curso dessas relações. Os ajustes violentos não são esporádicos, nem relacionados a situações de caráter excepcional ou de ligação expressa a valores prezados. Pelo contrário, segundo a pesquisadora, aparecem associados a circunstâncias banais, presentes na vida cotidiana. São recorrentes, fazem parte da dinâmica de funcionamento e ajustes de tensões entre os sujeitos. Os setores em que surgem com regularidade são as relações de vizinhança, trabalho, lazer, parentesco, assim como em situações de individualização.³²⁹

Nas relações sociais de vizinhança, a violência é algo costumeiro, eclode de circunstâncias que não comprometem a vida, é uma forma rotineira de ajustamento das tensões. Nas relações de trabalho é institucionalizada, os conflitos são inerentes à própria dinâmica das situações de trabalho uma vez que são perpassadas de pressões em que o recurso à violência aparece como forma de comportamento. Nos ambientes de lazer, a passagem do gracejo para a agressão pode ser rápida e contínua. Nas relações de família a violência também é inerente, serve às formas de ajustamento que se associam à rotina doméstica. Em situações de individualização,³³⁰ se sobressai como padrão de comportamento perpassado por valores centrados na coragem pessoal.³³¹

Feitas essas considerações sobre a inerência da violência nas relações sociais, torna-se mais esclarecedora a análise dos artigos aqui selecionados. No caso apresentado no jornal “Gazetinha”, de edição de setembro de 1896, uma notícia assinada por M. F. afirma que enquanto em outros centros civilizados se organizavam grupos protetores de animais, em Uberaba ainda se suportava cenas de violência no interior das habitações sendo estas realizadas não a animais, mas sim a pessoas. M. F. narra que certo dia, enquanto descia pela Rua de Guttemberg, ouviu gritos e estalidos de azorrague ou de instrumento contundente partidos do centro de uma casa de esquina. Reconheceu que os gritos eram de criança:

³²⁹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 21-26.

³³⁰ No caso de “individualização”, exemplo seria o de um assalto no qual o revide da pessoa assaltada seria visto como socialmente aceitável.

³³¹ FRANCO, op. cit., p. 27-63.

Sou demasiadamente sensível a estas scenas de barbaridade; portanto fiquei profundamente penalizado. Do íntimo d'alma desejava que o flagello findasse, para alívio do infeliz e tranqüilidade minha, mas elle continuava! A indignação me fez esquecer quem era o inquilino daquela casa e perguntei a alguns dos vizinhos, os quês todos, a uma voz, me informaram que aquellas barbaridades alli eram contínuas.³³²

O autor associou barbárie à violência. Não contente com o episódio, asseverou que se dirigiu ao cartório para verificar se na dita casa haveria algum tutelado e, em caso afirmativo, comunicar ao juiz de direito. Diz ter iniciado sua busca, tendo de interrompê-la devido ao fato de continuar ouvindo os gritos das crianças. Deslocou-se novamente até à casa onde a violência ocorria e bateu à porta até sair uma “dona” que, segundo ele, com feições transtornadas, parecia ser a causadora do episódio que apontou como desumanidade. M. F. relatou ter perguntado à mulher que sujeito era aquele ou aquela que em sua residência era alvo de tanto martírio e ela respondeu que “deram a seu marido em... Santo Antônio do Mente, salvo o engano.” Demonstrando um caráter de indignação o articulista continuou a narrativa do artigo deixando aparecer sua concepção de “barbaridades” relacionadas à violências:

Falei-lhe com franqueza, com a calma habitual e a urbanidade que a cólera me roubara, que eu ia denunciá-la ao juiz de direito. Ella pediu-me repetidas vezes que não o fizesse, que guardasse segredo prometendo que as barbaridades cessariam em sua casa daquelle dia em diante.³³³

O pedido da mulher, de acordo com M. F., em qualquer outra ocasião seria uma ordem, porém daquela vez produziu efeito contrário. O articulista voltou ao cartório para continuar a busca das tutelas e, não encontrando, relatou o fato ao juiz de direito, que lhe recomendou recorrer ao promotor. Então o procurou e fez a exposição do que presenciou e do mais que informaram as pessoas que viviam próximas ao local. De acordo com M. F., o promotor assegurou tomar as providências legais. Contudo, não satisfeito, continuou relatando sua insatisfação e revelou que, depois que acabou a escravidão, crianças negras eram mandadas a Uberaba com vistas ao recebimento de uma “boa educação”, mas, ao invés disso, o que recebiam eram ações impertinentes à civilização:

É demais! As autoridades e o povo, que é soberano, não devem consentir que no centro de uma cidade grande e civilizada continuem as scenas da antiga escravidão em creanças desvalidas, que não tem a

³³² Jornal Gazetinha. 03/09/1896. Ano III. Número 141. APM.

³³³ Jornal Gazetinha. 03/09/1896. Ano III. Número 141. APM.

faculdade de sahir a rua e implorar socorro para a sua sorte miserável. Dizem que alli gemiam na mais aviltante oppressão um menino e uma menina de cor preta. São creanças vindas de longe, entregues pelos parentes, illudidas pela seductora promessa de boa educação. São infelizes que passam a quadra mais risonha da vida debaixo do azorrague e de trabalhos que paralytam o natural desenvolvimento das forças vitales e cretam as graças da juventude. Esquecendo um dia mais crescidos, tiverem a coragem necessária para arrombar uma porta e galgar um muro, afim de furtarem a inclemência da sorte, já será tarde... não passarão de entes enfermos e definhados incapazes de qualquer serviço physico ou intellectual.³³⁴

Com o final desse trecho M. F. esboça a ideia de que as barbaridades não eram apenas as surras, mas a falta de educação, os trabalhos pesados e forçados que desgastariam suas forças, tornando-os incapazes para trabalhar no futuro e também sem capacidade intelectual. Além disso, para o autor, os gritos das crianças torturavam continuamente a vizinhança que nas suas palavras era “boa e pacifica”. Era preciso que os gritos cessassem visto o incômodo que causavam. O autor termina dizendo que a situação estava confiada à Justiça que, por este ângulo, deveria trabalhar na erradicação das cenas de barbárie. Logo, esse artigo que tem como tema os maus tratos cometidos a crianças negras, permite o levantamento da seguinte questão em relação à violência: por que a vizinhança ouvia os gritos e não denunciava?

Franco pondera que a incorporação da violência como algo socialmente cabível é percebida quando é admitida de maneira pública. Quando notícias a esse respeito circulam livremente, desimpedidas de juízos de restrição, mais do que sua incorporação e aprovação pela sociedade, significa que são positivamente valoradas enquanto práticas consentâneas ao tipo de relações definidas entre o agressor e sua vitima. Significa também que a violência se integra à cultura no nível de regulamentação normativa das condutas. As atitudes de aceitação terminam sendo vistas como parte da ordem natural das coisas. Para a autora, o que é levado em conta não é necessariamente a violência em si, mas tão somente o espaço em que é admissível sua ocorrência. Neste caso, a violência é encarada como um assunto privado, que cabe aos envolvidos resolver. O cuidado em guardar distância dos episódios de violência estaria ligado mais à forma de concebê-las como “normais” que ao temor de nelas se envolver.³³⁵ Essa explicação parece plausível para o episódio em que os vizinhos ouviam os gritos de violência, mas não se manifestavam. Seria porque, além de se abster de interferir em situações que entendiam não lhes dizer respeito, possivelmente, consideravam “normais” a sua ocorrência.

³³⁴ Jornal Gazetinha. 03/09/1986. Ano III. Número 141. APM.

³³⁵ FRANCO, 1997, p. 51-56.

As imagens de “barbárie” na cidade aparecem também no jornal “O Sorriso” que, da mesma forma que a “Gazetinha”, realizou publicações que as associavam a atos de violência. Deste jornal, como já sinalizado, foram selecionados dois artigos. Um em que a barbárie se dá em relação a mulheres cidadinas e, o outro, em que sujeitos pertencentes à polícia, supostos “asseguradores da ordem pública”, são descritos como pessoas que estabeleciam “barbaridades”. Em ambos os casos, os articulistas esperavam respostas que se dariam por meio de atos que eliminariam da paisagem urbana as violências físicas que acreditavam ser intoleráveis. Os perigos que ameaçavam a civilização, o que a negava ou comprometia ganhavam em suas falas significados de condenação ou acusação. Enunciavam uma perspectiva de civilização fato e de civilização valor que, como afirma Starobinski:

A palavra civilização, se já não designa um fato submetido ao julgamento, mas um valor incontestável entra no arsenal verbal do louvor ou da acusação. Não se trata mais de avaliar os defeitos ou os méritos da civilização. Ela própria se torna o critério por excelência: julgar-se-á em nome da civilização. É preciso tomar seu partido, adotar sua causa. Ela se torna motivo de exaltação para todos aqueles que responderam ao seu apelo; ou, inversamente, fundamenta uma condenação: tudo que não é a civilização, tudo que lhe resiste, tudo que a ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto³³⁶.

Vale lembrar que as palavras polícia, polido e policiado, segundo argumenta o autor Starobinski, são vocábulos foneticamente muito próximos e em suas definições possuem aproximação ou equivalência com civilizar.³³⁷ Nesta perspectiva, a polícia que representava também uma instância civilizadora, útil ao polimento e abrandamento dos comportamentos dos moradores, era igualmente julgada e condenada por meio dos articulistas.

Em tese, suas atribuições que seriam policiar e ajudar a civilizar foram invertidas. O policiamento que deveria fazer cumprir os regulamentos e manter a tranquilidade pública se tornou objeto de atenção quando presas negras se tornaram vítimas da violência narrada no artigo intitulado “Bárbaro”:

Sabbado passado seriam 11 horas da noite, mais ou menos, justamente a hora que dávamos a última demão na nossa folha, quando fomos surpreendidos pelos gritos de uma mulher. Sahindo a porta de nossa redacção, verificamos que desciam caminho do cárcere de duas pretas, acompanhadas igualmente por dois policiaes. Até aqui nada demais, porém, quando defrentou o *cortejo* à nossas portas, um dos ditos soldados poz-se a espancar sem dó a dita preta dando causa que muitas famílias pudessem presenciar essa scena canibalesca devido aos lamentos de uma mulher indefesa, que, fosse, porque causa, não

³³⁶ STAROBINSKI, 2001, p. 33.

³³⁷ Ibidem, p. 29.

devia ser espancada da maneira porque foi muito embora houvesse o protesto de um dos soldados que pedia ao seu companheiro para não espancar a presa, não sendo atendido³³⁸.

O fato de os redatores acharem “nada demais” a escolta das negras ao caminho do cárcere desnuda um olhar de naturalização. Passa a ideia de que era um fato corriqueiro as negras serem presas. A presença de negros envolvidos em cenas de ação policial não é irrelevante, porque com o fim da escravidão, segundo Ribeiro Júnior, “muitos libertos, a seu modo, faziam uso de um ambiente urbano precário, indefinido, o que dificultava o controle social e lhes permitia viver de pequenos furtos e mendicância”, alvos de repressão policial. Nesse contexto, as elites dominantes elaboravam visões preconceituosas e de cunho racial que incentivavam medidas coercitivas para torná-los bons trabalhadores. Para isso, nas palavras do autor, “polícia e escola eram apresentados como os melhores caminhos.”³³⁹

Faz-se aqui um adendo em relação à participação feminina no cenário criminal uberabense, Marcelo de Souza Silva realizou um levantamento no qual os delitos elencados foram: agressão física, tentativa de homicídio e sua efetivação, roubo, danos materiais, ofensas verbais, briga, rapto, incêndio e adultério. Os dois primeiros delitos foram os mais recorrentes. Os julgamentos de mulheres se davam, eminentemente, por “crimes contra a pessoa”, uma vez que era pouco frequente a apreciação judicial de outra variedade de crimes senão aqueles cujas ações eram oriundas de conflitos cotidianos. Por outro lado, o autor averiguou que nos registros judiciais as mulheres foram as vítimas em pouco mais de 20% dos casos. Diante da estatística, Silva acredita que possivelmente o delito feminino fosse, em algum nível, resposta à ação masculina. Outra interpretação cogitada pelo autor é sobre a (re)invenção dos papéis sexuais nos julgamentos de crimes envolvendo homens e mulheres. Levanta a hipótese de que os julgamentos de mulheres possuíam um caráter de afirmação dos padrões de comportamento delas esperados. A despeito do número consideravelmente superior de delitos relacionados a agressões e tentativas de homicídio, havia os julgamentos cujo sentido estava diretamente relacionado à questão da normatização da conduta feminina. As ofensas verbais, as brigas e o adultério, apesar de encontrados em número reduzido, eram representativos de uma ação judicial que buscava trazer à sociedade os exemplos de como a mulher não deveria se portar.³⁴⁰

³³⁸ Jornal O Sorriso. 1914. APU.

³³⁹ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo. **De batuques e trabalhos: resistência negra e a experiência do cativo em Uberaba (1856-1901)**. Dissertação. (Mestrado em História). São Paulo: PUC. 2001, p. 138.

³⁴⁰ SILVA, Marcelo de Souza. Criminalidade no Triângulo Mineiro: crimes e criminosos na comarca de Uberaba/MG (1890-1920). In: **Revista Justiça e História**. v. 4. n° 7. 2004. p. 21-22. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 29 dez. 2014.

Retornando ao artigo, o que incomodava o articulista, portanto, não era o fato das mulheres negras sendo presas, mas o espancamento que o policial desencadeou. A esse respeito, o articulista do jornal termina o artigo recomendando que o comandante do 4º batalhão tomasse consideração da nota e repreendesse os seus soldados porque a população não poderia ver com bons olhos aquelas “selvagerias”:

Esse revoltoso facto foi presenciado por diversas pessoas, não relatamos no mesmo sabbado, devido estar impressa a nossa folha. Mas estamos certos que o senhor Commandante não deixará impune semelhante abuso da parte de um dos seus commandados. Entendeu, com certeza, esse policial, que espancando uma presa em frente a nossa redacção faria-nos acinte, enganou-se, temos jornal é para esclarecer ao povo do que houver. O sr. coronel Jacintho reprehendendo o seu soldado prestará um favor a população de Uberaba, que não pode ver com bons olhos essas selvagerias³⁴¹.

Percebe-se aí que a imprensa atribuía atenção a questão da criminalidade. Silva afirma que em artigos dos jornais que ele pesquisou (“Gazeta de Uberaba” e “Lavoura e Comércio”) existia uma preocupação com as questões do policiamento. Verificou a presença de muitas notas de polícia trazendo informações sobre prisões e julgamentos. As notas, em seu ver, possuíam o sentido de formação de opiniões, sendo perpassadas pela parcialidade de seus escritores. Corroborando a constatação do autor, se percebe nos artigos aqui estudados que havia no jornal articulistas que possuíam uma preocupação com a questão da criminalidade.

A imagem da barbárie relacionada a atos de violência permanece inegável, mas também fica claro que, para além do intuito de instigar a eliminação das cenas de violência da paisagem urbana, estava o interesse dos articulistas em criar uma imagem negativa de parte dos policiais, apresentando-os como sujeitos que também cometiam desordens, cobrando do comandante da corporação uma postura mais enérgica.

Outra ótica transmitida pelo artigo é a de que Uberaba, sendo a sede do 4º Batalhão da brigada policial do Estado mineiro, deveria dispor de uma segurança que satisfizesse inteiramente as necessidades locais. Para isso, bastava à população voltar atenção para a época em que a cidade, dispondo de um número de policiais inferior ao que havia naquele momento, contava com a existência de um policiamento que se dava até à madrugada. As escoltas que eram realizadas à noite e o som do apito de alerta nas esquinas “traziam tranquilidade, representavam a ordem publica e asseguravam o livramento de qualquer perigo.”³⁴² Neste sentido, se ditavam sugestões de como deveria ser feita a segurança na

³⁴¹ Jornal O Sorriso. 1914. APU.

³⁴² Jornal O Sorriso. 12 de Fevereiro de 1911. APU.

cidade. O intuito era incentivar as maneiras de repelir a ocorrência de tumultos que manchariam a imagem de urbe civilizada. Nesse processo, a função de ordem que deveria perpassar a atuação policial vai sendo criticada uma vez que até mesmo eles deveriam adequar suas expressões, suas palavras, suas ações e abordagens.

Ainda no que diz respeito ao acontecimento de desordens e barbáries nas cidades, Isobe afirma que o seu combate, segundo a dinâmica civilizatória promovida pelo governo do Estado, abarcava a atuação da polícia. Segundo a autora, “em Minas Gerais para alcançar os propósitos de inserir o Estado e a Nação na rota dos ‘países de civilização’ era necessário combater a incivilidade expressa nas ações de violência, banditismo e desordem social.” Era nesta ótica que, de acordo com Isobe, “os dirigentes estaduais recorriam à ação da polícia com intuito de garantir a ordem pública no território mineiro.”³⁴³ Esse incentivo à ação policial no Estado, ao que tudo indica, tinha aderência do governo municipal uberabense e era apoiado no jornal que, ao permitir a publicação de críticas à postura policial, reafirmava a necessidade de ordenamento da conduta de sujeitos responsáveis pela segurança da cidade.

No mesmo jornal “O Sorriso”, aparece a representação de barbárie relacionada à violência física, realizada novamente por policiais, desta vez cometida a dois engenheiros. Assinado por um autor chamado Gamaliel, o artigo também expressou uma inversão de olhares na medida em que os supostos civilizados foram apontados como autores de “espancamento bárbaro”:

Si o leitor ainda duvida, tem mais uma confirmação na prisão injusta e espancamento bárbaro e covarde que cinco desses terríveis cossacos fizeram, na noite de domingo passado, na pessoa de dous cavalheiros desta cidade, ambos engenheiros da Estrada de Ferro Araxá, que encheu de indignação a quantos assistiram aquella scena brutal e infame. Um daquelles policiaes, não ficando satisfeito só com o espancamento de suas victimas, sacou um revolver tentando alvejá-las, pelo simples motivo de protestarem vehementemente contra o desacato que estavam sofrendo.³⁴⁴

Além disso, conforme aponta Gamaliel, a polícia de Uberaba era composta, na sua maioria, de “soldados analfabetos e indisciplinados que não compreendiam sua função”. O autor assevera que, para os policiais, tanto valia o cidadão ser honrado e honesto como um criminoso. Nota-se também que o artigo se atém à violência física cometida “a dous cavalheiros”, engenheiros, que possivelmente gozavam de certo reconhecimento social. O fato de a violência partir diretamente da polícia, na visão do articulista, não justificava a barbárie.

³⁴³ ISOBE, 2008, p. 26.

³⁴⁴ Jornal O Sorriso. 12 de março de 1911. APU.

A atuação policial, percebida como importante na criação de espaços sociais pacificados, possuía o parcial monopólio no uso da violência caso ocorresse alguma desordem. Vigiar as ruas, como queriam as elites, era tarefa policial. Cabia a ela manter a ordem diante de um contexto de falta de condições de moradia, trabalho e adensamento populacional referente a sujeitos pertencentes a diferentes níveis sociais e etnias. Todavia, para Gamaliel, o monopólio da violência por parte da polícia estava sendo utilizado de maneira inadequada. A presença de hostilidade e ausência de autocontrole quanto à agressividade policial era julgada e vista como algo a ser banido da vida urbana.

Refletindo a respeito dessas constatações, vale à pena mencionar novamente Mônica Diniz que afirma que os policiais, em suas relações na cidade, por um lado, se apresentavam como homens da lei, mas, por outro, apareciam como pessoas indesejáveis à população. Se havia a face da intervenção nas brigas entre vizinhos, da segurança das ruas, etc., havia também a faceta da subversão dos hábitos e da criminalização dos costumes, da punição e da violência.³⁴⁵ Logo, essa parte de comportamentos “indesejáveis à população” vai ao encontro do afirmado no artigo do jornal “O Sorriso” em Uberaba, pelo articulista Gamaliel.

Com a finalidade de criticar ainda mais o espancamento, o autor termina o artigo deixando implícita uma concepção de estágios de civilização. A cidade, nas suas formas femininas simbólicas, galgaria de “princesa” a “rainha” devido a seu nível civilizacional. Não obstante, as representações de civilização e barbárie existiam de forma simultânea e, dependendo do caso, o cidadão civilizado poderia ser descrito como autor de violências vistas como bárbaras:

É tristíssimo dizê-lo amabilíssimo leitor: - Uberaba, esta nossa querida Princeza, que já vai sendo promovida a Rainha, pelo seu adeantado grau de civilização, está sem garantias de espécie alguma, entregue à mercê de bandidos que, indignamente, usam o nome de asseguradores da ordem pública! Como vê o leitor, tal estado de cousas não pode continuar, e é de se esperar que a justiça desta terra puna os culpados como merecem, processando-os por crime de espancamento e tentativa de morte. Ao nosso HEROICO Matheus é trabalho perdido pedir providencias, porque foi elle que ordenou a prisão dos engenheiros e assistiu, sem fazer o menor gesto de repulsa, ao seu bárbaro espancamento. E é só. (Gamaliel)³⁴⁶

O episódio tinha como fundamento a ideia de que a violência era um fator que ameaçava a civilização, porquanto julgada como uma prática de barbárie se tornava alvo de um olhar negativo, um perigo no interior da cidade. A barbárie era descrita como algo que não

³⁴⁵ DINIZ, 2013, p. 199.

³⁴⁶ Jornal O Sorriso. 12 de março de 1911. APU.

se situava num universo distante, mas que estava presente ali mesmo, na cidade, pronta a irromper de sujeitos que deveriam zelar pelo bem estar dos moradores. Os bárbaros eram parte da população.

Gamaliel não apresentou o motivo pelo qual os engenheiros estavam sendo presos, mas ao dizer que os supostos “asseguradores da ordem pública” se comportavam como “bandidos”, generalizou a conduta dos policiais e foi processado por um coronel. No mês seguinte, em defesa do articulista e do jornal, um de seus colegas escreveu uma notícia na qual afirmava estar solidário com os erros do amigo. Segundo este, quando o articulista se referiu aos policiais em seu artigo, não quis aludir a todos do 4º Batalhão. O que ele fez foi repreender o procedimento de alguns que deveriam, na realidade, zelar pela guarda dos presos. Alegou que o mesmo não havia mentido, porque infelizmente era fato que alguns policiais tinham o vizo de maltratar os presos. Entretanto, reiterou que seria absurdo considerar indisciplinados todos os integrantes do batalhão quando o procedimento de uma minoria não valia pela coletividade. Portanto, para o defensor de Gamaliel, o intento deste era reprovar apenas os policiais que cometeram a “barbárie”. Condenar apenas aqueles que só agiam de tal maneira em aldeias que desconheciam a civilização:

Ao correr da Penna, Gamaliel abrangeu todas autoridades policiaes; entretanto seu intuito foi unicamente contar e verberar um facto reprovado por todos que assistiram; não foi certo seu intento atacar auctoridades policiaes e officiaes do batalhão; foi sim, não resta duvida reprovar o procedimento de praças batendo em presos e maltratando paisanos com palavrões, o que só se faz em aldeias aonde a civilização ainda não entrou. Convém, é necessário, que as auctoridades policiaes ponham cobro a taes abusos; pois Uberaba felizmente já é uma cidade civilizada, estes factos só podem deprimir seus legítimos foros de progressita. Elmec.³⁴⁷

O que se percebe com o episódio, tanto do espancamento dos engenheiros quanto da defesa do articulista, é novamente a coexistência das representações de barbárie e civilização. A primeira visualizada na cena de violência física e a segunda na égide construída para a cidade civilizada. Por meio do jornal havia a percepção de que Uberaba e seus moradores correspondiam à civilização, ao mesmo tempo em que havia também o incentivo em banir da paisagem urbana a barbárie vista, pelos articulistas, como intolerável.

Tal situação, como afirma Starobinski, faz reconhecer que a civilização é inseparável do “seu avesso”: “a oposição entre a civilização e a barbárie equilibra-se em uma suspensão interrogativa. Isso não leva a renegar a civilização, mas a reconhecer que ela é inseparável do

³⁴⁷ Jornal O Sorriso. 2 de abril de 1911. APU.

seu avesso.” Como as faces de uma moeda, a civilização e a barbárie são lados de uma mesma coisa: “o dentro e o fora não deixaram de *valer* um em relação ao outro, mas nos dois sentidos.” Starobinski aponta ainda: “as passagens da barbárie à civilização, da civilização à barbárie se fazem por vezes em *um só passo*.”³⁴⁸

Assim sendo, de tudo que foi descrito nos artigos, fica claro que as representações de barbárie construídas nos jornais abarcavam práticas que eram apresentadas como algo a ser banido da paisagem de Uberaba, mas estas eram inerentes a ela, faziam parte da cidade tanto quanto os comportamentos civilizados. Aliás, eram as próprias representações de civilização as referências para se nomear a barbárie. Deste modo, as relações sociais na cidade, fossem elas de solidariedade ou de violência, de alegrias ou de desavenças, de concordâncias ou de discordâncias, de ordens ou de desordens, eram partes das interações entre os sujeitos.

3.3 As imperfeições do espaço no bojo da civilização

Sandra Jatahy Pesavento afirma que cidade é materialidade erigida pelo homem, uma ação humana sobre a natureza, algo criado como obra ou artefato. Segundo ela, é pela materialidade das formas urbanas que se encontra a representação icônica da cidade, seja pela verticalidade das edificações, perfil ou silhueta do espaço construído, seja ainda pela malha de artérias e vias que se entrecruzam em uma planta ou mapa³⁴⁹. Para esta autora é pela materialidade visível que se reconhece estar em presença do fenômeno urbano. Ela assevera que, “cidades são pedra, aço, ferro, vidro, barro, equipamento, traçado.”³⁵⁰ São um mundo material que quando desorganizado não passa despercebido no panorama visual da paisagem.

Já para Brescianni as cidades são também uma experiência visual que envolve o traçado de ruas, construções, vazios de praças, movimento de pessoas e atividades reunidas num mesmo espaço: “um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas.”³⁵¹ Na concepção de ambas as autoras, as cidades são então perpassadas necessariamente por um universo material que permite identificá-las. As maneiras como são apropriadas também são diversificadas.

³⁴⁸ STAROBINSKI, 2001, p. 56.

³⁴⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, jun.2007. p. 13.

³⁵⁰ Ibid., p. 22-23.

³⁵¹ BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 237.

Em Uberaba, se havia a construção de imagens da cidade relacionadas ao seu engrandecimento, havia igualmente a construção de imagens referenciando seus problemas de infraestrutura. A aparência de civilização construída para a sociedade valia também para o espaço que não era apenas cenário onde se desenrolavam os fatos urbanos, mas resultado da confluência de processos sociais, políticos, econômicos e culturais que se inter-relacionavam.

Nos anos de 1920, Uberaba era considerada a terceira cidade mais importante do Estado.³⁵² No entanto, no que diz respeito a seus equipamentos urbanos e serviços coletivos, diferente do que apresentavam os discursos de civilização e de progresso, não era plenamente marcada por prosperidade. Na realidade, parte dos discursos que utilizavam esses conceitos ocultavam a pobreza e a situação de penúria no espaço. A imagem de grandiloquência era vantajosa a uma qualificação positiva da cidade que, segundo sujeitos pertencentes às elites locais, não poderia figurar como atrasada no contexto regional. Para tanto, esconder seus problemas e apresentar suas áreas embelezadas era a forma de sustentar seu status de civilizada.

Para ter acesso ao que ficava oculto no que concerne às supostas fealdades espaciais, foram analisados “Requerimentos” registrados nas atas da Câmara Municipal e notícias do jornal “Gazetinha”. No caso da documentação oficial, a visualização da precariedade de infraestrutura nem sempre ficava explícita, pois precisava ser percebida nas entrelinhas das narrativas. Para apreendê-la foi necessário analisar as pistas deixadas por pessoas que não necessariamente estavam ligadas a grupos de poder, isto é, os “Requerimentos” que eram encaminhados à Câmara Municipal por moradores. Foram elencados os que interrogavam sobre ou solicitavam o nivelamento das ruas laterais do largo da Matriz; os concertos na Praça Comendador Quintino; o pedido de providência de abastecimento de água em residência; o concerto do largo do Rosário; e, por fim, a discordância de um parecer da Comissão de Obras Públicas relativo à concessão de auxílio pecuniário ao Sport Club Uberabense num momento em que a cidade demandava outras prioridades. Já no caso das notícias de jornal, foram selecionadas algumas em que estava clara a realidade conturbada do espaço no que diz respeito, novamente, a questões de higiene e saneamento, como também críticas quanto à utilização de impostos que deveriam ser convertidos em benefícios públicos.

Por meio da leitura crítica dessa documentação é possível desconstruir a imagem de perfectibilidade da cidade no momento em que outras vozes aparecem; quando os olhares

³⁵² Segundo fonte memorialista a primeira considerada mais importante era Belo Horizonte e, a segunda, Juiz de Fora.

revelam desqualificação e questionamento de empreendimentos que deixam ver a urbe, não apenas das largas avenidas, mas marcada pela existência de uma série de fragilidades. Nesta perspectiva, uma leitura acrítica da documentação poderia levar o leitor a pensar que a Uberaba do período estudado era, de fato, a representação intrínseca da civilização no interior do Brasil. Totalmente embelezada, moderna, higiênica, urbanizada, sem conflitos, ordeira, onde todos os cidadãos eram trabalhadores, cristãos, cumpridores das leis e da moral. Havia uma diferença entre o que a cidade era e o que parecia ser. A imagem de harmonia era útil ao ocultamento de tensões sociais e problemas de infraestrutura.

Os “Requerimentos”, bem como as notícias do jornal “Gazetinha” que abordavam as deficiências de infraestrutura, só existiam porque havia pendências que envolviam o pressuposto de que algo precisava ser feito. Traziam em seu discurso um fio de meada que é o de correção de imperfeições no espaço uma vez que, para parte dos moradores, eram a representação do não progresso e do não moderno que, em condições de impertinência a civilização precisava ser polido. Na acepção de Starobinski polir é “tornar um corpo uniforme, tirar-lhe todas as irregularidades, tirar as pequenas partes que lhe tornam áspera a superfície.” Polir tem equivalência com civilizar que, na perspectiva do autor, seria “tanto para os homens quanto para os objetos.”³⁵³

Refletindo sobre esses apontamentos de Starobinski, pode-se afirmar para o espaço físico da urbe que o mesmo ia sendo polido na medida em que ocorria a transformação de uma paisagem grosseria e rústica em moderna e civilizada. Civilizar o espaço implicava polilo no sentido de tornar luzente, liso, ajustado à ideia de perfeição visual e estética. Logo, almejando evitar uma imagem negativa para a aparência das áreas que eram a representação paisagística da urbe civilizada, o poder público criava estratégias que tinham como fim manter o embelezamento. Todavia, esse cuidado tinha as suas falhas.

Percebe-se isso por meio do requerimento de José Alves e Lycurgo Alves da Silveira Godim, moradores que pediam à Câmara Municipal para ser “reparado o nivelamento das ruas lateraes do largo da Matriz desta cidade allegando acharem prejudicados com o referido nivelamento em uma caza sita no mesmo largo.”³⁵⁴ O pedido foi indeferido sob a alegação de que as modificações mencionadas não existiam porque já haviam sido corrigidas. Com efeito, o requerimento demonstra que mesmo com o esforço de rigor na maneira como o espaço físico era ordenado, ocorriam dificuldades neste sentido. E não somente a Câmara Municipal conferia importância à questão do embelezamento, alguns moradores também.

³⁵³ STAROBINSKI, 2001, p. 26-27.

³⁵⁴ Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba. 05/03/1894. p. 151. APU.

A estética da Praça Rui Barbosa, “o ponto chic da cidade”, igualmente era objeto de atenção. Com a existência de jardim público, erguimento de palacetes e de ricas casas particulares, a Câmara Municipal teria permitido que os proprietários de alguns prédios construíssem passeios apontados como diferentes e inferiores em beleza e qualidade. Havia reclamações de que os passeios de várias casas de ruas centrais, também consideradas chiques, não haviam sido feitos. Existia ainda a ideia de que em Uberaba somente o centro era bonito, o restante possuía feio aspecto. O que indica uma pluralidade de vozes que observavam a cidade e não ocultavam a existência de áreas que não recebiam os mesmos serviços referenciados como “melhoramentos”.

Outro requerimento, de diversos moradores das imediações da Praça Comendador Quintino, solicitava a realização de consertos na praça. A comissão de obras públicas o analisou e emitiu um parecer aprovando. No mesmo ano deste requerimento foi lido também o do cidadão Antônio Mamede d’Oliveira que pedia providência para ser suprido o abastecimento de água em sua casa. Nas entrelinhas do requerimento se detecta que a Câmara Municipal era cobrada por nem sempre cumprir com eficácia as suas atribuições, pois segundo o requerente estava “soffrendo” com a falta de água apesar de ter pago o imposto municipal respectivo. Lido o requerimento, o presidente da Câmara declarou que já havia ordenado a providência e nada havia para deferir³⁵⁵.

É necessário evidenciar que o espaço é objeto de múltiplas significações. Em Uberaba, assim como em muitas outras cidades do mesmo período, eram correntes os discursos relativos à necessidade de se apagar da paisagem o passado apontado como arcaico, que lembrava a escravidão ou que não era coerente com os parâmetros civilizados. Na esteira da modernidade, a construção de novos edifícios fazia com que aqueles erguidos outrora fossem vistos como uma incoerência na paisagem. Observados os espaços não coesos à imagem de cidade civilizada, eram disseminadas ideias que traziam em seu cerne a ótica de que era preciso retirar da urbe tudo aquilo que era visto como sem capricho ou esmero nas formas. No aspecto topográfico e de ocupação social do espaço eram construídas as estratégias que, de forma direta, visavam o polimento e apagamento físico dos enclaves à civilização, principalmente os edifícios “velhos” que ficavam no centro da cidade.

Segundo Margarida de Souza Neves, no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX, “a ‘condenação’ das casas era, naturalmente, a condenação de seus habitantes, também identificados com o atraso, a sujeira, a doença, a feiura, a barbárie”. Na lógica de

³⁵⁵ Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba. 15/09/1897. p. 238. APU.

oposições que o governo e seus intelectuais reiteravam em seus discursos sugeria-se que no lugar das habitações populares fossem construídas grandes avenidas, “imagem urbana do progresso, da limpeza, da saúde, da beleza e da civilização.” Além disso, “a miséria era considerada criminosa, por isso deveria ser erradicada. Os miseráveis eram vistos como ‘entulho humano’ a ser afastado do convívio da ‘boa sociedade’ ”³⁵⁶.

Ocorriam nas cidades processos civilizadores que excluía determinados espaços da planta física e da planta simbólica, assim como os hierarquizava. Em Uberaba, espacialmente situada na zona central e urbana, a construção da civilização implicou no processo de expulsão da população de baixa renda para a zona suburbana. Entendemos que foi nessa conjuntura que a igreja do Rosário da cidade foi demolida.

Em um dos requerimentos que constam nas atas da Câmara Municipal, o vereador Quirino Luiz da Costa, em 1902, reclamava o conserto do largo do Rosário. O argumento do vereador era “achá-lo quase intransitável e confundindo o embelezamento de diversos prédios importantes ali edificadas e de uma parte da rua do Comércio e do largo do Comendador Quintino.”³⁵⁷ Relevante salientar que no largo do Rosário havia o prédio do orago de mesmo nome. Erguido com poucos recursos em 1841, para atender “os homens de cor” e os moradores em geral. Nos primeiros anos do século XX este prédio começou a compartilhar espaço na paisagem com a igreja São Domingos, a Associação Portuguesa de Beneficência 1º de Dezembro e o Grupo Escolar Brasil. Ficava de frente para a Rua do Comércio e na circunvizinhança do largo Comendador Quintino.

Naquela área da cidade começou a existir uma forte preocupação com a estética da paisagem. As novas construções, mais do que materialidades, eram símbolos da atuação de sujeitos ligados a diferentes grupos, inclusive imigrantes. Eram também símbolos do nascimento de novos espaços de sociabilidade, entre os quais a igreja São Domingos, dos padres dominicanos, era um chamariz para os fiéis católicos. Obra de arquitetura singular no panorama local demonstrava a opulência e o requinte europeus trazidos por estrangeiros que, naquele instante, representavam maior *status* para parte dos habitantes.

Em 1924, o então prefeito de Uberaba solicitou a derrubada da igreja do Rosário. Na documentação consultada não estão mencionadas suas motivações. Diante de tal ação, algumas hipóteses foram levantadas para a demolição. Uma delas tem como referência a tese

³⁵⁶ NEVES, Margarida de Souza. O povo na rua: um “conto de duas cidades”. In: PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFJF, 1994. p. 142-143.

³⁵⁷ Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba. 04/05/1902. p. 78. APU.

de Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale; duas estão no trabalho de mestrado de Ribeiro Júnior e outra decorre da leitura da exígua documentação referente ao orago.³⁵⁸

Na primeira hipótese, a pesquisa de Teixeira Vale sobre a arquitetura religiosa do século XIX no “Sertão da Farinha Podre” explicita que até o final da década de 40 do século XX quase todas as igrejas e capelas desta região foram demolidas ou totalmente descaracterizadas em função “de um ‘progresso’ e de uma ‘modernidade’ almejados, que implicavam na mudança da própria imagem das cidades, que desejavam apagar os vestígios de seu ‘atraso’”. Segundo ela, a utilização de mão de obra do imigrante que veio com a estrada de ferro substituiu a mão de obra local; construtores e engenheiros vindos de outros países passaram a dominar o cenário da produção arquitetônica. Outro aspecto mencionado pela autora foi a substituição do clero local pelo clero estrangeiro que assumiu a administração da grande maioria das paróquias regionais. Todos esses fatores em conjunto, no ponto de vista de Teixeira Vale, levaram à perda de grande parte do patrimônio arquitetônico religioso. Foi nesse contexto que igrejas do Rosário na região foram demolidas, sem ser reconstruídas no mesmo ou em outro local: “As igrejas ‘acanhadas’, ‘simples’, de madeira e barro’, não correspondiam aos novos ideais e não eram reconhecidas, principalmente pelo clero estrangeiro, com raras exceções dignas de culto.”³⁵⁹

Na dissertação de Ribeiro Júnior, que abordou a resistência negra e a experiência do cativo em Uberaba, a hipótese da derrubada do orago seria em função da urbanização e do embelezamento do espaço. Outra hipótese cogitada é aquela de que a demolição seria uma forma de apagar da paisagem um tempo que lembrava a escravidão, pois a igreja era uma

³⁵⁸ Quanto a essa documentação há uma fonte eclesiástica que é o “Regulamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário” copiado, em 1896, por um padre que era secretário do bispado de Goiás. Possui informações que dizem respeito ao zelo, administração e atividades desenvolvidas na igreja. As informações apresentam um caráter de ordenação das atribuições e comportamentos que deveriam reger o cotidiano religioso dos membros da irmandade. Há fontes legislativas, como o Comunicado de demolição da igreja. Ao que tudo indica, foi escrito em 1924, está bastante danificado pela ação do tempo e é difícil a sua leitura. Todavia, o documento explicita a concordância entre o poder público municipal e o clero na derrubada do orago que posteriormente deveria ganhar um novo espaço para ser reconstruído no Alto São Benedito (o que não ocorreu). Além desse, algumas resoluções municipais do século XIX e XX, onde constam projetos de melhoramento do espaço urbano. Parte das resoluções fornecem subsídios para se pensar a evolução das transformações urbanísticas da cidade, que possivelmente condicionaram a demolição da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Por fim, existem três fotografias da igreja do Rosário: uma imagem panorâmica, outra que apresenta a parte de trás da construção e a terceira na qual se visualiza a igreja e uma procissão nas suas imediações. Existem também fotografias de espaços urbanos que estavam próximos ao orago do Rosário que ajudam a pensar as transformações físicas e urbanas vivenciadas pela cidade. Por fim, há também dois desenhos da igreja, produzidos por um artista local chamado Ovídio Fernandes. Este não conheceu a igreja do Rosário, mas realizou os trabalhos com base numa pintura de 1915. Ambos os desenhos permitem a visualização de seus aspectos arquitetônicos, em estilo colonial. Logo, foi com base na leitura de toda essa documentação que se construiu a terceira hipótese. A documentação não explicita o motivo da demolição, mas por meio de pistas foi possível elaborar a hipótese.

³⁵⁹ VALE, Marília Maria Brasileiro Teixeira. **Arquitetura religiosa do século XIX no antigo “Sertão da Farinha Podre”**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. 1994. p. 122-124.

referência física para a população negra da cidade. Apagar da paisagem a materialidade que foi obra de cativos negros poderia ser uma forma de amenizar a presença da negritude diante do suposto progresso geral que dominava a cena uberabense³⁶⁰; uma forma de banir da paisagem aquilo que no ponto de vista de alguns sujeitos era considerado um defeito, uma expressão de atraso na urbe que se modernizava³⁶¹.

Em relação à Uberaba, Ribeiro Júnior argumenta que, com a abolição, a população negra procurou garantir sua sobrevivência por meio da preservação de laços familiares. Na condição de trabalhadores livres, nem sempre assalariados, encontrava nos ternos de congo uma possibilidade de construção de territórios, não apenas de fixação em espaços precários como a zona suburbana da cidade, mas também como um caminho para a realização de práticas que permitiam o estabelecimento de um elo entre as memórias construídas na África e a vida de cativo no Brasil. Suas práticas eram perceptíveis na paisagem urbana nas festas religiosas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, bem como nas comemorações do treze de maio. Assim, para Ribeiro Júnior, era por meio da criação de territórios negros na cidade, fossem eles espaciais, de festividades religiosas ou de congados, que era possível “desmascarar os sentidos e significados das transformações em curso, apresentadas como ações naturais, com vistas ao progresso e a civilização.” O autor assevera também que é em “meio a um cotidiano complexo e de difícil apreensão que aparece outra cidade, que fez pouco para dissimular seu olhar preconceituoso e discriminatório frente à população negra, muitas vezes chegando ao extremo de tentar ocultar a sua existência.”³⁶²

Por fim, a última hipótese, construída com base na leitura da documentação que encontramos sobre a igreja, é a de que os fieis que a frequentavam passariam ao orago São Domingos, motivo que teria levado a Arquidiocese³⁶³ a não se opor à demolição.

Feitas essas considerações em relação à igreja do Rosário e sua demolição, vale afirmar que na documentação oficial que aborda aspectos relacionados ao espaço, em uma das atas da Câmara Municipal, consta ainda que um membro da Comissão de Obras Públicas, Alexandre Campos, procedeu à leitura de um parecer em separado que levantou a não coerência da Comissão em conceder ao Sport Club Uberabense um auxílio pecuniário. Campos afirmava reconhecer a necessidade de propugnar o melhoramento de raças cavaleares

³⁶⁰ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo. **De batuques e trabalhos**: resistência negra e a experiência do cativo em Uberaba (1856-1901). São Paulo: PUC, 2001. Dissertação (Mestrado em História). p.11.

³⁶¹ Vale lembrar que desde o final do século XIX e início do século XX a área onde se localizava o orago estava se tornando mais valorizada no que diz respeito ao preço de terrenos.

³⁶² RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 138-142.

³⁶³ Até o final do século XIX quem cuidava dos assuntos da Igreja em Uberaba era a Arquidiocese de Goiás, no entanto, no início do século XX, em 1907, por incentivo do bispo D. Eduardo Duarte e Silva, foi criada a Arquidiocese de Uberaba que passou a cuidar dos assuntos da religião católica na cidade.

no município via Sport Club, porém, segundo ele, estava provado o quão era inoportuna a concessão do auxílio por parte da municipalidade, que naquele momento contava com “necessidades muito mais palpitantes” e que se acumulavam por absoluta falta de recursos:

Não temos água canalizada, não temos rede de esgotos, imprestável é a nossa iluminação pública, péssimas são as nossas estradas, estragadíssimas estão as nossas ruas, não temos quase higiene pública, finalmente nos faltam não direi os importantes melhoramentos de que devem gozar uma cidade como Uberaba sem cousas de só menor importância possuem cidades como a nossa. As nossas finanças apesar de não serem muito precárias, não são lisonjeiras, visto como a municipalidade ainda doe somma proveniente de empréstimos a juros elevadíssimos.[...] Consertos (sic) de inadiável necessidade, melhoramentos urgentes e reclamados constantemente não foram ainda realizados por escassez de recursos. Em vista do exposto penso que esta municipalidade deveria aguardar epocha mais propicia para occupação do assumpto. Acresce mais que tractando-se essa concessão de prêmios de assumpto puramente pecuniário seria de grande vantagem que em lugar da Comissão de Obras Públicas fosse consultada a de Finanças a qual mais abalisada se acha para pronunciar-se sobre o objectivo do projecto. Discordando do parecer da maioria da commissão opino para que o assumpto se pronuncie a commissão de Finanças.³⁶⁴

Além de todos os problemas de infraestrutura apresentados por meio do parecer, ficam claras as dissonâncias de vozes e representações que circulavam no poder público municipal. Discordar da aprovação da concessão de auxílios era algo que ocorria. Não havia uma homogeneidade de ideias. O que significa que a vida urbana fazia emergir contradições e experiências de uma sociedade muito diversa, não monolítica. As representações de diferentes sujeitos na cidade revelam outros modos de vê-la e abordá-la na esfera política municipal.

Por conseguinte, outra via para se apreender as imperfeições que perpassavam o espaço em toda sua complexidade material é por meio dos jornais que possuíam uma ordem de discurso diferente daquele dos “Requerimentos”. Enquanto nestes o tom é mais de solicitar reparos, os jornais apresentavam um tom mais severo de cobrança acerca das deficiências observadas em relação aos equipamentos urbanos e à estética espacial.

A imagem de cidade enriquecida, culta e moderna, muitas vezes é desconstruída, pois Uberaba não era formada apenas por edifícios públicos e particulares de perceptível proeminência arquitetônica. Nem todos eram latifundiários, moravam no centro ou eram donos de casarões. Na realidade, a maior parte das casas continuava simples e pouco

³⁶⁴ Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba. 09/05/1912. p. 79. APU.

equipada. As ruas permaneciam estreitas, sujas e sem planejamento, lembrando o passado colonial. Havia lixo, o mato crescia alto e a putrefação de restos de alimentos era recorrente.

Conforme notícia de 1896, no jornal *Gazetinha*, o articulista escreve sobre dois fatos por ele presenciados que atestavam a “imundície” em que a população vivia e a falta de zelos e fiscalização das autoridades que tinham a função de exercê-los. O primeiro fato revela que havia cidadãos que realizavam práticas não coerentes com as ideias de civilização no que diz respeito ao asseio da cidade. O segundo fato reitera os percalços do abastecimento de água, a cobrança de impostos e novamente a questão da higiene.

Em relação ao asseio, como primeiro fato abordado, emerge um panorama urbano no qual algumas práticas eram vistas por parcela dos habitantes como não higiênicas. Partindo da ideia de que a limpeza dos espaços condicionaria mais comodidade e proteção à saúde, o que o articulista faz é criticar as “imundícies” e incitar a atenção dos leitores por meio de uma indagação que equaciona a falta de asseio e o pouco zelo da prefeitura com a saúde pública:

Acabo de presenciar dous fathos, que não outtros attestados da immundicie em que vivemos e da falta de zelos e fiscalizaçãõ da parte de quem tem o dever de exercê-los. Além das nojentas e pestilentas latrinas e dos immundos córregos que atravessam a cidade, além dos chiqueiros de porcos, que se encontram por toda parte, fizeram agora do chafariz do largo da Matriz deposito de pó de café servido, tripas de frango, verduras podres e de quantos resíduos de cozinha há por ahí. E isto no centro da cidade, no largo da Matriz, e em frente a esta, um dos logares mais freqüentados da mesma cidade. Os senhores não acham que já é muito *asseio* e muito *zelo* pela saúde pública?³⁶⁵

A culpa pela presença da sujeira no chafariz, na fala do articulista, recai sobre um negro que, em seu ver, o deixava de tal maneira. O autor alimenta uma imagem negativa que associa o negro à realização de “podriqueiras”.³⁶⁶ Nessa perspectiva, pelo menos uma leitura pode ser feita do artigo: a presença da sujeira, além de trazer em seu cerne a estigmatização de um sujeito em função da cor de sua pele, remetia à realização de práticas que eram reflexas de hábitos e ritmos distintos daqueles evidenciados pelas representações de civilização.

Com efeito, vale a pena analisar essa questão dos hábitos dos moradores, porque conforme os documentos vão abordando o tema, tudo leva a crer que o ato de jogar lixo nos espaços urbanos, objeto de diferentes imagens, parecia ser aceito pela maior parte dos cidadãos como “natural”. Elias, ao analisar os manuais de etiqueta dos séculos XVI, XVII e XVIII, constatou que algumas funções naturais como urinar e defecar, assim como suas

³⁶⁵ Jornal *Gazetinha*. 06/09/1896. Ano III. Número 142. APM.

³⁶⁶ Jornal *Gazetinha*. 06/09/1896. Ano III. Número 142. APM.

exposições, eram acompanhadas com poucos sentimentos de vergonha e repugnância. Por isso, seu isolamento e controle também eram modestos visto que aceitos “como tão naturais como pentear os cabelos ou calçar os sapatos.”³⁶⁷ Refletindo sobre essa afirmação do autor, ficamos inclinadas a pensar que os hábitos que eram fonte de condenação faziam parte de práticas rotineiras da população. Mesmo com os discursos do movimento sanitarista havia pessoas que enxergavam e realizavam tais práticas de forma automática. Não incorporavam a ideia de que estavam fazendo algo visto, por alguns, como impróprio. As falas de oposição a tais ações, possivelmente, foram surgindo na medida em que os discursos de conformação dos hábitos de higiene foram se generalizando. Daí, os moradores nas suas relações sociais recíprocas se viam compelidos a transformar seus modos, ou não.

Enquanto a mudança de modos não ocorria, jogar o lixo nos espaços urbanos permanecia usual como algo inerente aos costumes, conforme entendidos por Thompson³⁶⁸, que faziam parte do dia-a-dia. A partir daí se pode sugerir que na urbe, normatizações legais, mas também costumes construídos nas relações sociais regulavam os comportamentos na medida em que tinham adesão das pessoas, funcionavam, de certa forma, como códigos de conduta que, na prática, influenciavam na (in)eficiência de prescrições de higiene.

O outro fato presenciado pelo articulista no artigo do jornal “Gazetinha” é o abastecimento de água por meio do chafariz. Segundo ele, pessoas em carroças com “pipas enormes” iam provê-las deixando à espera aqueles que queriam apenas o essencial:

[...] a água do chafariz é sempre pouca para o abastecimento da população que dela se utiliza; e neste tempo de seca ainda mais diminua. Entretanto, aparecem por ali umas carroças com grandes pipas, que creio serem de alguma fabrica de cerveja e levam três e mais horas para encher as taes pipas ficando a espera os demais pretendentes a água. Ora quem quer pipas cheias d’água mande buscar onde há em abundância. O precioso líquido, afim de não embarçar tanta gente, que quer apenas o indispensável.³⁶⁹

No mesmo jornal, mas em outra nota, o jornalista reivindica o que, na sua concepção, era preciso que fosse feito na cidade, discorre acerca da questão dos impostos e do saneamento que, como percebido em outras falas, repetia a insatisfação em relação aos chiqueiros e porcos nas vias. Vale ressaltar que é realizado um discurso que cita o povo, mas, possivelmente, não se destina a ele, já que a maioria não era alfabetizada:

³⁶⁷ELIAS, N. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. p. 136.

³⁶⁸ THOMPSON, 1998, p. 86-149.

³⁶⁹ Jornal Gazetinha. 06/09/1896. Ano III. Número 142. APM

Antes de tudo dêem nos água e exgottos e acabem com esses malditos chiqueiros, dentro da cidade, com a enorme canzuada, que por ahi vaga com grande incomodo e perigo para a humanidade; acabem com essas imundas latrinas e cisternas; mandem desentulhar os córregos, roçando as suas margens; não façam mais nada; deixem a gente quebrar as pernas e narizes nos buracos das ruas, mas tratem de sanear a cidade, e o Zé Povinho a pagar impostos com muito gosto porque vê que está se tratando a questão da saúde, que para elle é a principal. Sem saúde não se ganha dinheiro, diz o Zezinho. E nem tem-se gosto neste mundo, acrescento eu. A câmara de Uberaba só tem posturas para cobrar impostos, e não as tem para obrigar seus empregados ao cumprimento dos seus deveres, e nem para impedir chiqueiros de porcos que, ultimamente, já não são apenas dentro dos pateos e quintaes, e sim no meio da rua, como acontece atrás do Rosário.³⁷⁰

Somando-se aos chiqueiros e animais soltos nas vias, as lamas nos tempos de chuvas e o pó nas secas, igualmente causavam burburinhos, pois segundo os modos de ver registrados em alguns artigos do jornal eram a representação do “atraso”. No entanto, a ideia de “atraso” não era compartilhada por todos, uma vez que a maior parte da população, cuja vida na cidade remetia aos hábitos construídos no campo, estava pouco preocupada se seus animais transitavam tranquilamente pelas ruas.

Em parte das publicações, ponto que também é recorrente diz respeito ao lixo e à situação dos córregos que cortavam a cidade. Dotados de pequenos volumes de água, os regatos possivelmente eram afetados pela sujeira lançada pelos habitantes. Uma vez acumulada, a água não tinha força suficiente para arrastá-la. Então, entulhos de lixo permaneciam intactos nos mesmos lugares até que uma enxurrada os levasse. Até que isso acontecesse, os odores de sua decomposição se multiplicavam penetrando as narinas. Com a falta de esgotos, materiais fecais eram lançados nos córregos e havia cocheiras repletas de cavalos que viviam cheias de estrumes, cujos odores também empestavam o ar.

Faz jus mencionar um aspecto no que concerne à relação entre as experiências corporais dos odores e os espaços em que as pessoas vivem. Sennett afirma que o anseio de facilitar as funções respiratórias e a circulação transformou a paisagem das cidades europeias e alterou os procedimentos de asseio pessoal. Excrementos humanos e de animais que ficavam incrustados nos interstícios dos centros começaram a ser cuidados no sentido de uma limpeza urbana. As depressões e os buracos que ficavam alagados com urina e fezes foram canalizados para esgotos subterrâneos. Essas mudanças foram acompanhadas por leis de saúde pública, entre as quais ficava proibido, por exemplo, esvaziar penicos nas ruas, bem

³⁷⁰ Jornal Gazetinha. 06/09/1896. Ano III. Número 142. APM

como se tornava obrigatório que as paredes das casas fossem revestidas de gessos para facilitar a limpeza. Partindo da ideia de um corpo saudável e que se deslocasse livremente, os desenhos urbanos começaram a prever cidades que funcionassem como o corpo humano. Palavras como “artéria” e “veia” foram incorporadas no vocabulário urbano; o sistema sanguíneo funcionava como modelo para o tráfego. Os jardins serviriam de pulmão³⁷¹. Deste modo, possivelmente, essas perspectivas foram sendo difundidas em cidades europeias e no século XIX, paulatinamente, começaram a ganhar alguma repercussão entre os projetistas brasileiros que levavam em conta a ideia de cidades cujo funcionamento também se assemelhasse ao do corpo humano, passíveis à resolução de problemas como os dos odores.

Todos esses elementos em conjunto compunham a paisagem da cidade. Daí, uma das questões admissíveis de se levantar perante o panorama apresentado é: como era ser civilizado numa cidade em que quando o cidadão caminhava se deparava com porcos circulando nas ruas, os sapatos e os trajes se enchiam de lama ou de poeira nos tempos de chuva ou de seca, a atmosfera possuía um mau cheiro em função do costume de se jogar lixo nos córregos e os administradores municipais não conseguiam na prática suprir todas as demandas de serviços públicos? A imagem que pouco a pouco vai sendo revelada é a de que a cidade tinha muitos problemas que eram impertinentes ao seu *status* de civilizada.

Fosse por razões de estética, higiene, saneamento, infraestrutura ou qualquer outra, os moradores construía a cidade de acordo com as suas possibilidades. Ela era resultado de práticas, apropriações e representações travadas por sujeitos ou grupos que na diversidade de seus discursos a abordavam. Além disso, não existia um único discurso de civilização. As estratégias arquitetadas para a construção da Uberaba civilizada poderiam ser conhecidas, mas não necessariamente respeitadas ou executadas. Havia também os comportamentos fundados no costume que demoravam a incorporar as mudanças relacionadas à civilização. Os moradores não eram neutros na cidade, pois havia uma relação dinâmica entre estes e os seus modos de ver que dizia respeito a interpretações gestadas nas inter-relações sociais. Representações e práticas são indissociáveis nas (re)elaborações da cidade civilizada.

Bem assim, a Uberaba que aparece a nossos olhos era um mundo material e social de sentidos plurais. Simultaneamente, espaço das práticas civilizadas e também das práticas impertinentes a civilização. Isto indica que a urbe era a mesma, o que mudava eram os sentidos atribuídos a ela. Por conseguinte, se tornar cidade não foi algo que se deu de forma

³⁷¹ SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. p. 269-275.

repentina e num curto prazo, mas no decorrer de um processo gradual de civilização perpassado por ações individuais e coletivas cujo propósito era polir e conformar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não teve a pretensão de esgotar as possibilidades de leitura de um processo civilizador na cidade de Uberaba. As relações sociais se expressavam no espaço. As edificações eram resultadas da organização social dos cidadãos que poderiam ou não compartilhar o intento de habitar uma urbe civilizada.

Nesse ângulo, o estudo do processo civilizador envolveu diretamente as estratégias criadas por instâncias civilizadoras para a transformação das condutas e do espaço urbano e não desconsiderou as relações recíprocas dos sujeitos como elemento primordial nesse processo que era perpassado por duas vertentes que se imbricavam: uma construída em instância social e a outra em instância individual. A primeira dizia respeito às estratégias de externas aos sujeitos, como exemplo as leis, e a segunda se referia aos mecanismos de controle internos, exemplo era o autocontrole estabelecido no sentido de constituição de condutas socialmente aceitáveis.

Ambas as vertentes serviam para firmar as distâncias entre as ações civilizadas, diante das *outras*, impertinentes à civilização. Igualmente, a conformação das práticas valia para todos os cidadãos, independente da posição social ou econômica. Além disso, a civilização enquanto valor envolvia a prática de julgar, qualificar o *outro*. Julgava-se a aparência dos espaços e dos comportamentos, mas, nem sempre a civilização valor se realizava como fato.

No capítulo um constatou-se que a utilização do conceito de civilização estava imbricada a questões relacionadas ao espaço urbano que era ponto de abordagem nas falas de memorialistas e nas esferas jornalística e política. A modernização, a higiene, o sanitarismo, o embelezamento, bem como o aperfeiçoamento científico, intelectual e tecnológico do e no espaço urbano constituíam o repertório de elementos referenciados como civilização. No século XIX, a modernização se expressava nos investimentos em infraestrutura: calçamento das ruas, serviço de abastecimento de água, entre outros. A limpeza dos espaços supostamente melhoraria a qualidade de vida na urbe. A presença de letrados e a edificação de espaços destinados à educação eram pontos utilizados na descrição de um complexo científico aceito por alguns cidadãos como sinônimo de avanço. No século XX a ideia de modernização prevalece como sentido de civilizar. A construção de jardins e a arborização, a realização de obras de saneamento e a instauração de novos instrumentos urbanos eram aspectos que simbolizavam a modernidade. O conforto proporcionado por equipamentos urbanos coletivos surgia de maneira a fazer dos habitantes da cidade seres civilizados. Comodidades como água quente, iluminação, tratamento de dejetos, produtos para higiene, telégrafo, telefone e notícia fornecida pelos jornais provocavam alterações nos modos de se portar nos espaços. Serviam

ao refinamento dos gostos. Por conseguinte, possuir esses pequenos luxos era também uma forma de distinção. Compunham o repertório de um modo de vida que se julgava civilizado.

As feições sertanejas de Uberaba face ao ritmo frenético das grandes cidades faziam com que viabilizar a civilização contemplasse a ideia de que algo sempre precisava ser realizado, (re)construído. O sufixo “ação” das palavras modernização e civilização se fazia presente no imaginário de mores que almejavam habitar a urbe civilizada. À medida que os sujeitos formulavam seus projetos para a cidade, se esforçavam para colocá-los em prática. Assim, a cidade como ela era e como era imaginada, tornava-se alvo de diferentes práticas e representações. Aliás, um mesmo sujeito poderia ter mais de uma representação sobre a cidade e sobre o conceito de civilização.

No capítulo dois foi possível averiguar que o esforço do poder público municipal e dos impressos jornalísticos em moldar a urbe e seus habitantes correspondiam a estratégias de conformação. A construção de condutas, da paisagem e dos modos em espaços direcionados aos mores vistos como civilizados eram estratégias que serviam à imagem de engrandecimento da cidade, simbolizavam *status*. Envolviam introjetar nos moradores condutas embasadas na moral, nos bons costumes, no respeito e na decência no espaço urbano. As pessoas cujas condutas eram incoerentes a esses preceitos ficavam propensas ao pagamento de multas e prisão. No mais, o poder público municipal se empenhava na constituição de uma paisagem que representasse ordem. A homogeneização estética dos edifícios e das vias remetia a uma concepção de organização do espaço urbano embasada na racionalidade.

Por meio de publicações no jornal “O Sorriso” havia o interesse em impulsionar a encenação de uma vida urbana sofisticada em que os habitantes eram educados e os espaços faziam parte da vida social. O cidadão refinado e os comportamentos elegantes nos espaços de lazer e sociabilidade eram inerentes à urbe civilizada. Demonstrar-se polido no universo das relações sociais envolvia autocontrole da agressividade, das maneiras de se portar com o corpo, a linguagem e a própria sexualidade, pois a vida na cidade exigia a construção de mecanismos cada vez mais sofisticados que serviam para manter a distinção social. Prestígio e status eram estratégias simbólicas que poderiam assegurar êxito ou fracasso nas interações socioculturais. Todavia, ouvir música nos jardins, frequentar teatros, cinemas, conferências literárias e clubes dançantes eram comportamentos que faziam sentido para quem escrevia e para quem corroborava com as ideias expostas no jornal. Não significa que eram formas de conduta compartilhadas e benquistas por todos, uma vez que Uberaba, em sua pluralidade, abarcava diversas maneiras de entretenimentos.

No capítulo três evidenciou-se que os esforços em polir os comportamentos e os espaços urbanos ocorriam porque parte dos habitantes acreditavam na existência do *outro* impertinente à civilização. As estratégias legislativas e judiciárias de conformação de hábitos e pacificadoras de condutas nem sempre funcionavam. Não reinava de maneira absoluta uma harmonia nas relações socioculturais. Essa ausência de harmonia, contudo, era inerente à vida na cidade. A bebedeira, a algazarra, a jogatina, o meretrício e a mendicância eram práticas, na ótica esboçada nas posturas municipais, que simbolizavam a desordem, a desclassificação e a degeneração social, mas no ponto de vista de seus realizadores poderiam significar diversão ou necessidade no sentido de manutenção da vida. As imagens da barbárie na cidade se associavam a episódios de violência narrada em artigos de jornais. Violência, que por vezes era tolerada e socialmente aceita, mas na fala de articulistas julgada e condenada.

Os esforços de aperfeiçoamento dos espaços urbanos, na prática, nem sempre, eram atendidos. Por meio de requerimentos da população, as debilidades dos serviços de infraestrutura vinham à baila. Além disso, no espaço se expressava a acumulação de capital ou a ausência dele, o prazer e o desprazer visual. Sua estética era julgada como grosseira ou refinada. Esse julgamento reafirmava cada vez mais as desigualdades existentes na cidade. O distanciamento espacial era também um distanciamento social. O universo material da urbe tornava visíveis as tensões sociais. A aparência das casas revelava uma cidade de sociedade hierarquizada.

Assim sendo, a investigação do espaço urbano uberabense e suas relações socioculturais possibilitou uma explicação da forma como se organizava a sociedade. Levando em conta os conceitos de representação e prática, a dissertação foi construída num diálogo constante entre fontes de pesquisa e reflexão teórico-metodológica. Neste diálogo, foi possível notar que as percepções da cidade não eram dadas, mas sim fruto de construções. Diferentes modos de vê-la repercutiam em lutas de representações. Conflitos e tensões sociais ficavam evidentes por meio das palavras que revelavam desafetos, ressentimentos, intrigas, hostilidades, rivalidades e inimizades entre os sujeitos que a partir delas travavam batalhas simbólicas em prol do erguimento da urbe que se almejava ou se julgava melhor.

Os embates se inseriam na tentativa de impor visões de mundo. Inevitável, portanto, a necessidade de reafirmar a atenção em relação aos discursos e à posição de quem os proferia. As falas de urbe civilizada e de impertinências à civilização eram enunciadas por sujeitos que tinham voz social, intelectual, política ou econômica. Essas vozes não eram homogêneas uma vez que estava em curso a transformação dos espaços e das relações sociais. Se antes, no final do século XIX, o domínio do espaço público ficava sob a guarda dos coroneis, no início do

século XX, isso foi se modificando com a presença de maior número de médicos, engenheiros e advogados atuando no serviço público, ou de imigrantes, ex-escravos e brancos pobres buscando inserção no universo do trabalho e na rotina urbana. Com isso, constata-se que apesar da existência das estratégias de conformação, as percepções do mundo sociocultural e do espaço urbano em Uberaba não possuíam um significado único.

A cidade era diversamente vivenciada. Os ritmos de vida, os hábitos e as leituras de mundo dos cidadãos eram plurais. Os sentidos atribuídos ao conceito de civilização também eram dotados de intencionalidades diferentes no bojo de estratégias simbólicas de delimitação de relações e de posições sociais. A construção das representações de civilização nos discursos analisados (memorialista, legislativo, jornalístico) era produto de relações socioculturais dinâmicas. Na complexidade da convivência urbana essas relações se faziam, desfaziam e refaziam gerando diversas representações de civilização.

Isso significa que a civilização em Uberaba possuía várias faces. O espaço urbano nesse contexto se tornava, igualmente, base de muitas práticas e representações. A transformação do mundo material que teoricamente traria modificações na sociedade e em seu universo cultural repercutiu numa urbe em que os habitantes tentavam incorporar os novos equipamentos urbanos e, concomitantemente, não desconsideravam seus costumes. Os perfis civilizados, apesar de serem apropriados, interpretados e transformados no dia-a-dia, coexistiam com hábitos arraigados. Logo, não eram todas as pessoas que enxergavam as transformações urbanas e socioculturais como melhorias, pois os costumes e os ritmos de vida diversificados faziam com que parte dos moradores visse com estranheza as comodidades que representavam o progresso e a existência da cidade como civilizada.

Por fim, vale a pena elucidar que as transformações no espaço físico e social da cidade faziam parte de um processo mais amplo que procurava inserir o Brasil no rol das sociedades civilizadas. No entanto, a realidade social do país era tão vasta e complexa que envolvia não só as modificações em curso, mas também as permanências do que resistia a elas, conforme discutimos. Nessa perspectiva, as (re)elaborações acerca do conceito de civilização se articulavam à manutenção da ordem social.

FONTES CONSULTADAS:

1. Memorialistas:

MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Uberaba: 1. ed. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de publicações do município de Uberaba, 1974.

PONTES, Hidelbrando. **História de Uberaba e a civilização no Brasil central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.

SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba - História, Fatos e Homens**: introdução geral ensaios biografias dispersos. v.1. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de publicações do município de Uberaba, 1971.

2. Jornais:

2.1 - Do site do Arquivo Público Mineiro (APM):

Jornal Tribuna do Povo. 15/02/1894. Ano II. Número 44.

Jornal Tribuna do Povo. 30/08/1894. Ano II. Número 68.

Jornal Tribuna do Povo. 20/10/1894. Ano II. Número 75.

Jornal Tribuna do Povo. 07/11/1894. Ano II. Número 77.

Jornal Gazetinha. 03/09/1896. Ano III. Número 141.

Jornal Gazetinha. 06/09/1896. Ano III. Número 142.

2.2 - Do Arquivo Público de Uberaba (APU):

Jornal O Sorriso. 11 de setembro de 1910.

Jornal O Sorriso. 30 de outubro de 1910.

Jornal O Sorriso. 12 de Fevereiro de 1911.

Jornal O Sorriso. 2 de abril de 1911.

Jornal O Sorriso. 12 de março de 1911.

Jornal O Sorriso. 21 de janeiro de 1912.

Jornal O Sorriso. 5 de maio de 1912.

Jornal O Sorriso. 19 de maio de 1912.

Jornal O Sorriso. 14 de julho de 1912.

Jornal O Sorriso. 4 de Agosto de 1912.

Jornal O Sorriso. 19 de janeiro de 1913.

Jornal O Sorriso. 14 de Setembro de 1913.

Jornal O Sorriso. 1 de fevereiro de 1914.

Jornal O Sorriso. 5 de Julho de 1914.

Jornal O Sorriso. 28 de julho de 1914.

Jornal O Sorriso. 13 de Junho de 1915.

3. Legislativas:

3.1 Posturas Municipais disponíveis no Arquivo Público de Uberaba:

“Posturas Municipais” (1867): constam no livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba. Sessão de 08/04/1867.

“Projecto de reforma das Posturas Municipais” (1889): constam no livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba. Sessão de 06/06/1889.

“Código Municipal” (1927): publicado em folhetos da Câmara Municipal de Uberaba.

3.2 Livros de Atas da Câmara Municipal disponíveis no Arquivo Público de Uberaba:

24/05/1887 a 23/02/1900 - CAM/AR - número do arquivo: 03.

30/01/1900 a 08/03/1905 - CAM/AR - número do arquivo: 04.

09/03/1905 a 24/09/1909 - CAM/AR - número do arquivo: 05.

25/09/1909 a 24/09/1914 - CAM/AR - número do arquivo: 06.

02/01/1915 a 04/07/1917 - CAM/AR - número do arquivo: 07.

06/07/1917 a 20/09/1923 - CAM/AR - número do arquivo: 08.

04/05/1925 a 12/12/1930 - CAM/AR - número do arquivo: 09.

REFERÊNCIAS:

AMANTINO, Márcia. **O mundo das feras**: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro, entre 1868 e 1906. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2003.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRESCIANI, Maria Stella (Org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

_____. Cidade e história. In: LIPPI, Lúcia Oliveira (Org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____. História e historiografia das cidades, um percurso. In FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. (Org.). A mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9. n° 18, 1989.

CAMARGO, Daisy de. **Alegrias engarrafadas**: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

CARVALHO, Renato Muniz Barreto de. **Vida e morte de um córrego**: a história da expansão urbana de Uberaba, MG e do córrego das Lajes. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Uberlândia/MG, 2004

COUTINHO, Pedro dos Reis. **Ciência e economia**: o Instituto Zootécnico e a pecuária zebuína em Uberaba. Trabalho de conclusão de curso de especialização (Monografia) – Franca, 2004.

CERASOLI, Josianne Francia. **A grande cruzada**: os engenheiros e as engenharistas de poder na primeira República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia Histórica das Práticas Culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1985.

_____. O Mundo como representação. **Revista dos Annales** (nov.; dez. n.6. p.173-191). Estudos Avançados 11(5), 1991.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano**: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929). Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2009.

DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de bem viver – tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia (49), jul./dez, 2013.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. **O processo civilizador**. Formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FERREIRA, Orlando. **Terra Madrasta**: um povo infeliz. Uberaba, MG: Typographia Brasil Central, 1926.

FONSECA, André Azevedo da. **Uma História Social de Uberaba/MG**. Hist. R., Goiânia, v. 19, nº 1, jan./abr, 2014.

FONSECA, Tais Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Sergio Campos. O pensamento civilizador e a cultura historiográfica brasileira no século XIX. **Revista Fazendo História**, Natal: CCHLA – UFRN, v. 1, n. 2, 2008.

_____. Nos quadros do pensamento civilizador: aspectos da legitimidade do poder do Estado no Brasil entre Primeiro Reinado, Regência e Segundo Reinado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **Educação e civilização no sertão**: práticas de constituição do modelo escolar no Triângulo Mineiro (1906-1920). Tese (Doutorado em

educação) Programa de estudos pós-graduados em educação: história, política, sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

LAVINAS, Lena; RIBEIRO, Luiz César de Q. Imagens e representações sobre a mulher na construção da modernidade de Copacabana. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, 1988

_____. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. **Das águas passadas à terra do sol: ensaio sobre a história de Araxá**. 2. Ed. Araxá: Bunge Fertilizantes, 2003.

LORENZ, Karl. **Ciência, educação e livros didáticos do século XIX: os compêndios das ciências naturais do Colégio de Pedro II**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Nobel; Edusp, 1991.

_____. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1980.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. **Revista USP**, São Paulo. n° 30, jun./ago., 1996.

MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das letras, 1998.

MUMFORD, Lewis. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

OUYAMA, Maurício Noboru. A ordem psiquiátrica e a máquina de curar: o hospício Nossa Senhora da Luz entre saberes, práticas e discursos sobre a loucura (Paraná, final do século

XIX e início do século XX). In: WADI, Yonissa Marmitt; SANTOS, Nádya Maria Weber (Orgs.). **História e loucura: saberes, práticas e narrativas**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

PECHMAN, Robert Moses. (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, jun., 2007.

PINHEIRO, Ana Paula Arruda Mendes. **A origem do saneamento e dos princípios urbanísticos na cidade de Uberaba**. Curso de especialização. FAUPUCCAMP – Urbanismo Moderno e Contemporâneo. 1994.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

_____. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra. 2008.

REZENDE, Eliane M. M. **Uberaba: uma trajetória socioeconômica (1811-1910)**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba. 1991.

RIBEIRO, Raphael Alberto. **Loucura e obsessão: entre psiquiatria e espiritismo no Sanatório Espírita de Uberaba-MG (1933-1970)**. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo. **De batuques e trabalhos: resistência negra e a experiência do cativo em Uberaba (1856-1901)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2001.

_____. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais (1888-1928)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

_____. **A fabricação da liberdade: alforrias e abolição da escravidão no Triângulo Mineiro, 1821-1888**. In: Revista: História e Perspectivas, Uberlândia (36-37). 281-309, jan/dez.2007.

RICCIOPPO, Thiago. **Orlando Ferreira: o boca do inferno da Farinha Podre**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

RIOS, Gilma Maria. **Educação física e a “masculinização da mulher moderna”**. Trabalho apresentado no Simpósio Temático: Gênero: multiplicidade de representações e práticas sociais. Universidade Presidente Antonio Carlos/Unipac Araguari – MG.

ROSSI, Paolo. **Naufrações sem espectador: a ideia de progresso**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). **Revista de estudos afro-asiáticos**, n 17, Universidade Cândido Mendes, setembro, 1989.

_____. Regulação urbanística no Brasil. Conquistas e desafios de um modelo em construção. **Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social**, PUCCAMP, 2000.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e barbárie**: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Apontamentos para um estudo de arquitetura regional: o ecletismo do zebu em Uberaba. **Revista Estudos**. Goiânia. v. 11. 1984.

SANTOS, Regma Maria dos. **Memórias de um plumitivo**: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycido Paes. Uberlândia: Aspectus, 2005.

SANTOS, Roberto Carlos dos. **Urbanização, moral e bons costumes**: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2008.

SEGAWA, Hugo. **Cidades**: do semeador ao jardineiro. Comunicação submetida ao 3º Seminário de História da cidade e do urbanismo. Universidade de São Paulo, Campus São Carlos. Mestrado em Arquitetura. São Carlos, 7 a 10 de setembro de 1994.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. O exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos. In: **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Rosa Maria Ferreira da. Demiurgos do espaço: os Dias Maciel e a civilização de Patos de Minas (1868-1933). **Anais do I Seminário de História e Cultura**: Historiografia e Teoria da História. Universidade Federal de Uberlândia. 25 a 27 de junho de 2013.

SILVA, Marcelo de Souza. Criminalidade no Triângulo Mineiro: crimes e criminosos na comarca de Uberaba/MG (1890-1920). In: **Revista Justiça e História**. v. 4. nº 7, 2004. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 29 dezembro 2014.

SILVA, Heladir Josefina Saraiva e. **Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro**: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890-1920). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Franca, 1998.

SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Imagens Urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

STAROBINSKI, Jean. **As Máscaras da Civilização: Ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMPSON, Edward Paul. Costume, lei e direito comum. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Beatriz Teixeira. A organização da urbe: os códigos de postura. In: **O Mercosul em movimento II**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VALE, Marília Maria Brasileiro Teixeira. **Arquitetura religiosa do século XIX no antigo “Sertão da Farinha Podre”**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. 1994.

ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

